



aldeia
SELO EDITORIAL ICH/UFJF

**Stela Silva Carvalho
(AUTORA)**
**Cláudia Helena Cerqueira Mármora
(ORGANIZADORA)**

PRODUTIVIDADE E ENVELHECIMENTOS: **PERCEPÇÕES** **INTERGERACIONAIS**



Stela Silva Carvalho
(Autora)
Cláudia Helena Cerqueira Mármora
(Organizadora)

PRODUTIVIDADE E ENVELHECIMENTOS PERCEPÇÕES INTERGERACIONAIS

1ª edição
Juiz de Fora/MG
2023



©Editora UFJF, 2023

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem
autorização expressa da editora.

O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso
de imagens ou textos de outro(s) autor(es) são de inteira responsabilidade do(s)
autor(es) e/ou organizador(es)



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE JUIZ DE FORA**

Reitor

Marcus Vinicius David

Vice-Reitoria

Girlene Alves da Silva



Diretor da Editora UFJF

Ricardo Bezerra Cavalcante

Conselho Editorial do Selo Aldeia - ICH UFJF

André Muskopf

César Agenor da Silva

Clarice Cassab

João Dulci

Lelio Moura Lourenço

Maria Leonor Botelho

Rodrigo Christofolletti

Projeto Gráfico, Editoração e Capa

Paolo Malorgio Studio

Carvalho, Stela Silva

Produtividade e envelhecimentos: percepções intergeracionais
/ Stela Silva Carvalho, Cláudia Helena Cerqueira Marmora
(organizadora) . – Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2023.
Dados eletrônicos (1 arquivo: 1,1mb)

ISBN: 978-65-89512-83-7

Psicologia social. 2. Identidade. 3. Mulheres. 4. Produtividade
do trabalho. 5. Envelhecimento. I. Carvalho, Stela Silva. II. Marmora,
Cláudia Helena Cerqueira. III. Título.

CDU 159.922.63

Editora UFJF

Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n -

São Pedro, Juiz de Fora - MG, CEP: 36036-900

Telefone (32) 2102-3586

editora@ufjf.br / distribuicao.editora@ufjf.br

www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



Sumário

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	11
1. INTRODUÇÃO	13
2. PERCURSO METODOLÓGICO	20
2.1 Constituição do corpus da pesquisa	20
2.2 Materiais e instrumentos utilizados	21
2.3 Registro dos dados	22
2.4 Bases metodológicas para a análise dos dados	22
3. DADOS	24
3.1 Informações obtidas a partir do questionário socioeconômico das famílias participantes	24
4. CONJUNTO DE PERCEPÇÕES ANALISADAS A PARTIR DOS DADOS	30
4.1 Percepções das mulheres sobre a produtividade no envelhecimento	30
4.2 O trabalho invisível das mulheres no envelhecimento	61
4.3 O que representa a remuneração?	87
4.4 A sobrecarga dos dois trabalhos: todas somos iguais?	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	113

Dedico esse livro à minha mãe Leontina por ter se dedicado incessantemente na profissão "ser mãe" durante toda a minha vida!

AGRADECIMENTOS

Durante o preparo para o meu ingresso no curso de mestrado e em todo o processo, várias pessoas contribuíram para gerar essa obra, fruto da minha dissertação de mestrado. Nesta lista de pessoas que irei agradecer, queria primeiramente fazê-lo à minha mãe, Leontina, pela transmissão de saberes sobre a prática da educação nos tempos atuais, vivenciados por ela nesses seus 20 anos de profissão; por me fazer gostar de poesia; por me fazer valorizar o português como uma língua rica e complexa e por me fazer colocar emoções nas palavras da escrita informal. Agradeço à minha irmã Sarah, por trazer sempre uma ótica bem freiriana, coletiva, humana e até mesmo revolucionária para se pensar em educação, e com ela, uma transformação social. Por fim, também sou grata ao meu pai, professor de matemática que debateu comigo noites, e às vezes manhãs, os livros da Federici e, ao mesmo tempo, sobre história, globalização, economia e política. Serei eternamente agradecida a ele por sempre ter me incentivado a seguir com os meus sonhos de me tornar pesquisadora e professora!

Nesta lista não poderia faltar meus amigos de longa data. A vida é muito mais leve e plena com amigos. Então, refletindo sobre isso, sou grata também às minhas amigas feministas Taciana, Mari Vargas, Anna, Bárbara e Fabíola, e aos meus amigos Paulo Vitor, Silvio, Pedro e Diego. Essas pessoas me apoiaram desde os primeiros processos seletivos e nunca, em nenhum momento, duvidaram do meu potencial. As amizades verdadeiras se baseiam em carinho, lealdade, apoio e incentivo, para que juntos possamos crescer, evoluir e aproveitar o ciclo da vida, acreditando em uma sociedade melhor e mais justa.

Já no campo da ciência, meus agradecimentos ao meu grande amigo, historiador, antropólogo, cientista e agora baiano, Gustavo Gobbi Novaes. Obrigada por me acompanhar desde os primeiros passos rumo a essa carreira ainda na graduação, os esclarecimentos referentes aos conceitos das ciências humanas e da pesquisa qualitativa. Lembrando também de outra amiga e cientista, sou grata à Ravenna, por ter me apresentado várias perspectivas do feminismo negro e também por nossas conversas, seja sobre teoria ou sobre a vida mesmo.

Eu agradeço aqui também as cientistas do nosso Brasil! As que eu li para realizar esse trabalho, do feminismo negro ao marxista, em diversos temas como envelhecimento, mulheres e trabalho, etc. E as cientistas presentes na minha banca de defesa da dissertação de mestrado, Jurema Gorski Brites e Juliana Perucchi, por todos os nortes para minha pesquisa, incentivo para continuar me dedicando

e o tempo dispensado a esse trabalho. Além disso, gostaria de agradecer a elas, como mulheres brasileiras, por todas as produções acadêmicas que fortalecem a ciência feminista em nosso país. Nós somos resistência! Sou grata, obviamente, à minha querida orientadora e agora autora junto comigo nessa obra, Cláudia Helena Cerqueira Mármora, uma grande professora, no significado mais genuíno da profissão, a qual me ensinou todo o percurso para a obtenção do título de mestre, a ser o melhor que eu poderia ser e tentar fazer ciência sempre com muita responsabilidade, criatividade e engajamento.

Eu preciso e nem poderia me esquecer de agradecer a cada uma das participantes da minha pesquisa: Beatriz, Karen, Catarina, Joana, Clara, Sara, Sophia, Lucilene, Bruna, Mariana, Jaqueline, Helena, Olívia, Suzana, Mercedes e Maura. Todas essas mulheres compartilharam uma grande parte de suas vidas, me fazendo repensar minhas percepções sobre meu processo de envelhecimento, o curso da vida propriamente dito, minha produtividade em meio a tudo isso e, principalmente, sobre ser mulher.

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora: esse mestrado me transformou como pessoa e vocês fazem parte disso.

À CAPES, pela bolsa concedida.

"Uma perspectiva feminista nos ensina a iniciar nossa reconstrução do comum pela superação desse estado de esquecimento. Nenhuma comunidade é possível se não nos recusarmos a basear nossas vidas e a sua reprodução no sofrimento de outras pessoas, se não nos recusarmos a enxergar o "nós" separado "deles"." (FEDERICI, 2019a, p. 385).

PREFÁCIO

Envelhecimento, cuidado e produtividade são questões fundamentais do presente que são fundadas no passado e que se constituirão como um dos mais sérios problemas sociais do futuro. São temas relevantes como estes que Stela Silva Carvalho conjugou na pesquisa de mestrado, que agora se apresenta em forma de livro.

É importante contextualizar este trabalho no seguinte cenário: na última década, de acordo com dados estatísticos oficiais, a população brasileira cresceu 7,6 %, enquanto que a população idosa com 60 anos ou mais saltou de 11,3% (2011) para 14,7% (2020) - um crescimento médio de 3,4%. A previsão é que em quatro décadas os idosos serão 25,49% dos brasileiros. As consequências do aumento da expectativa de vida, embora seja um desejo individual legítimo, sem políticas públicas adequadas e urgentes em termos coletivos, traça um quadro catastrófico e de muita desigualdade e sofrimento.

Paralelo a esta situação há uma aceleração produtiva que, entre outros fatores, contou com a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho. Ou seja, na lógica naturalizada de que os trabalhos reprodutivos (tarefas domésticas e cuidados) sejam encargos femininos, resolvidos dentro da família o Estado e setores produtivos eximem-se da reprodução da força de trabalho. As políticas sociais muito comumente são familistas e os empregadores não pagam a mais valia gerada pelo trabalho invisível das mulheres que garantem a reprodução da vida humana "lavando, cozinhando, educando crianças, tomando conta dos doentes e dos idosos. Dentro das famílias esse trabalho é pensado como obrigação e amor, não como carga de trabalho. Socialmente se produz um senso comum de que o trabalho doméstico é função das mulheres da família ou de outras mulheres fora dela, por meio da contratação. As consequências são a inserção e reconhecimento desigual no mercado de trabalho para homens e mulheres. Essa desvalorização das tarefas de cuidado, assim como novos arranjos familiares e a politização das relações de gênero, acaba gerando novas sensibilidades e cada vez menos pessoas está interessada em prestar estes serviços de forma gratuita. Assim, os mesmos são repassados para outras pessoas mais vulneráveis, fazendo girar a roda da desigualdade.

A partir de um esforço multidisciplinar para estabelecer um diálogo entre a psicologia social, a sociologia interacionista e o feminismo marxista a autora questiona como mulheres constroem suas identidades em um mundo onde a

produtividade é um valor estrutural. Para tanto nos apresenta uma pesquisa qualitativa com cinco famílias dentro das quais explorou a percepção de diferentes gerações. Estes dados proporcionaram um olhar comparativo interessantíssimo que nos permite enxergar as estruturas congeladas das gerações mais velhas acerca da divisão sexual, da (des) valorização do trabalho doméstico, assim como a supervalorização da juventude, mas também indica o que está mudando na percepção das mais jovens.

Na seleção de participantes foi inserido, também, o critério de autodeclaração racial. Dessa forma a investigação agregou uma análise interseccional indicando que as mulheres das famílias pardas e negras possuem menor escolaridade.

Gostaria, ainda, de destacar a orientação da Professora Claudia Cerqueira Mármora - uma pesquisadora da área da saúde que contempla a complexidade necessária para pensar o envelhecimento que, sem dúvida, foi estimuladora do diálogo profícuo entre áreas e da confiança necessária para que dos primeiros passos uma jovem investigadora chegue a ousar seus próprios trajetos.

Em *Produtividade e Envelhecimentos - percepções intergeracionais* encontramos uma pesquisa estimulante acerca das construções identitárias de gênero, geração e raça que nos leva a refletir seriamente sobre políticas públicas, tanto no âmbito da produção, da educação, quanta da proteção social.

Jurema Gorski Brites
Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSM
Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas da Intimidade

APRESENTAÇÃO

A idealização dessa obra teve como ponto de partida as experiências adquiridas dentro do curso de Psicologia e na minha atuação após a graduação na área de Psicologia Social. Por essa razão, no segundo ano do curso comecei a participar como bolsista do Centro de Pesquisa, Intervenção e Avaliação em Álcool e Outras Drogas (CREPEIA), na linha de políticas públicas, no campo de pesquisa de drogas ilícitas. Nesse período, fizemos a análise do livro “Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada” do autor Erving Goffman. Esse momento foi um divisor de águas que mudou minha perspectiva sobre o conceito de sociedade, trazendo mudanças e reflexões mais aprofundadas. Imersa nesse contexto, passei a estudar o conceito de estigma relacionado às identidades da população negra, pobre e jovem. Ao mesmo tempo, realizei um dos estágios na área de Psicologia Social Comunitária, junto à equipe da Unidade de atenção primária em saúde (UAPS) da comunidade Vila Olavo Costa na cidade de Juiz de Fora, MG. Lá pude vivenciar os conhecimentos adquiridos sobre estigma, psicologia social, promoção e prevenção de saúde inserida na realidade da população dessa comunidade. Durante este estágio, através do levantamento de demandas na comunidade, foram criados dois grupos de intervenção, sendo o primeiro voltado para a promoção de saúde em crianças e segundo em idosos. Nesse segundo grupo, pude conhecer as experiências de vida dos seus participantes, o que me proporcionou uma troca de saberes que ocasionaram mudanças nítidas na minha identidade, bem como naqueles idosos, com relatos dotados de uma enorme autenticidade e emoção. Após ter concluído a graduação, iniciei meu trabalho como psicóloga clínica com a população idosa aprofundando assim meus conhecimentos na área de Envelhecimento. Anos depois fui aprovada no processo seletivo do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde conheci minha orientadora e também coautora desse livro, a professora Cláudia Helena Cerqueira Mármore. Ao buscar pontos em comum nas nossas trajetórias para a criação deste trabalho, compartilhamos experiências de vida para além da Universidade, sobre as nossas próprias mudanças de identidade profissional; nossas diferenças de percursos relacionados a tais identidades e a nossas percepções singulares sobre a passagem do tempo até o envelhecimento.

Quanto ao tema “Mulheres e o trabalho”, foram inúmeras experiências pessoais vividas em diversas áreas, antes mesmo de me tornar psicóloga, e pude com isso perceber o papel da mulher dentro de empresas e instituições

nas quais trabalhei e seus visíveis efeitos. A pesquisa que propomos nessa obra fala sobre o processo de envelhecimento, sobre o significado do trabalho para as mulheres, e principalmente sobre o sentido de ser uma mulher, relacionado a todos esses aspectos.

O que iremos apresentar nos próximos capítulos é o resultado da pesquisa realizada durante o curso de mestrado, cuja dissertação foi intitulada “A construção identitária da mulher no envelhecimento através da noção de produtividade”. Nessa perspectiva apresentaremos o conceito do autor Erving Goffman acerca da construção da identidade, compreendendo como este processo é experienciado pelas mulheres no envelhecimento através da noção de produtividade e na teoria lifespan, proposta pelo psicólogo Paul Baltes, na qual o envelhecimento é visto como multideterminado e heterogêneo.

Stela Silva Carvalho

1. INTRODUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas, principalmente nos países do ocidente, envelhecer é visto de forma negativa devido à supervalorização da juventude, reforçada constantemente pela cultura midiática que apela para o aumento do consumo e a estetização da vida (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). “Ser velho” é considerado um sinônimo de estar desatualizado; ser incompetente; não conhecer novas tecnologias e novas formas de comunicação social (MORANDO et al, 2018). Este conceito se estende a outras associações feitas para esta fase da vida, tais como declínio cognitivo (NERI, 2006), declínio físico (SOUZA, 2018), incapacidades, inutilidade, dependência, perda de autonomia, dentre outros, reforçando a ideia de perdas e decadência (RODRIGUES; SOARES, 2006). Desta forma, é inabilitada a aceitação social plena dos idosos e, conseqüentemente, os pertencentes a esse grupo podem vivenciar privação de direitos e de oportunidades, além de situações de exclusão social (MORANDO et al, 2018).

Em relação ao trabalho, uma das características negativas mais marcantes associada aos idosos é a improdutividade (MUNIZ; BARROS, 2014; SOUZA, 2018). Porém, é importante ressaltar que a literatura não especifica qual seria a ocupação ou as ocupações relacionadas a essa característica. No entanto, o que pode ser considerado “improdutividade” na velhice, relaciona-se com a ideia de que os idosos são não úteis para a produção capitalista e para o acúmulo de capital, posto que há uma crença de que os mesmos não trabalham de forma remunerada (MUNIZ; BARROS, 2014; SOUSA, 2018).

A noção de improdutividade não se atrela apenas a figura do idoso, mas também a da mulher, pois o trabalho realizado dentro de casa, gratuitamente, é considerado invisível na esfera “produtiva”, ou seja, é “improdutivo” (FEDERICI, 2019b). O trabalho doméstico não remunerado, por ser historicamente naturalizado na vida das mulheres, evoca a falsa ideia de tarefas que não demandam esforço (HIRATA, 2002; BIROLI, 2018; GEORGES, 2019; FEDERICI, 2019B). Como apontado pela pesquisa “SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” (2020), realizada por Gênero e Número e SOF Sempre viva Organização Feminista, atualmente, no cenário mundial, está ocorrendo uma “crise do cuidado”, que vem se agravando com a pandemia da COVID-19. Segundo essa pesquisa, o número de mulheres que cuidam de alguém aumentou 50%, além disso, 72% das mulheres brasileiras afirmam ter aumentado a demanda de cuidado com os idosos, pessoas com deficiência ou crianças.

INTRODUÇÃO

No processo de envelhecer, a mulher acumula prejuízos, tais como violência, salários inferiores aos dos homens, sobrecarga, quando exerce o trabalho doméstico não remunerado, trabalho remunerado e discriminação, sendo mais propensas à pobreza¹ e dependência de recursos externos (NICODEMO; GODOI, 2010), além da discriminação pela idade propriamente dita (SALGADO, 2002). Ademais, a “feminização da velhice” é um processo compreendido como o aumento da população idosa de gênero feminino e, dentre outros fatores, pelas consequências geradas pela divisão sexual do trabalho, como exemplo, o cuidado, o adoecimento e a saúde. Vale lembrar que as mulheres idosas são pessoas que demandam cuidados e que ainda são também as responsáveis pelo cuidado dos demais membros de sua família (LINS; ANDRADE, 2018).

A divisão sexual do trabalho, em congruência com outros estudos, advém da desigualdade ontológica entre mulheres e homens, a qual se agravou na sociedade de classes com imposição da “exploração masculina” sobre a “exploração produtiva” (BRITES, 2004). Seguindo essa lógica, o trabalho foi supostamente dividido em produtivo, no espaço público, e doméstico, no espaço privado, sendo este considerado como “não produtivo” e, mesmo quando remunerado, é desvalorizado socialmente (BEAUVOIR, 2008; SELFA; SPINELLI, 2018; PERROT, 2006). Além disso, uma das explicações para desvalorização do trabalho doméstico remunerado, comumente, encontra-se associada ao fato dos serviços domésticos serem historicamente realizados por mulheres negras² ou pelo trabalho escravo feito por pessoas negras (CASTRO, 2020).

As mulheres negras, desde os primeiros anos do período pós escravidão, no Brasil, trabalhavam fora de suas casas, sendo a maioria delas na agricultura e no trabalho doméstico (NASCIMENTO, 2019). No período de escravidão, havia diversas formas de trabalho escravo, como o “escravo da senzala”, que trabalhava nos serviços da lavoura, e o “escravo da casa grande”, que realizava as “tarefas reprodutivas” no ambiente doméstico e, nesse contexto, eram geralmente feitas por mulheres negras mais velhas. Essas mulheres, além de realizar as tarefas reprodutivas também eram exploradas sexualmente por seus senhores (BARROS, 2007).

No que se refere à história da população indígena brasileira, o trabalho também era dividido sexualmente, em que eram designadas às mulheres as atividades domésticas, como a confecção de redes de algodão e vasilhas de barro, e os homens realizavam tarefas de produção de armas, como arcos e flechas, instrumentos musicais, canoas, dentre outros (FREYRE, 2005). Com a colonização portuguesa, a força de trabalho da mulher indígena passou a ser mais valorizada

1 A definição de pobreza não se restringe somente ao “parâmetro da economia, mas está voltada também para o âmbito da liberdade, da interação social e da ideologia.” (CIDADE et al 2012, p.96).

2 Atualmente, a autotransclassificação “negros” é considerada a somatória de pretos e pardos (IBGE, 2015).

e passou a ser designada, na maioria das vezes, para as atividades na agricultura e indústria (FREYRE, 2005).

Para uma melhor compreensão do que seria o trabalho doméstico não remunerado, a autora Bruschini, em 1990, descreveu quais tarefas estariam incluídas neste trabalho (apud BRUSCHINI; RICOLDI, 2012 p. 263):

1) cuidados com a moradia familiar (limpeza, arrumação, cuidado de plantas, limpeza e manutenção de utensílios domésticos etc.); 2) alimentação e higiene pessoal, cozinhar, lavar utensílios, costurar, lavar e passar roupas); 3) prestação de cuidados físicos e psicológicos aos membros da família (cuidado com filhos, idosos ou dependentes); 4) administração da unidade doméstica (administração do patrimônio e das contas do domicílio e aquisição de bens de consumo); e 5) manutenção da rede de parentesco e de amizade (visitas, telefonemas e troca de presentes ou de pequenos favores, reforçando laços de solidariedade).

As tarefas domésticas, quando remuneradas, são tidas como trabalhos precários, no âmbito internacional e nacional (HIRATA, 2011). Para Ávila (2009), a relação entre o trabalho doméstico remunerado e não remunerado é fundamental para compreender as complexidades que se vinculam com questões referentes ao trabalho doméstico atualmente. Nos países desenvolvidos do hemisfério norte, a feminização e precarização do trabalho, a decadência do Estado de Bem-Estar Social, somado ao envelhecimento da população, acarretou uma crise mundial do cuidado, modificando a composição da divisão social do trabalho, na qual fatores como gênero, nacionalidade e etnia se entrecruzam (HOSCHILD, 2002). Assim, na conjuntura atual, ser mulher significa ser mais propensa a pobreza, fenômeno denominado “feminização da pobreza”, o qual, particularmente, acontece nos países historicamente colonizados, em que as mulheres são a mão de obra com baixos custos, sobretudo, para os países do hemisfério norte (FEDERICI, 2019b). Nesses países, as mulheres, para se inserirem no mercado de trabalho, remuneram outras mulheres pouco qualificadas e, em sua maioria, imigrantes dos países do hemisfério sul, como o Brasil (GEORGES, 2019).

No Brasil, a divisão sexual do trabalho se dá entre homens e mulheres, entre as mulheres brancas e negras e entre mulheres do sudeste e nordeste, por meio dos fluxos migratórios regionais (GEORGES, 2019). Nos dias de hoje, o trabalho doméstico remunerado continua sendo o meio principal para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, porém, essa é uma realidade, em sua maioria, das mulheres negras (ARANTES, 2019). O trabalho doméstico pago ocorre entre as mulheres, recrutadas das classes mais pobres e com menor escolaridade (BRITES, 2013). Ou seja, a divisão sexual do trabalho no Brasil, assim como em outros países da América Latina, é marcada não apenas pelo gênero,

mas, sobretudo, por classe social e raça, podendo haver particularidades em sua configuração dependendo da região do país.

Nesse sentido, assim como em outros países de terceiro mundo, no território brasileiro, na maioria das regiões, a herança colonial escravocrata contribuiu para agravar as desigualdades entre pretos e brancos (BERNARDINO-COSTA, 2012). Ainda hoje, as mulheres brancas, mesmo quando possuem a escolaridade igual à dos homens brancos, são menos remuneradas devido à discriminação sexual que sofrem (NASCIMENTO, 2019; CHIES, 2010; HIRATA, 2002; SILVA; BARROS, 2021a). Com relação às mulheres negras, a diferença salarial ocorre devido à discriminação racial, sexual e a defasagem escolar (NASCIMENTO, 2019; CHIES, 2010; HIRATA, 2002; CARNEIRO, 2019b; GONZÁLEZ, 2020). Para uma mulher branca alcançar os mesmos cargos que os homens brancos é preciso mais 5 anos de estudo quando comparadas a eles (CARNEIRO, 2019b). E as mulheres negras para alcançarem os mesmos padrões de emprego das mulheres brancas precisam de 4 a 7 anos a mais de estudo, ou seja, 11 anos a mais para alcançar o mesmo cargo que um homem branco (CARNEIRO, 2019b).

Historicamente, como avanço da globalização, a partir dos anos 90, houve uma transformação nos empregos das mulheres e dos homens, gerando um crescimento de postos informais, precários e vulneráveis em diferentes locais do mundo, sobretudo em lugares como na Ásia, Europa e América Latina (HIRATA, 2002; GONZALEZ, 2020). Nessa ocasião, a divisão sexual do trabalho foi também uma divisão da precariedade do trabalho, pelo fato das mulheres exercerem mais trabalhos informais do que os homens no contexto nacional e internacional e também serem mais propensas ao desemprego (HIRATA, 2009). Helena Hirata (2009), levando em consideração estudos na área do trabalho e desemprego, sugere três indicadores que podem levar a precariedade do trabalho: i) a inexistência de direitos, sejam eles humanos ou trabalhistas, como férias, previdência social, horas reduzidas de trabalho que gera, conseqüentemente, ii) baixas remunerações, e por último iii) baixas qualificações, que resultam em baixos salários ou até mesmo o desemprego.

Além da raça, outros fatores diferem a vivência das mulheres e as possíveis vulnerabilidades que elas sofrem como o local onde moram, o país, bem como as particularidades da maternidade, dentre outros. Em uma pesquisa feita com mulheres trabalhadoras da zona rural no estado de Minas Gerais, em que 70% delas se autodeclararam pardas, constatou-se que essas mulheres se encontravam em uma posição subordinada no mercado de trabalho (BALIZA et al, 2018). Apesar de necessitar de um maior aprofundamento, essa subordinação na zona rural tem raízes históricas e é fruto das desigualdades de gênero e de raça, contribuindo para dificuldades no acesso à educação, cultura e melhores rendas dessa população (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002).

Outro ponto que deve ser levado em consideração, que toca nas relações de mulheres e trabalho e no seu envelhecimento, é a questão das mulheres transexuais, transgêneros e travestis, as quais também sofrem com controle do poder biomédico, psiquiátrico e sexista sobre seus corpos e identidades, colaborando para inviabilizar suas existências na sociedade e na política, além da negação de seus direitos (BAGAGLI, 2016; FERNANDES; RIBEIRO, 2018). Tendo em vista isso, suas identidades femininas não são percebidas como parte de um indivíduo “universal”, sendo as travestis vistas como um corpo sem consciência, transformado em carne, e as transexuais uma consciência sem corpo (BAGAGLI, 2016). As mulheres transexuais experienciam violência física, sexual, psicológica e muitas vezes são assassinadas (FERNANDES; RIBEIRO, 2018).

Na esfera laboral remunerada, as pessoas transexuais que se inserem no mercado de trabalho formal representam apenas 16,7%, resultando no aumento da vulnerabilidade dessa população (SILVA et al, 2020). O baixo percentual no ingresso no mercado de trabalho pode estar relacionado, principalmente, à baixa escolaridade, tornando-se fundamental o aumento de políticas públicas referentes à inclusão escolar, relativas à diversidade de gênero nas escolas e universidades e que objetivem diminuir a discriminação, para que, dessa forma, transforme-se a concorrência por um trabalho remunerado mais equânime (SILVA et al, 2020). Por essa perspectiva, é imprescindível, ao discutir sobre a precarização do trabalho das mulheres, discutir também sobre as distinções entre as mulheres, principalmente as brasileiras.

Assim, universalização do que é “ser mulher”, feita socialmente, não pode explicar a dominação masculina e as formas distintas de opressões vivenciadas pelas mulheres negras, pobres, LGBT+³, latinas ou asiáticas, dentre as demais (MAYORGA et al, 2013; CARNEIRO, 2019a). A introdução ao debate do colonialismo do racismo e da sexualidade possibilitou a transição entre lugares diferentes e seus efeitos diversos de poder (MAYORGA et al, 2013). As hierarquias sociais devem ser desnaturalizadas e vistas como efeito de relações de poder criadas por vários sistemas de opressão, sendo um elemento de reflexão contínuo.

Desta forma, experiências históricas, sociais e políticas, como o envelhecimento, afetam a percepção dos indivíduos sobre os outros e sobre a sociedade e, portanto, sobre si mesmos, na construção de suas biografias individuais. Inserido nessa concepção, este estudo objetivou compreender como é a percepção de diferentes mulheres, pela ótica do envelhecimento, através da noção de produtividade, enfatizando a singularidade de cada experiência biográfica vivenciada por elas, para

3 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, juntamente são incluídas no grupo pessoas transgênero, queer, intersexuais e assexuais (JESUS, 2012).

contribuir com a proposição de novas perspectivas sobre o envelhecimento feminino na sociedade brasileira contemporânea, de modo heterogêneo e multidimensional.

Para isso, foram selecionadas 4 mulheres de diferentes períodos do ciclo de vida de uma mesma família, em 4 famílias participantes diferentes, ou seja, 16 participantes. Os períodos do ciclo de vida utilizados foram os propostos pela psicóloga Diane E. Papália e a educadora Ruth Duskin Feldman (2013): a “adolescência”⁴, dos 11 aos 20 anos; o início da vida adulta, dos 20 aos 40 anos; vida adulta, dos 40 aos 65 anos e vida adulta tardia, dos 65 adiante. Para as autoras, essa separação do ciclo de vida em períodos é uma prática ou conceito também naturalizado pela sociedade, mas trata-se de uma invenção cultural do ocidente. A idade cronológica é apenas um elemento dentro do desenvolvimento humano, sendo o envelhecimento um processo singular para cada indivíduo, isto é, heterogêneo (BALTES, 2016). Assim, não é possível definir quando um adulto se torna velho, por exemplo. Nesse sentido, apesar de terem sido utilizados tais períodos nesta pesquisa, essa separação foi apenas para possibilitar um distanciamento do tempo de vida e, conseqüentemente, dos momentos históricos vivenciados pelas participantes.

As famílias participantes são a família Salomão, Camargo, Nascimento e Coutinho [nomes fictícios]. As famílias Salomão, Nascimento e Camargo são mineiras de diferentes cidades do estado, e a família Coutinho reside no Estado de São Paulo, sendo que uma de suas participantes, Sophia, de 44 anos, mora em uma cidade com 145 mil habitantes, e as demais, Lucilene, de 70 anos, Sara, de 32 anos, e Clara, de 16 anos, em outra cidade com aproximadamente 700 mil habitantes. Apenas Clara se autodeclarou parda, as outras integrantes são autodeclarantes brancas.

Das famílias mineiras, a Salomão é composta por Olívia, de 19 anos, Suzana, de 32 anos, Mercedes, de 55 anos, e Maura, de 85, todas são autodeclarantes pretas e moram em uma cidade com aproximadamente 600 mil habitantes. As integrantes da família Camargo, Beatriz, de 18 anos, Karen, de 31 anos, Catarina, de 49 anos, e Joana, de 70 anos, moram em uma cidade de 7 mil, sendo três delas, Beatriz, Joana e Catarina, autodeclarantes pardas e somente Karen autodeclarante branca. Já a família Nascimento possui três integrantes de uma cidade entre 80 mil habitantes, e a quarta, Helena, vive em outra cidade, com aproximadamente 1400 habitantes. Todas as integrantes da família Nascimento se declararam como brancas.

Para a análise de dados foi utilizada a Análise de Conteúdo do tipo temática (FRANCO, 2021). Desta forma, foram divididas em categorias que foram adaptadas para esse livro e serão tópicos debatidos na discussão a seguir, sendo a primeira

4 A palavra adolescência está escrita entre aspas, pois, o conceito de “adolescência” não é mais utilizado, por, erroneamente, generalizar certas características a todos os indivíduos nesta fase, ou a grupos específicos. Sendo a imposição de tais associações aos jovens, de um determinado grupo social, recebem influência de aspectos como a cultura, pobreza e relações de poder (BOCK, 2004).

parte, “A percepções das mulheres sobre a produtividade no envelhecimento”, subdivido nos temas: “A percepção sobre as mulheres menores de 20 anos atrelada aos estudos”, “A percepção sobre as mulheres de 20 aos 40 anos: a idade do esforço máximo”, “A percepção sobre as mulheres entre 40 aos 65 anos”, “A percepção sobre as mulheres acima de 65 anos” e “O processo de envelhecer e percepção da produtividade associada às limitações”. A segunda parte, “O trabalho invisível das mulheres no envelhecimento”, foi dividida em: “As tarefas domésticas e atividades rurais não remuneradas”, “Divisão sexual dentro de casa e o cuidado”. A terceira parte, “O que representa a remuneração?”, foi dividida em: “O trabalho remunerado” e “A “boa” aparência como condição da conquista e manutenção do trabalho remunerado”. E por último, a quarta parte “Sobrecarga dos dois trabalhos: todas somos iguais?”, sem divisões.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Os dados aqui apresentados são o resultado de um estudo geracional qualitativo, realizado com delineamento de campo de corte transversal. Os instrumentos utilizados foram um questionário socioeconômico e uma entrevista semiestruturada. Com isso, o intuito foi compreender as percepções das mulheres participantes sobre suas noções de produtividade em relação às mulheres de diferentes idades e sobre si mesmas, de acordo com as suas trajetórias de vida.

2.1 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA

Os períodos adotados foram: a “adolescência”, dos 11 aos 20 anos; o início da vida adulta, dos 20 aos 40 anos; vida adulta, dos 40 aos 65 anos e vida adulta tardia, dos 65 adiante (PAPÁLIA et al, 2013). Em cada um destes períodos, participaram 4 mulheres, recrutadas através do método *snowball sampling* (amostra bola de neve), a qual consiste em uma técnica de amostragem não probabilística que utiliza cadeias de referência. Assim, foram buscadas famílias e pessoas que conhecessem outras famílias para indicar que tivessem o perfil para participar dessa pesquisa, por meio de uma rede de contatos. Foram utilizados os aplicativos Whatsapp, uma plataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones, o Telegram que é um aplicativo similar ao Whatsapp, o Facebook Messenger e o Instagram Direct, também com funções similares aos aplicativos anteriores, além do contato direto com os estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, dentro do campus. Outro ponto importante na seleção das participantes, na busca das famílias, foi o estabelecimento do critério das integrantes serem autodeclarantes pretas em ao menos uma delas, com o intuito de trazer uma perspectiva mais ampla para o estudo.

O estudo foi de base geracional, ou seja, cada participante encontrava-se dentro de uma faixa de idade, sendo entrevistadas mulheres de uma mesma família (4 integrantes, 1 de cada período descrito acima), tendo sido avaliadas 4 famílias. Para além, um estudo do tipo geracional com mulheres permitiu compreender o ponto de vista e a forma de vivenciar os conteúdos transmitidos pelas diferentes representantes das gerações. Todos os aspectos éticos foram cumpridos de acordo

com os princípios éticos do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tendo sido assinados todos os termos necessários para a participação na pesquisa⁵.

2.2 MATERIAIS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Primeiramente, foi entregue as participantes um questionário socioeconômico sobre as principais informações, tais como nome, idade, cidade e estado, estado civil, número de filhos, autodeclaração de cor e raça (branca, parda, preta, amarela e indígena), grau de escolaridade, renda mensal individual, renda familiar, quantas pessoas moram na residência, quantas pessoas contribuem na renda familiar, quais itens materiais constam na residência (televisão, automóvel, máquina de lavar, telefone, notebook ou computador) e as condições de moradia (água tratada, acesso à internet, rua asfaltada ou pavimentada).

A segunda parte do questionário foi separada por uma questão filtro⁶: “Você é remunerada pelo seu trabalho?”. Nesta parte, perguntava-se em que trabalha atualmente (na indústria, comércio, como diarista, funcionária do governo federal, estadual ou municipal, profissional liberal, trabalho em casa etc.), qual a função nesse trabalho remunerado (gerente, funcionária pública, militar, empregada do setor privado, trabalho informal ou temporário, autônoma, aposentada etc.), há quanto tempo está trabalhando nessa atividade e se exerce outra atividade remunerada, pedindo indicação de qual seria ela. Ao final, havia um espaço para comentários, caso a participante quisesse tirar dúvidas ou apenas comentar algo. A aplicação do questionário socioeconômico foi feita pelo aplicativo Google Formulários (*G-corp*).

Em seguida, foi aplicado o roteiro da entrevista semiestruturada, elaborado pelas autoras, a partir de uma revisão da literatura sobre a temática, envelhecimento, mulheres, trabalho remunerado e doméstico não remunerado. Esse roteiro foi previamente aplicado através de entrevistas preliminares para verificar possíveis inadequações, podendo ser corrigido se necessário. Nesta etapa, foram entrevistadas três participantes, Mariana e Bruna da família Nascimento [nomes fictícios], de 29 e 16 anos, respectivamente, e Joana da família Camargo, de 70 anos. Por meio dessas entrevistas, foram retiradas questões não compatíveis com a proposta da pesquisa, ou que resultaram em um corpus muito extenso. Feito isso, foram acrescentadas novas perguntas, consideradas mais adequadas ao objetivo do estudo, por serem relacionadas ao trabalho doméstico não remunerado, como atividades domésticas e o cuidado para com os membros da família. As participantes das entrevistas

5 Devido ao contexto de pandemia da COVID-19, os termos foram entregues por intermédio do Google formulários e das entrevistas gravadas com o consentimento verbal do participante.

6 Questão-filtro é uma pergunta no questionário na qual tem a função de separar um conjunto de questões não se aplicam a todos os participantes (FIFE-SCHAW, 2010).

PERCURSO METODOLÓGICO

preliminares foram convocadas novamente para responderem às novas perguntas que foram acrescidas.

Além disso, a ordem de algumas perguntas foi modificada, de modo que antes perguntamos sobre o trabalho remunerado para depois indagar sobre as noções de produtividade, com o objetivo de não comprometer a percepção autêntica das participantes em relação às suas definições de produtividade. Tendo em vista todos esses aspectos, foram elencadas, em primeiro lugar, as perguntas relacionadas às noções de produtividade, no sentido de indagar como as participantes se sentem, hoje em dia, em relação à produtividade, tendo como referência suas próprias percepções de produtividade nos diferentes períodos de vida – mulheres menores de 20 anos, de 20 aos 40 anos, dos 40 aos 65 e acima dos 65 anos. Em seguida, foram criados mais três tópicos, os quais investigavam a trajetória de vida das participantes e a percepção da produtividade. No primeiro, eram questões referentes às atividades domésticas e produtividade, em seguida, sobre o cuidado com os membros da família e produtividade, e por último, perguntas relativas ao trabalho remunerado. As entrevistas foram aplicadas virtualmente por meio do aplicativo de videoconferência *Google Meet* desenvolvido pela *Google Corp.*

2.3 REGISTRO DOS DADOS

A forma de registro de dados utilizada foram as gravações de vídeo no *Google Meet* disponibilizado pela conta *G Corp.* Esse tipo de registro proporcionou um melhor aproveitamento, sendo possível, posteriormente, a transcrição das entrevistas para uma análise posterior criteriosa (BREAKWELL, 2010).

2.4 BASES METODOLÓGICAS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

Foi utilizado o modelo de análise de conteúdo (FRANCO, 2021). Essa abordagem tem o intuito de descrever as características das mensagens e, por meio disso, o pesquisador cria o seu próprio processo de decodificar o conteúdo, assim, ele analisa, infere e elabora suas interpretações referentes ao processo de decodificação do produtor (FRANCO, 2021). Tendo em vista os objetivos da pesquisa e a definição do referencial teórico quanto ao conteúdo a ser analisado, foram decididas as unidades de análise do tipo temática. Posto isso, o corpus da pesquisa foi dividido por temas estabelecidos posteriormente à coleta de dados.

Nessa ocasião, foram feitas atividades de pré-análises, tais como leitura flutuante - leitura de todos os materiais coletados, a escolha dos documentos, aplicada à regra da saturação, a qual consiste em considerar todos os elementos do corpus (respostas dos questionários e as transcrições das entrevistas semiestruturadas), a fim de compreender os contextos e as condições sociais, políticas e históricas existentes nas mensagens difundidas. Foi ainda aplicada a regra da homogeneidade,

o que corresponde seguir os critérios definidos e não extrapolar esses critérios e os objetivos e, ao fim, mencionar os temas presentes nas mensagens, sejam eles explícitos ou subjacentes.

Desta maneira, após a definição das unidades de análise, foram criadas as categorias. Essas foram eleitas inicialmente pelo conteúdo do discurso emergido, para depois serem comparadas a um referencial teórico. Nesta etapa, o corpus da pesquisa e o referencial teórico eram consultados de forma constante e simultânea. Sendo assim, a primeira categoria foi denominada: “As percepções das mulheres sobre o processo de envelhecer”, no qual foi dividido em “As percepções das mulheres menores de 20 anos atreladas aos estudos”, “As percepções das mulheres 20 aos 40 anos: a idade do esforço máximo”, “As percepções das mulheres entre 40 aos 65 anos” e “As percepções das mulheres acima de 65 anos”. A segunda: “Estigmas no processo do envelhecer” dividida entre “Os “aborrecentes”: percepções negativas sobre as mulheres jovens menores de 20 anos”, “O Estigma da falta domínio tecnológico”, e “O Estigma no processo de envelhecimento: percepção da produtividade associada a limitações”. A terceira: “O trabalho invisível das mulheres no envelhecimento” foi dividida em duas subcategorias “As tarefas domésticas e atividades rurais não remuneradas” e “O cuidado”. A quarta: “O que representa a remuneração?”, foi dividida em “O trabalho remunerado” e “A “boa” aparência como condição da conquista e manutenção do trabalho remunerado”. E por último: “A sobrecarga dos dois trabalhos: todas somos iguais?”

3. DADOS

Como já apontado anteriormente, foram entrevistadas 16 participantes de quatro famílias: Nascimento, Camargo, Salomão e Coutinho. Os nomes e sobrenomes utilizados para as participantes são fictícios, tendo sido escolhidos pelos membros das famílias contatadas para recrutar as entrevistadas. Na próxima sessão, resumirei as principais informações coletadas de cada membro desses núcleos, mas antes farei um breve resumo sobre algumas diferenças relevantes nos dados socioeconômicos entre as integrantes de uma mesma família e entre as famílias. Uma análise mais profunda desses dados será discutida juntamente com o conteúdo mais pertinente obtido nas entrevistas.

Não foi possível definir a classe social das participantes neste estudo apenas pelos dados do questionário socioeconômico, necessitando de um maior aprofundamento para esse critério. Isso ocorre porque o conceito de classe social abrange mais do que apenas a renda: sua definição perpassa campos jurídicos, políticos e ideológicos (LOMBARDI et al, 1988), com variações de acordo com os autores –tais como Karl Marx, Pierre Bourdieu e Max Weber, em suas visões distintas sobre esse conceito (TINEU, 2017).

3.1 INFORMAÇÕES OBTIDAS A PARTIR DO QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES

Por meio das informações obtidas a partir do questionário socioeconômico das famílias participantes, foi possível observar diferenças entre integrantes da mesma família em relação à escolaridade, às condições de trabalho, à moradia, aos pertences e à renda. Porém, essa distinção é mais evidente entre as integrantes da família Coutinho, em que a participante Lucilene, com idade acima de 65 anos, não possuía renda própria, e a de seu núcleo familiar era de 1 a 2 salários mínimos. As rendas individuais de sua sobrinha Sara, entre 20 e 40 anos, e sua filha Sophia, entre 40 e 65 anos, eram de 5 a 10 salários mínimos, maior do que a renda familiar de Lucilene. Outro aspecto relevante é que na família Camargo três das quatro integrantes se autodeclararam pardas, e apenas Karen se autodeclarou branca, mas tal classificação não demonstrou repercussão na renda das integrantes, variando entre 1 e 2 salários mínimos. Já nas famílias Salomão e Nascimento, os membros participantes possuíam a mesma autodeclaração, pretas e brancas respectivamente, e quanto à renda, não houve diferenças significativas entre elas.

Na comparação entre as famílias, de modo geral, levando-se em conta a unidade familiar como um todo, observamos que as mulheres entrevistadas que possuíam mais integrantes que se autodeclararam brancas das famílias Nascimento e Coutinho, tinham também maior escolaridade, renda, condições de trabalho e moradia do que as das famílias compostas por mais integrantes autodeclarantes negras. Isso ocorre na família Camargo, com três das quatro participantes se declarando pardas, e na família Salomão, com todos os membros se declarando pretos.

3.1.1. FAMÍLIA NASCIMENTO

Os nomes fictícios utilizados para as integrantes da família Nascimento foram: Bruna, Mariana, Jaqueline e Helena. Todas as quatro participantes residem no estado de Minas Gerais, entretanto, Bruna, Mariana e Jaqueline moram em uma cidade de quase 80 mil habitantes, e Helena vive em outra cidade com aproximadamente 1400 habitantes. Bruna mora com sua mãe, Jaqueline, também participante da pesquisa, e seu pai, advogado liberal. Elas habitam em uma casa própria, a qual tem acesso à água tratada, à rua asfaltada e à internet. Além disso, essa família possui 3 automóveis, 1 televisão, 4 notebooks, 3 celulares e 1 máquina de lavar.

As outras duas filhas de Jaqueline receberam o nome fictício de Mariana, também participante da pesquisa, e Rafaela, de 31 anos, que vive no estado de Goiás. Mariana mora hoje em dia com o seu marido. A casa deles não é própria, tem água tratada, rua asfaltada e acesso à internet. Na casa, a família dispõe de 1 televisão, 1 computador, 2 automóveis e 2 celulares. Já Helena é irmã de Jaqueline, mora com seu marido e tem um filho de 35 anos e uma filha de 43 anos. Sua casa é própria e também tem água tratada, rua asfaltada e acesso à internet, dispondo de 1 televisão, 1 notebook, 1 máquina e 2 celulares na casa.

3.1.2 FAMÍLIA CAMARGO

A família Camargo é de uma cidade do estado de Minas Gerais com menos de 7 mil habitantes, sendo composta por Beatriz, Karen, Catarina e Joana (nomes fictícios). Beatriz, é neta de Joana e sobrinha de Catarina e mora com seu pai, sua mãe e seu irmão, o qual tem, atualmente, 13 anos. A casa é própria, possui água tratada, acesso à internet e rua asfaltada, além de conter 2 televisões, 2 computadores, 2 automóveis, 1 máquina de lavar e 4 celulares.

A entrevistada Karen é prima dos filhos de Catarina. Atualmente, ela não está no mercado de trabalho assalariado, pois não precisa cuidar de seus dois filhos, uma menina de 2 anos e um menino de 3 anos, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ela mora com sua mãe, seu companheiro – não sendo casados – e seus dois filhos. A casa deles é própria, tem água tratada, acesso à

DADOS

internet e sua rua é asfaltada. Na casa a família dispõe de 1 televisão, 1 computador, 1 automóvel, 1 máquina de lavar e 3 celulares.

Na casa de Catarina mora, além dela, seu marido e seu filho Lucas, de 25 anos, mas contribuem para a renda familiar apenas ela e o seu marido. Ela possui outro filho, Pedro, de 29 anos. Sua residência não é própria e não contém nem água tratada nem rua asfaltada. Localiza-se em uma zona rural com acesso à internet, 2 televisões, 2 computadores, 1 máquina de lavar, 1 automóvel e dois celulares. A mãe de Catarina, Joana, possui mais dois filhos além dela: Maria, de 41 anos, e Sebastião, de 52 anos. A participante mora somente com seu marido. Na casa, o casal dispõe de 1 televisão, não tem computador, 1 automóvel, 1 máquina de lavar e 2 telefones celulares. A casa é própria, com rua asfaltada, água tratada e acesso à internet.

Nas entrevistas preliminares, a participante respondeu no primeiro questionário que se autodeclarou indígena e que no segundo, marcou a opção parda. Ao ser questionada com qual das duas opções ela realmente se identifica, Joana esclareceu o ocorrido, relatando que seu neto Lucas, filho de Catarina, explicou a ela que para se identificar como indígena é necessário ter ancestralidade. Assim, ela se auto identifica como negra, como resultado da miscigenação de pretos com pardos, mas como no questionário não havia tal classificação ela se autodeclarou parda.

3.1.3 FAMÍLIA SALOMÃO

As integrantes da família Salomão são residentes de uma cidade de Minas Gerais com aproximadamente 600 mil habitantes, sendo composta por Olívia, Suzana, Mercedes e Maura. A participante Olívia é sobrinha de Mercedes, mas não é familiar das outras duas participantes. Ela mora com sua mãe e seu irmão, de 30 anos, e a residência deles é própria. Lá, há 1 televisão, 1 notebook, 2 celulares; não há nem carro nem máquina de lavar. A participante Suzana, neta de Maura, reside apenas com seus filhos e na sua casa possui 1 televisão, 1 automóvel, 1 máquina de lavar e 1 telefone celular.

Mercedes, tia de Suzana, vive com suas duas filhas e com seu marido. Na residência deles tem 4 televisões, nenhum automóvel, 3 computadores, 1 máquina de lavar e 4 telefones celulares. A casa deles é própria, possui rua asfaltada, água tratada e acesso à internet. Maura, avó de Suzana, mora com uma mulher idosa, mas elas não têm nenhum grau de parentesco. Em sua casa não há nem computador nem automóvel, mas há 1 máquina de lavar, 1 celular e 2 televisões. A residência é própria, a rua é asfaltada, há internet e água tratada.

3.1.3 FAMÍLIA COUTINHO

A família Coutinho é composta por Clara, Sara, Sophia e Lucilene. As quatro participantes moram no estado de São Paulo, mas apenas Sophia mora em uma cidade com 145 mil habitantes. As outras participantes moram em uma cidade com aproximadamente 700 mil habitantes. Clara, neta de Lucilene, prima de Sara e sobrinha de Sophia, mora com sua mãe e irmã, sendo que apenas sua mãe contribui com a renda familiar. Em sua casa tem 1 televisão, 2 notebooks, 1 máquina de lavar, 3 celulares e nenhum automóvel. Sua residência é própria, com água tratada, internet e rua asfaltada.

Sara, prima de Clara e Sophia, vive apenas com seu marido e sua casa tem 2 televisões, 2 notebooks, 2 automóveis, 1 máquina de lavar e 2 celulares. A casa deles é própria, tem acesso à internet, à água tratada e à rua asfaltada. Sophia, filha de Lucilene, mora com seu marido e seus dois filhos. A residência é própria, tem água tratada, acesso à internet e rua asfaltada. Eles possuem em casa 2 televisões, 3 notebooks, 2 automóveis, 1 máquina de lavar e 4 celulares. Já Lucilene tem 70 anos e considera-se uma “dona de casa”. Na residência, possui 1 televisão, 1 computador, 1 automóvel, 1 máquina de lavar e 1 celular. A casa é própria, com água tratada, com acesso à internet e com rua asfaltada. Veja na Tabela 1 abaixo os principais dados socioeconômicos das participantes:

Tabela 1 – Principais dados socioeconômicos das participantes da pesquisa.

Nome	Idade	Auto declaração	Estado civil	Filhos	Escolaridade	Trabalho remunerado	Renda individual e familiar
Família Nascimento							
Bruna	16 anos	Branca	Solteira	Não tem filhos	Ensino Médio Incompleto (Em curso)	Não trabalha de forma remunerada	Não possui renda individual. Renda familiar de 2 a 5 salários mínimos.
Mariana	29 anos	Branca	Casada	Não tem filhos	Graduação em Direito	Gestora de Assessoria da Reitoria de uma instituição de ensino privada como há 4 anos	Renda individual de 2 a 5 salários. A renda familiar é de 5 a 10 salários.
Jaqueline	56 anos	Branca	Casada	3 filhas de 16, 29 e 31 anos	Graduação em Administração de Empresas	Funcionária pública há 4 anos	Renda individual de 1 a 2 salários mínimos. Renda familiar de 2 a 5 salários mínimos.
Helena	70 anos	Branca	Casada	2 filhos. Um homem de 35 anos e uma mulher de 43 anos	Ensino Médio Completo	Aposentada	Renda individual de 5 a 10 salários mínimos. Renda familiar de 10 a 30 salários mínimos.
Família Camargo							
Beatriz	18 anos	Parda	Solteira	Não tem filhos	Ensino Médio Incompleto (Em curso)	Não trabalha de forma remunerada	Não possui renda individual. A renda familiar é de 2 a 5 salários, apenas seus pais são os contribuintes.

DADOS

Karen	31 anos	Branca	Casada	2 filhos, uma menina de 2 anos e um menino de 3 anos	Graduação em Serviço Social	Não trabalha de forma remunerada	Não possui renda individual. Renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, sendo apenas seu marido o único contribuinte.
Catarina	49 anos	Parda	Casada	2 filhos, de 25 e 29 anos	Graduação completa em Ciências Biológicas e pós-graduação completa na mesma área	Funcionária Indústria de confecção de roupas há mais de um ano sem carteira assinada.	Renda individual de 1 salário mínimo. Renda familiar variável a cada mês, pois seu marido exerce trabalho autônomo.
Joana	70 anos	Parda	Casada	3 filhos: uma mulher de 41 anos, Catarina, de 49 anos e um homem de 52 anos	Ensino fundamental incompleto.	Aposentada	Renda individual de 1 salário mínimo. Renda familiar dos dois de 1 a 2 salários mínimos, sendo ela e seu marido os únicos contribuintes
Família Salomão							
Olívia	19 anos.	Preta	Solteira	Não tem filhos	Ensino Médio completo	Não trabalha de forma remunerada	Não possui renda individual. Com renda familiar de 1 salário mínimo, apenas a mãe de Olívia contribui para a renda.
Suzana	32 anos	Preta	Solteira	2 filhos pequenos, um de 2 anos e outro de 4 anos	Ensino Médio completo	Diarista/faxineira de forma remunerada, autônoma e sem carteira assinada. Além disso, é Yalorixá na religião Candomblé ⁷	Renda individual e familiar de 1 salário.
Mercedes	55 anos	Preta	Casada	2 filhas, de 22 e 29 anos	Curso Técnico completo	Funcionária de uma Indústria com carteira assinada e costureira de forma autônoma	Renda individual de 1 a 2 dois salários mínimos renda de sua família é de 2 a 5 salários mínimos, sendo que três pessoas contribuem.
Maura	85 anos	Preta	Viúva	4 filhas, duas já morreram	Ensino Médio completo	Aposentada	Renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, sendo que apenas ela contribui com a renda familiar.
Família Coutinho							
Clara	16 anos	Parda	Solteira	Não tem filhos	Ensino Médio incompleto (em curso)	Artesã de quadros de <i>lettering</i> (arte de desenhar letras) de forma autônoma e informal há mais de um ano.	Não indicou sua renda com as vendas de seus quadros. Renda familiar é de 2 a 5 salários mínimos
Sara	32 anos	Branca	Casada	Não tem filhos	Pós-graduação completa	Funcionária com carteira assinada de um banco privado na área de Recursos Humanos há 4 anos.	Renda individual de 5 a 10 salários e a renda familiar de 10 a 30 salários, sendo ela e seu marido contribuintes.

7 Popularmente chamada de “mãe de santo”.

Sophia	44 anos	Branca	Casada	2 filhos, de 13 e 19 anos	Pós-graduanda e formada em Ciências Econômicas	Técnica de Informação em uma empresa privada há 4 anos	Renda individual de 5 a 10 salários. Renda familiar de 10 a 30 salários mínimos, sendo apenas ela e seu marido os contribuintes.
Lucilene	70 anos	Branca	Casada	3 filhos adultos: Sophia de 44 anos, Carlos de 30 anos e Márcia de 50 anos.	Ensino Fundamental incompleto	Não é aposentada e também não trabalha de forma remunerada	Não trabalha de forma remunerada

Fonte: Produzida pelas autoras.

4. CONJUNTO DE PERCEPÇÕES ANALISADAS A PARTIR DOS DADOS

4.1 PERCEPÇÕES DAS MULHERES SOBRE A PRODUTIVIDADE NO ENVELHECIMENTO

Nesta sessão, abordaremos o tema mais específico sobre as percepções das mulheres no envelhecimento por meio da noção das próprias participantes em relação à produtividade. Será delimitado desta forma de acordo com os períodos do ciclo de vida. Em vista disso, discutiremos as percepções das mulheres participantes sobre si mesmas e sobre as outras mulheres que se encontram nos quatro diferentes períodos dos ciclos de vida: menos de 20 anos, 20 aos 40 anos, 40 aos 65 anos e acima de 65 anos.

4.1.1 A PERCEPÇÃO SOBRE AS MULHERES MENORES DE 20 ANOS ATRELADA AOS ESTUDOS

Durante as entrevistas, frequentemente, as participantes associaram a produtividade das mulheres menores de 20 anos com escolaridade e realização de estudos. Por exemplo, a participante Helena, de 70 anos, membro da família Nascimento, foi uma delas, como pode ser observado no seguinte trecho: “Olha, eu percebo que com menos de vinte anos ainda estão estudando, né? Então, isso aí é já é ser produtivo, né? Que já está se preparando pra mais coisas na vida”. Em relação às participantes menores de 20 anos, acerca da percepção de si mesmas sobre se sentirem produtivas, todas elas, Bruna Nascimento, Olívia Salomão, Clara Coutinho e Beatriz Camargo, também consideraram os estudos como uma forma de se sentirem produtivas nessa faixa etária. Como exemplo, o relato de Beatriz, de 17 anos: “Me considero produtiva em relação aos estudos. Eu começo a estudar oito horas da manhã e paro oito horas da noite”. Além disso, a participante Mariana, sobrinha de Helena e irmã de Bruna, de 29 anos, em concordância com as outras participantes, a respeito de quando tinha menos de 20 anos, também percebeu sua produtividade nessa época atrelada aos estudos, trazendo assim uma perspectiva semelhante à atual:

“Eu acho que a minha percepção sobre produtividade era mais estudo. Mais, é, me dedicar a coisas mais banais. Como, é, arrumar o cabelo. Eu acho que eu era tão produtiva igual hoje por questões de experiência. A minha noção era acordar cedo, ir para aula ou acordar cedo e fazer um trabalho. Era basicamente isso.”

Essa associação entre a percepção sobre outras mulheres e de si mesmas das participantes menores de 20 anos com os estudos pode ser devido à Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, promulgada em 1996. Essa lei estabeleceu normas para a educação brasileira em que se torna um dever do Estado com educação escolar pública a garantia de uma educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade (BRASIL, 1996). A legislação resultou em uma maior permanência no tempo das gerações nascidas a partir do final dos anos 80 na escola e, conseqüentemente, um atraso no ingresso dos mesmos no mercado de trabalho remunerado.

Todavia, a “adolescência”, dependendo do contexto, pode ser vivenciada de formas distintas, tais como a de uma mulher no mercado de trabalho, uma mãe, dentre outras de acordo com suas possibilidades e escolhas. Conforme o IBGE (2020), de 2016 a 2019, a frequência escolar de jovens, entre 15 e 17 anos, foi de 87% para 89%. Entretanto, de 2016 para 2019, entre os indivíduos de 18 a 24 anos essa mesma frequência permaneceu estagnada, com 30,7%. Apesar da maioria dos jovens brasileiros nessas idades estarem estudando, como no caso das participantes menores de 18 anos, isso não representa a realidade de muitos deles. Entre os jovens de 15 aos 17 anos, 13% deles não estão frequentando a escola, o que configura, aproximadamente, 1,6 milhões de brasileiros (IBGE, 2020). Ademais, em 2015, entre os jovens de 15 aos 29 anos que haviam evadido da escola antes de terminarem o ensino médio (1,3 milhões), 61,4% deles não concluíram o ensino fundamental, apenas 22,1% finalizaram o ensino fundamental e 16,4% não tinham o ensino médio completo (IBGE, 2016). Isso significa que a evasão escolar no Brasil abarca um número bastante significativo de jovens.

A entrevistada Olívia Salomão, autodeclarante preta, de 19 anos, em sua percepção referente à produtividade das mulheres nesse período do ciclo de vida, considerou que: “[...] Muitas das vezes, umas não tem oportunidade, é, não teve, não conseguiu um bom estudo, pra poder conseguir, mas outras tiveram oportunidades e conseguiram chegar no objetivo.” Em nosso país, os governos anteriores tentaram aprimorar a oferta de uma educação universal, contudo, a população negra não tem se beneficiado disto (CARNEIRO, 2011). Tanto as estruturas das escolas como os currículos escolares não dialogam com as realidades e vivências da população jovem, tampouco com os projetos de futuro deles (OLIVEIRA, 2018). Faltam mais investimentos públicos para o ensino brasileiro, como uma maior remuneração dos

professores que, conseqüentemente, interferem no tempo dedicado a ensinar, já que, muitas vezes, os professores exercem mais de um emprego para complementar suas rendas (OLIVEIRA, 2018). Ainda é preciso muito para mudar o cenário da educação brasileira, sobretudo, pensando no pleno acesso das populações subalternizadas. Para Mercedes, tia de Olívia, autodeclarante preta, de 55 anos, o ideal seria que, nesse período do ciclo de vida, as jovens estivessem estudando ao invés de trabalhar:

“Eu acho assim, porque se elas tão sendo produtivas, eu penso assim, trabalhar fora e ter aquele dinheiro delas, elas tão perdendo tempo, num tá estudando, né? Tá certo? Porque a melhor formação é o estudo. Então, vinte, menores de vinte anos, eu acho que elas ainda não concluíram uma faculdade, tá? Tá associando as duas coisas, que é trabalhar e estudar, provavelmente. E isso vai causar um desgaste grande. Então, quer dizer que na casa deve tá passando alguma necessidade. Que eu acho que ainda não é necessário a menina antes dos dezoito anos tá trabalhando. Eu penso assim.”

Realmente, quando ocorrem problemas financeiros em uma família, a primeira negociação em que se retira algo, se refere aos estudos. A educação dos filhos está relacionada à renda de sua família, visto que se o jovem não tiver uma estabilidade financeira em sua casa, economicamente, para sua família, o trabalho remunerado pode ser a única opção, substituindo o investimento na educação (VIEIRA et al, 2016). As identidades sociais reais das jovens, entre 14 aos 18 anos, podem ter significados distintos, dependendo do gênero, classe social, raças, contexto social, histórico e cultural (ANGELIN; TRUZZI, 2015). Em 2013, o número de jovens saindo do mercado de trabalho aumentou e, em vista disso, é evidente que o trabalho remunerado e a escola “competem” pelo tempo desses jovens, logo, é provável que uma parte deles fez a escolha por estudar durante mais tempo e outra parte tenha vivenciado dificuldades para conseguirem um emprego, e isso os levou a retornar ou se manter na escola (CORSEUIL; FRANCA, 2015).

Em contrapartida, no Brasil, de 2005 a 2015, houve uma diminuição do percentual de jovens que estudavam e trabalhavam ao mesmo tempo, o que elevou o número de jovens que apenas estudavam (IBGE, 2016). Nesse sentido, faz-se necessária uma investigação se os jovens estão trabalhando de forma remunerada e também estudando, ou apenas trabalhando ou apenas estudando. Lembrando que, a diminuição da inserção deles nas escolas acontece, principalmente, nos grupos mais vulneráveis, como os jovens membros das famílias das classes mais pobres, negros e/ou da zona rural (CORSEUIL; FRANCA, 2015).

Assim, a situação financeira é decisiva nas escolhas feitas para a educação, mas, para, além disso, o não acesso à educação impossibilita o indivíduo de entender melhor sua própria realidade. Por meio da consciência social e política, resultante

da educação, o indivíduo pode adquirir um poder “intelectual” (MADALOZZO et al, 2008). O filósofo Paulo Freire (1987), alertou sobre o que chamou de “educação bancária”, na qual se acredita que o educador é o depositante, o educando e o depositário. Esse modelo vigente na sociedade atual, não objetiva a busca pela transformação de fato, nem pela criatividade, muito menos pelo saber (FREIRE, 1987). Com a alienação e a ignorância, produzida por esses educadores, as posições se mantêm estanques entre educador e educando, permanecendo uma hierarquia. Essa rigidez recusa a premissa de que a educação e o saber fazem parte de um processo de busca (FREIRE, 1987). Na ideologia da educação bancária, os indivíduos são percebidos como seres em adaptação, moldagem e ajustamento, sendo um processo repressor no desenvolvimento de uma consciência crítica para a transformação do mundo (FREIRE, 1987). Essa educação acaba sendo parte da dominação, uma ferramenta que fortalece a ingenuidade dos oprimidos e contribui para uma acomodação ao mundo (FREIRE, 1987). Portanto, como ressaltado por Sueli Carneiro (2011), dentre as diversas formas de exclusão das pessoas negras, presentes na nossa sociedade brasileira, a educação se configura como a mais cruel.

Dessa forma, em relação às mulheres, negras e brancas, a educação e conscientização sobre as raças é a base fundamental para a conquista do poder econômico e do engajamento na luta por direitos, no entanto, isso só irá ocorrer com melhores condições financeiras (MADALOZZO et al, 2008). A participante Bruna, irmã de Mariana e sobrinha de Helena, autodeclarante branca, de 16 anos, ao ser questionada a respeito da sua percepção sobre as mulheres que não têm um trabalho remunerado, tra em seu discurso a baixa escolaridade relacionada às questões raciais:

“Eu vejo muito como meritocracia e desvalorização da população [...] Tem muita mulher que elas precisam ter um bom estudo para trabalhar. Então, elas não são aceitas. Ai a mulher, ela não tem total dinheiro para isso ou total liberdade. E também tem a questão de, hoje em dia, as mulheres negras não conseguem trabalho tanto quanto as brancas mesmo com sistemas de cotas, porque eles nem sempre são favoráveis.”

É interessante notar que as participantes menores de 20 anos, como Olívia e Bruna, apresentaram em vários momentos de suas entrevistas uma percepção com viés mais social sobre a produtividade das mulheres. Muito provavelmente isso tenha ocorrido em razão das lutas sociais, antirracistas e feministas estarem em pauta nas redes sociais, como uma estratégia muito utilizada por essas novas gerações. O debate sobre cotas, trazido pela participante, foi um grande avanço e serviu como reparação histórica para a exploração do trabalho escravo e a falta de incentivos públicos na integração social das pessoas escravizadas pós-abolição

(CARNEIRO, 2011). Entretanto, com certa frequência são fraudadas, necessitando de maior fiscalização (FREITAS; SARMENTO, 2020). Para mais, além das cotas são necessárias mais políticas públicas para aumentar os índices de escolaridade entre negros, indígenas, transexuais, travestis, etc. Além de políticas que promovam a sua permanência não apenas no Ensino Básico, Fundamental e Médio, mas também no Ensino Superior e nos programas de pós-graduação. Os estudos realizados com o objetivo de gerar dados em pesquisas científicas, por exemplo, tiveram e ainda têm em sua composição, na maioria, homens brancos, cis, heterossexual, das classes mais altas, e conseqüentemente, poucas mulheres, pessoas negras, com deficiência, LGBTQ+, indígenas, imigrantes, dentre outros indivíduos historicamente marginalizados (LINO & MAYORGA, 2016)

Segundo o retrato das desigualdades de gênero e raça, em nosso país, em 2015, as mulheres alcançaram uma melhor escolarização do que homens: os homens com mais de 15 anos estudam em média 8 anos e as mulheres 8,4 anos. Contudo, mesmo as mulheres estudando a mesma quantidade que os homens, eles ainda representam a maior parte da população economicamente ativa representando 62,3% em comparação a 37,7% das mulheres (IBGE, 2015). Em relação à raça, os homens brancos estudam em média 9 anos e os homens negros 7,4 anos. Já entre as mulheres brancas e negras, 9,1 e 7,7 anos, respectivamente. Outro fator que comprova a diferença entre negros e brancos, são os índices de analfabetismo, sendo que o número de pessoas negras menores de 15 anos analfabetos é de, aproximadamente, 69,7%, com apenas 30,3% pessoas brancas analfabetas (IBGE, 2015). Esses dados deixam claro como o racismo estrutural e o sexismo ainda interferem muito na educação dos jovens brasileiros. O que chama atenção é justamente que por meio da educação que os indivíduos podem se desenvolver, construir sua liberdade pessoal e uma formação humana durável, ocupando espaços na sociedade (EBLING et al, 2015). A educação possibilita o acesso aos saberes históricos e o conhecimento do mundo com suas diversas contradições e, assim, buscar uma transformação social (EBLING et al, 2015).

Houve uma diferença geracional entre algumas participantes sobre experiências vivenciadas em relação aos estudos e o trabalho remunerado no período do ciclo de vida de menores de 20 anos. Algumas participantes acima de 40 anos, ao contrário das anteriores, perceberam a sua produtividade quando tinham menos de 20 anos, atreladas ao trabalho remunerado e não aos estudos. São elas: Sophia Coutinho, autodeclarante branca, Catarina Camargo, autodeclarante parda, sua mãe, Joana, e Maura Salomão, ambas autodeclarantes negras. No caso de Joana Camargo, de 70 anos, diferente das jovens da pesquisa menores de 20 anos, ela passou por muitas dificuldades nessa idade, e encerrou seus estudos com 12 anos, não concluindo o Ensino Fundamental. Tentou estudar mais velha, mas sem sucesso, pois estava sobrecarregada com o cuidado dos filhos, com a casa e com

o trabalho assalariado. O mesmo ocorreu com sua filha Catarina, autodeclarante parda, de 49 anos, que também trabalhou de forma remunerada desde os 12 anos, mas, ao contrário de sua mãe, concluiu uma graduação em Ciências Biológicas e, hoje em dia, é pós-graduada nesta área.

Essa diferença entre as participantes acima dos 40 anos e as menores de 20 anos e de 20 aos 40 anos, em relação aos estudos, deve-se a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, em 1996, já apontada aqui anteriormente, que mudou a realidade de muitos jovens, ao tornar obrigatório às crianças e jovens estarem matriculados na escola (BRASIL, 1996). Além disso, houve a emenda constitucional nº20 de 1998, que fixou a idade mínima para o trabalho do menor de idade para 16 anos, podendo ser contratado como Menor Aprendiz apenas a partir dos 14 anos (BARROS, 2007). Apesar de ser um grande avanço e imprescindível, mudanças como essas necessitam de um planejamento e um maior investimento público para não impactar tanto na Educação dos brasileiros e, conseqüentemente, na inserção no mercado de trabalho formal. No trecho a seguir, Joana Camargo fala sobre como se percebeu relação a sua produtividade quando tinha menos de 20 anos, sendo possível perceber a não obrigatoriedade de estar na escola antes de 20 anos:

“[...] Com 12 anos falei que eu não ia estudar, mas que eu já sabia tudo. E meus pais não obrigaram. Me deram uma enxada e vamos pra roça. Então, que eu consegui estudar foi até o terceiro ano, mas sei lá, eu acho que para mim chega. Quando eu vim pra cá, mudei lá da roça, eu comecei estudar. E aí pensai: agora eu vou estudar muito. Meu irmão ficava na minha casa com meus filhos. Aí é. Eu cheguei. Eu comecei estudar, quando chegou no final do ano a professora deu Mobral⁸. Eu falei não, quero diploma não, não vale nada (risos). Aí eu fiquei chateada e sai da escola. Não tinha. Não tinha algo para mim aqui. Tinha Mobral. Mobral eu já sabia. Eu já tinha estudado. Eu estudei até o terceiro ano na roça. [...] Aí chegou a aula que eu queria. Só que eu não fui mais. Ia ter que deixar os meninos, trabalhar o dia inteiro, trabalhar a noite, era muito pesado. Aí não estudei mais. Mas eu sabendo escrever o nome e lê já tá bom [...]”

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que, assim como a renda, a escolaridade também define as trajetórias laborais das mulheres. As maiores jornadas de trabalho doméstico não remunerado são realizadas por mulheres

8 O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi criado entre 1970 a 1985, um período em que intensificou o avanço do capitalismo no Brasil devido à industrialização. Este programa tinha como finalidade qualificar a mão de obra industrial, por meio de uma maior escolarização e redução do analfabetismo, a fim de atrair mais multinacionais para o país e “remover o Brasil do atraso histórico” (SILVA et al, 2021).

menos escolarizadas e, como consequência, isso contribui para que ocupem os postos mais inferiores e desvalorizados no mercado de trabalho (DEDECCA et al, 2009), geralmente, ocupado pelas mulheres oriundas das classes menos favorecidas (BARBOSA; COSTA, 2017; PICANÇO; ARAÚJO, 2019). Apesar da relevância desse fato, a educação não pode ter como único objetivo preparar indivíduos aptos para o mercado de trabalho, e tampouco ser associada apenas à percepção das pessoas menores de 20 anos, já que o acesso a ela deve ser democrático. Portanto, ao conceber a educação como uma ferramenta de transformação social (EBLING et al, 2015), e que por meio dela o indivíduo pode adquirir um poder “intelectual” (FREIRE, 1987), denota-se a inclusão social deles. Todos os indivíduos, incluindo Joana, em qualquer período do ciclo de vida precisam ter facilidades para que consigam ter acesso à educação. Diante disso, visando o aumento dos índices de escolaridade entre os brasileiros, são necessárias, além das sugestões explicitadas, mais políticas públicas que diminuam o trabalho doméstico não remunerado e promovam a inclusão da mulher no mercado de trabalho em locais como lavanderias, restaurantes comunitários, hortas coletivas etc. (BARBOSA; COSTA, 2017; FEDERICI, 2019b; PICANÇO; ARAÚJO, 2019).

Por fim, em relação às mulheres menores de 20 anos que participaram deste estudo e o trabalho doméstico não remunerado, todas as quatro participantes relataram que o realizam em suas casas. Inclusive Beatriz, neta de Joana, que se percebe produtiva justamente por conseguir realizar os dois trabalhos: “Eu me sinto muito produtiva, porque eu consigo conciliar os estudos com as tarefas de casa entre outras coisas.” As mulheres, no geral, são inseridas desde novas nas atividades do trabalho doméstico não remunerado, até mesmo na infância (AGUIRRE, 2012). Nesta pesquisa, não foi diferente, a maioria, 15 entre as 16, começaram a trabalhar de forma doméstica não remunerada na infância ou na “adolescência”. A realização do trabalho doméstico não remunerado feito pelas jovens depende também da classe social dessas famílias, uma vez que, quando a família tem dinheiro, acaba contratando outras mulheres para exercerem esse trabalho, de forma remunerada, e conta com uma rede de apoio, composta por suas filhas, irmãs, vizinhos, mães e amigas (AGUIRRE, 2012; ARANTES, 2019).

4.1.1.1 AS “ABORRECENTES”: PERCEPÇÕES NEGATIVAS SOBRE AS MULHERES JOVENS MENORES DE 20 ANOS

Na sociedade, a “adolescência” é uma etapa vista de forma estereotipada (TOMIO; FACCI, 2011). Os indivíduos que se encontram nesse período da vida sofrem preconceito ao terem suas imagens vinculadas a características como imaturidade (biológica e intelectual), rebeldia (sem explicação), despreparo (no âmbito laboral e na vida sexual), estado emocional constantemente em crise,

instabilidade, desequilíbrio, dentre outras (MAYORGA, 2006; BOCK, 2004). Nesse estudo, foi possível observar algumas associações negativas em relação às mulheres menores de 20 anos. Veja nos dois fragmentos abaixo, de Mariana Nascimento, de 29 anos, a qual declara sua percepção sobre as mulheres menores de 20 anos em relação a serem produtivas:

“É até um questionamento que eu tenho... assim... em relação às pessoas que são mais novas bem mais novas do que eu (risos). [...] Eu percebo, não sei se é da geração nova, um grau de imaturidade. Eu não sei talvez eu até fosse assim e não sabia.”

“Eu não sei, igual eu falei, se é uma questão da geração nova. Parece que eles não tão... eles são meio assim com descaso. Se deu, deu. Se não deu, não posso fazer nada. Não é nada comigo. Então, eu vejo, não é 100% dos casos, mas 99,9% dos casos que eu tive contato, eu vejo que essa geração mais nova não tá tendo responsabilidade sobre...é...sobre a questão profissional. Sabe que certas situações, certas ações...é...vão marcar ela. Aí, eu com 20 anos, eu não fiz o que meu chefe pediu para eu fazer. Ah, tô nem aí. Então, não ligam para as consequências, não conseguem ver as consequências de uma ação ou de uma omissão.”

Contudo, apesar dessas associações negativas terem sido feitas, utilizando as expressões “imaturidade”, “descaso”, “sem responsabilidade” e “inconsequentes”, a participante deixa claro que sua percepção é da geração que, atualmente, tem essa faixa etária. Nos estudos da área de desenvolvimento humano na Psicologia, muitos autores conceituam essa fase como um período de transformações físicas e de comportamentos negativos. A desvalorização da “adolescência”, apontada por alguns teóricos, acaba relacionando essa fase do desenvolvimento a atributos negativos, com a justificativa de que as modificações físicas da puberdade geram distúrbios de conduta, em decorrência da imaturidade emocional (TOMIO; FACCI, 2011). Assim, a adolescência é sinalizada por elementos de poder “adultocêntricos”, culturais e históricos, em que o “amadurecimento pessoal” viria, simplesmente, pelo avanço da idade cronológica (MAYORGA, 2006; COIMBRA; NASCIMENTO, 2003).

Áreas do conhecimento hegemônico, como Medicina e Biologia, utilizam como base para suas práticas a afirmação de que as determinadas alterações hormonais, glandulares e físicas são responsáveis por determinadas características psicológicas e existenciais próprias da juventude, durante a fase da suposta “adolescência”. Para Bock (2004), em várias teorias, esse momento é reportado como se fosse algo natural do ser humano, por meio de uma generalização de características a todos os indivíduos nesta fase, sem levar em conta a cultura.

Os autores Tomio e Facci (2011), partem da hipótese de que a classe social pode agravar tais associações negativas à identidade destes indivíduos. A afirmação

de que esse período do ciclo de vida é uma fase improdutivo devido à associação de tais características desfavoráveis acabam deslegitimando o estudo como forma de produtividade, além de desconsiderar a vivência de jovens das classes pobres, que precisam trabalhar de forma remunerada para complementar sua renda. Bruna, irmã de Mariana, de 16 anos, confronta essa ideia ao apontar os estudos como uma forma de produtividade:

“Ahh, eu acho, tipo, você ser produtiva não é só questão de trabalho, mas sim da sua própria vida. Tanto uma criança quanto uma adolescente já pode começar a pensar e ter responsabilidades. Tipo, uma pessoa de 20 anos vai ter uma responsabilidade de um dia produtivo, uma vida produtiva com certo trabalho, ou certo desempenho. Já um adolescente vai ter na sua escola ou pensando no seu futuro.”

Segundo Federici (2019a), a produtividade seria uma forma de poder social. Para mais, além do relato de Mariana, a discriminação feita com os jovens dessa faixa de idade pode ser também em razão de alguns campos de atividade humana serem completamente desvalorizados, tomando como exemplo as pessoas escravizadas, colonizadas, prisioneiros, “donas de casa” e os estudantes (FEDERICI, 2019b). Essa visão pode ser acentuada quando pensamos nas relações de gênero, já que muitas meninas desta idade realizam o trabalho de casa não remunerado, o qual, exatamente por ser gratuito, faz alguns indivíduos acreditarem na ideia de que ele não é produtivo (GEORGE, 2019).

Outro aspecto importante é que a delinquência, a criminalidade, a gravidez na “adolescência” e o alto índice de evasão escolar, em certos contextos, são vistos pela sociedade como um resultado da “crise de identidade” na “adolescência” – a qual também é naturalizada e considerada passageira em várias teorias da Psicologia (MAYORGA, 2006). Na verdade, a posição de “lugar nenhum” desta fase da vida, ou seja, o fato de não serem considerados nem adultos nem crianças, faz com que esses jovens tenham que enfrentar uma invisibilidade de várias maneiras (MAYORGA, 2006).

Joana Camargo, de 70 anos, apresentou, assim como Mariana, uma visão negativa das jovens menores de 20 anos: “É difícil ter uma que tenha compromisso, sabe? Essa idade aí é meio doída. Tem umas que não têm compromisso, mas tem umas que trabalham muito [...]”. Essa percepção de Joana, de que o trabalho é sinônimo de compromisso para os jovens, pode ser consequência da concepção moralista que reverbera na nossa sociedade de que uma ocupação poderia ser a solução para a violência e a desordem provocada pelos jovens (LINO; MAYORGA, 2016).

Na década de 90, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, essa concepção começou a mudar, conduzindo-a para uma perspectiva de direitos

e não de que um emprego seria um caminho para a salvação (LINO; MAYORGA, 2016). O preconceito com a “adolescência”, a meu ver, contribui para a ausência do Estado na garantia de direitos para esses jovens, como por exemplo, uma realidade econômica mais favorável, uma educação de maior qualidade, além dos investimentos em serviços públicos que propiciem melhores condições de vida. Além do mais, as pesquisadoras Coimbra e Nascimento (2003) evidenciam que os jovens pobres e marginalizados podem elaborar novas estratégias de sobrevivência, resistência e luta contra as exclusões que permeiam seus cotidianos. Desta forma, ao contrário da imagem imposta aos jovens, eles podem criar diferentes formas de ser e viver, contrariando, assim, visões estereotipadas.

4.1.2 A PERCEPÇÃO SOBRE AS MULHERES DE 20 AOS 40 ANOS: A IDADE DO ESFORÇO MÁXIMO

A literatura científica da área se mostrou limitada no que se refere à identidade ou percepção sobre os indivíduos de 20 aos 40 anos, principalmente em relação às mulheres nesse período da vida. Porém, nos relatos das mulheres deste estudo, de diferentes idades, foi possível perceber um padrão de características atreladas a esse período da vida. Para a maioria das participantes, é o momento da fase reprodutiva em que a mulher mais se sobrecarrega, seja na busca de melhores oportunidades e crescimento no mercado de trabalho, seja pelo fato de estarem estudando para uma melhor qualificação. Ademais, no caso de algumas mães, há o cuidado com os filhos, além das atividades domésticas não remuneradas, que estarão presentes por toda a vida delas. Essas atividades citadas, na maioria das vezes são realizadas simultaneamente por essas mulheres e, por serem ainda iniciantes no mercado de trabalho e/ou não qualificadas o suficiente, recebem baixos salários.

Estudos apontam que, em diversos países as gerações nascidas depois da década de 80 enfrentam, nos dias atuais, padrões salariais inferiores ao das gerações anteriores e isso vai além do momento de inserção no mercado de trabalho, podendo ser uma marca por toda a vida (FERREIRA, 2019). A maioria das participantes vinculou esse período como sendo um momento da vida “de crescer”, “de se aperfeiçoar”, “de correr atrás”, “de trabalhar mais”, “de ser mais exigida”, “de se desdobrar” e “de provar seu valor”. Essa percepção pode ser observada nos fragmentos abaixo, de duas entrevistas diferentes, relativas à percepção delas sobre produtividade nessa idade:

“Chegou aos vinte anos corre atrás! Corre atrás e faz toda a sua, tenha toda a sua base, faz toda a sua vida pra que quando você chegar nos cinquenta, a concorrência não te pegue tanto, né? Como aquela que deixou pra correr atrás de uma remuneração de um trabalho mais na meia idade, né?” (Jaqueline Nascimento, de 56 anos).

“Bom, eu acho que é a faixa que eu estou hoje, né? Então, acho que é a faixa que as pessoas são mais são exigidas, né? Que é a hora que você tem que mostrar seu valor pra ver se as coisas andam. Eu falo sempre dentro da minha realidade do banco, tá? Porque é o que eu conheço. Então, assim, quando você fala mais de quarenta, é uma pessoa que já está no cargo de liderança, que já chefia uma área, né? Então, ela já provou o que ela precisa. Então, é ali que ela vai fazer gestão da equipe. Agora, até aí, você tem que se provar muito. Você tem que se desdobrar muito mais! Entregas têm que ser sempre além do esperado. Eu acho que as pessoas se sobrecarregam mais também.” (Sara Coutinho, 32 anos).

Para além da geração, esta pesquisa, por meio dos relatos das participantes, mostrou que entre 20 aos 40 anos talvez seja um período do ciclo de vida que as mulheres mais se sobrecarregam sem ter, ainda, reconhecimento suficiente (porém, é claro, com particularidades ocasionadas pelo momento histórico vivenciado). Outra pesquisa – realizada com mulheres estudantes da geração Y, nascidas entre 1978 e 1998, a respeito da construção de suas carreiras individuais no âmbito profissional – salientou que as participantes buscam sucesso, reconhecimento e maiores remunerações (LEMOS et al, 2013). Essa geração, ao mesmo tempo, é marcada pelo maior tempo de estudo e adiamento da inserção no mercado de trabalho, embora no caso das famílias mais pobres seja diferente, já que os jovens sofrem com os altos índices de desemprego (GALLAND, 2000).

O que distingue essa geração da anterior é o fato de que antes os marcos dessa fase eram o ingresso no trabalho remunerado, a saída da casa dos pais e o casamento (ROCHA-DE-OLIVEIRA et al, 2012). Contudo, as jovens da geração Y, ao contrário da geração anterior, sofrem com o aumento do desemprego e com as dificuldades na inserção profissional, devido à Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional e a emenda constitucional, discutidas anteriormente, que retardaram o ingresso dessa e das gerações futuras no mercado de trabalho. Somado a isso, é possível responsabilizar a falta de políticas públicas que amenizassem as consequências disso, resultando em uma maior dependência financeira dos pais. Joana Camargo, nascida em 1951, da Geração Baby Boomers, autodeclarante parda, trabalhava, quando jovem, de forma remunerada em um salão de costura e já era mãe. No entanto, o trabalho “intenso” parece ser típico desta idade, independente da geração. No trecho abaixo, ela fala sobre a percepção que tem sobre sua produtividade dos 20 aos 40 anos:

“Eu sentia bem, ajudava muito. Eu trabalhava lá no salão de costura. Eu trabalhava o dia inteiro. Dia de sábado se precisasse fazer um serviço eu ia. Às vezes tinha muito serviço pra fazer, eu ficava lá até 20 horas da noite trabalhando. E tudo eu. Era muito feliz. Eu

trabalhava e não tinha preguiça de trabalhar. Graças a Deus!”

Apesar das diferenças geracionais, o local onde a pessoa vive – zona rural ou urbana –, sua classe social e sua raça terão mais impacto na educação e no trabalho assalariado e doméstico não remunerado do que o corte geracional (ROCHA-DE-OLIVEIRA et al, 2012). Como exemplo, é possível citar a participante Joana, que morou durante muitos anos de sua vida na zona rural de uma cidade pequena de Minas Gerais. Outros exemplos seriam as próprias participantes desta pesquisa, entre 29 e 32 anos, que apesar de serem uma amostra muito pequena (4 pessoas), são incontestavelmente diferentes, principalmente em relação à carreira profissional, que, claramente, pode ser influenciada pela maternidade e pela renda – no caso de Karen e Suzana – e também pela raça – no caso de Suzana. No que se refere à percepção da produtividade das mulheres dessa faixa idade, até o momento da entrevista, a participante Joana, além de explicitar essa sobrecarga, também apontou as possíveis diferenças na experiência do trabalho remunerado:

“Tem umas que trabalha muito, né? Dos 20 aos 40, né? Aí depois já não tá aguentando mais, né? Porque às vezes precisa tomar um remédio, não tem dinheiro, né? Porque a pessoa trabalha, mas ganha pouco. Pra ganhar muito tem que ser professora, tem que ter estudado né? Agora essa que não estudou é só serviço pesado. Que trabalha em casa de família é pesado. É muita coisa que tem que dá conta, né? Aí é bem difícil. A pessoa tem que chegar na hora certa, deixar os filhos em casa sozinho. É muito difícil!”

Em nossa sociedade, a juventude é hipervalorizada quanto à produtividade e à estética (ANDRADE, 2011; MORANDO et al, 2018). Entretanto, como evidenciado nos relatos das participantes acima, há desvantagens nessa valorização do jovem, pois favorece para que ocorra maiores exigências no mercado de trabalho como justificativas de serem mais produtivos e dispostos. A geração Y tem níveis de escolaridade maiores e, portanto, nessa lógica, é também mais qualificada para o mercado de trabalho do que as gerações anteriores, mas isso não significou necessariamente melhores oportunidades (PERRET-CLERMONT, 2004). As trajetórias destes jovens são feitas com alternâncias de empregos temporários, desemprego, retomada aos estudos, trabalho de meio período e rebaixamento profissional (YANNICK; LEFRESNE, 2000).

Na América Latina, os jovens das classes mais pobres sofrem privações, devido à dificuldade no ingresso aos estudos, e trabalhos precários, além de uma maior dependência de políticas públicas – as quais muitas vezes não são favoráveis

no Brasil, tais como habitação, saúde, transporte, alimentação e educação (ROCHA-DE-OLIVEIRA et al, 2012). As mulheres que se encontram nessa faixa etária possuem muitas demandas profissionais, em um mercado competitivo, no qual a pressão por melhores resultados é crescente (LEMOS et al, 2013). Além do mais, a maior parte delas, que sofrem com os empregos instáveis – contratos de duração determinada e subvencionados –, são mulheres mais jovens, com menores qualificações e titulações em comparação à população assalariada total (HIRATA, 2009).

Para mais, o momento histórico atual não favorece condições satisfatórias para a saúde mental. A pandemia da COVID-19 trouxe prejuízos distintos aos trabalhadores, e as mais afetadas foram as mulheres, os negros, os jovens e as pessoas com baixa escolaridade (BARBOSA et al, 2020). A crise sanitária atual aumentou o número de pessoas trabalhando de forma remota com possíveis adoecimentos, pois as jornadas laborais tornaram-se mais extensas, além do estresse causado pela própria pandemia, dentre eles, o medo de contaminação de si mesmo ou dos seus amigos e familiares, o distanciamento social e os problemas financeiros (KOZYREFF; BEGA, 2020; TENÓRIO, 2021). Nesse contexto, na esfera laboral, houve um aumento nas condições precárias de trabalho – informalidade, instabilidade, desemprego, menores salários, contratos temporários e o aumento de trabalhos autônomos (KOZYREFF; BEGA, 2020; BARBOSA et al, 2020). Assim, a produtividade, não só desse período do ciclo de vida, mas de todas as pessoas, foi afetada, seja para mais seja para menos. A participante Sara aponta que sua produtividade na pandemia, com o trabalho remoto, não é a mesma de antes, quando seu trabalho ainda era presencial:

“Eu, hoje em dia, agora depois do início da pandemia, virou tudo uma bagunça, né? E hoje, eu não tenho mais outro horário pra entrar ou pra sair do serviço. Então, tem dias que eu entro seis e meia da manhã, saio dez horas da noite. Estou entregando tudo que preciso tudo que me é exigido, mas dentro disso, não me sinto produtiva por ter que estender tanto a jornada de trabalho pra conseguir entregar muito além do que eu deveria. Então, nós tivemos um caso de corte de funcionários. Então, sobrecarregou muito as equipes, né? Então, a gente tá tendo que se virar, e isso acaba que chega no final do dia, você fala: nossa, eu trabalhei tanto, mas eu não sei nem o que eu fiz, de tanta coisa. Então, hoje em dia, eu não me sinto produtiva, apesar de entregar muito mais do que precisava, mas quando chega no final do dia, cê fala: nossa, foi tanta coisa. E não é da mesma coisa, né, não é o mesmo assunto que você trata. São tantas coisas diferentes, que você não consegue perceber essa entrega depois no final do dia. Então, hoje eu não me sinto produtiva. [...] Eu não vejo produtividade quando eu não consigo encaixar minha vida pessoal com a minha vida profissional. Então, hoje

basicamente só tenho a minha vida profissional, pouco tempo ou quase nenhum tempo me sobra pra minha vida pessoal.”

No trabalho em modelo *home office*, há uma linha tênue entre o trabalho remunerado e a vida privada, entre as atividades da empresa e da casa, entre o espaço de trabalho e o espaço de descanso (TENÓRIO, 2021). A situação se agrava se pensarmos nas mulheres, as quais vivem um desgaste emocional maior com as crianças e os jovens, que, na pandemia, ficaram em casa e estudando remotamente. Percebe-se, então, que mulheres, de 20 aos 40 anos, no que concerne à inserção no mercado de trabalho, enfrentam dilemas em relação à junção da carreira profissional com o trabalho doméstico não remunerado. É possível perceber nas falas das participantes, inclusive, essa associação. Um exemplo é Helena, de 70 anos, que disse: “[...] de vinte aos quarenta? Eu penso que formando. Ter um trabalho, né? Ter uma família. Que já começa mais cedo, entra nesse período, cuidando de filhos também”. Outro exemplo é a entrevistada Sophia, de 44 anos, prima de Sara:

“Vinte a quarenta, muitas já estão, né, cuidando de casa, né? Então, dividindo aí afazeres domésticos. Então, hoje, eu vejo que, que as mulheres se dividem mesmo com a tarefa de casa, com o trabalho e com continuar estudando, né? Não vejo elas deixarem a peteca cair, não dentro das suas condições financeiras, é claro, né? Então, acho que é mais uma condição financeira do que a vontade de, realmente, de estudar, né? É isso aí.”

Desta forma, a maternidade, para as mulheres de 20 aos 40 anos, que querem ou não ter filhos, pode ser uma pressão a mais se ainda precisam trabalhar de forma remunerada e/ou estudar. Além disso, em razão da prevalência da cultura machista em nossa sociedade, os homens são menos cobrados pela criação dos filhos, sendo as mulheres as principais responsáveis por esse trabalho (BIROLI, 2019). Diante disso, o papel imposto para a mulher dentro de uma família é, possivelmente, uma fonte de *stress* maior do que para os homens. Apesar de todas as participantes alegarem que as mulheres realizam múltiplas tarefas nesta idade, a vivência de cada uma delas será diferente por diversos motivos, tais como aspectos geracionais/históricos, classe social e raça, carreira profissional, maternidade e período em que se encontram nela. Jaqueline Nascimento, de 56 anos, por exemplo, relata:

“Depois dos trinta e poucos anos, as minhas filhas já estavam mocinhas. Então, há uma necessidade pra sair e trabalhar fora mesmo, de você continuar trabalhando [...] até ter um ganho extra, porque aí você, com filhos e jovens, já indo pro Ensino Médio, já pensando na faculdade, o gasto na família aumenta muito! Então, você já tem que trabalhar mesmo dentro e fora de casa, ou até mesmo fazer um [trabalho] como autônomo, né?”

Nesse sentido, no Brasil, há uma diminuição nos índices de natalidade, e a maternidade tardia, entre as mulheres com maior escolaridade, deverá aumentar, nas próximas décadas, se elas tiverem melhores oportunidades no mercado de trabalho (IBGE, 2020). Somado a isso, a expectativa de vida da população está aumentando e não é possível prever, exatamente, quais serão os efeitos do envelhecimento da população para o mercado de trabalho e isso pode ocasionar um desequilíbrio nas ferramentas de controle capitalista (NEILSON, 2019). Ou seja, em outras palavras, o aumento da população idosa pode gerar efeitos na própria divisão sexual do trabalho. Karen Camargo, de 31 anos, tem dois filhos pequenos, sendo um diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e, até o momento da entrevista, teve que escolher não trabalhar de forma remunerada para se dedicar aos cuidados de seus filhos. No fragmento seguinte, ao falar a respeito de como ela se percebe produtiva, é possível ver como a percepção de sua produtividade foi alterada pela dedicação exclusiva à maternidade:

“Olha, eu já me considerei uma pessoa produtiva quando eu trabalhava fora. Igual eu te falei, quando eu trabalhei lá no Rio de Janeiro [...]. O serviço que eu fazia eu me considerava uma pessoa produtiva, porque eu não esperava o patrão chegar, me chamar, falar: óh, tem que fazer aquilo, tem que fazer isso. Trazia tudo na mesa dele, o que eu pudesse fazer pra adiantar o serviço eu fazia. Então, eu me considerava uma pessoa produtiva. Hoje, eu não me considero mais, porque o meu serviço dentro de casa é um serviço que eu faço todos os dias. Não muda nada! Eu não tenho como produzir, como melhorar de vida eu mesma. Então assim, eu não me considero produtiva hoje, mas eu já me considerei produtiva.”

É possível perceber no relato de algumas das participantes, como exemplificado no trecho de Karen, que elas quase não atribuem o conceito de produtividade ao trabalho doméstico não remunerado. Isso se deve, justamente, ao fato do trabalho doméstico não ser pago e, por isso, não ser considerado produtivo (BIROLI, 2018; FEDERICI, 2019b). Dessa forma, as “donas de casa”, como Karen e Lucilene, são desvalorizadas socialmente e sofrem com o isolamento social por estarem constantemente em casa. Segundo Silvia Federici (2019), a não atribuição de produtividades a si mesmas em relação ao trabalho doméstico não remunerado, principalmente a ocupação de “donas de casa”, associa-se à falta de clareza delas para identificar onde seus afazeres começam e onde terminam, e por fim, à dificuldade em reconhecer seus próprios anseios. Este tema será mais bem discutido no tópico: “O trabalho invisível das mulheres no envelhecimento.”

4.1.3 A PERCEPÇÃO SOBRE AS MULHERES ENTRE 40 AOS 65 ANOS

Da mesma forma que ocorre com as mulheres dos 20 aos 40 anos, em relação à percepção das pessoas entre 40 aos 65 anos, há uma escassez na literatura científica sobre a temática, ou até mesmo uma inexistência de estudos sobre a rotina, cuidados e família dessa faixa etária. Não obstante, houve um padrão nas características apontadas acerca da produtividade das mulheres nessa idade nesta pesquisa. Uma das vinculações mais frequentes feitas pelas participantes foi referente às dificuldades enfrentadas por essas mulheres no mercado de trabalho. Nos relatos das participantes desta pesquisa, algumas delas vincularam essa faixa de idade à dificuldade de se manterem ou mesmo de se inserirem no mercado assalariado, devido às questões de idade e gênero. Olívia Salomão, de 19 anos, enfatizou em seu discurso: “Acho que chega a ser muito difícil, principalmente, em questão da idade e do sexo. Acho que é isso! Acho que também [...] chega a não ter muitas oportunidades por essa questão de idade, principalmente.” Em concordância, Sara Coutinho, de 32 anos, confirmou esse fato, mas abrangeu o tema, apontando as possibilidades de produtividade nessa idade:

“[...] Então, mesmo que, eu acho que no mercado de trabalho, isso já é bem complicado, porque as portas começam a se fechar, falando quando as pessoas estão mais velhas, cinquenta e cinco ou sessenta e cinco, as portas começam a se fechar. Só que não quer dizer que a pessoa não é produtiva. A pessoa pode sim empreender, ter seu próprio negócio e ser muito mais produtiva do que estando trabalhando numa empresa. Então, eu acredito que idade não diz se a pessoa é produtiva ou não. Acho que é um momento de vida diferente, né? Que nesse momento da vida você vai aproveitar da forma que você achar mais conveniente. Você quer só se aposentar e ficar de boa em casa? É uma opção sua, né? Agora, você quer fazer alguma coisa que você já goste? Você quer ter o seu negócio? Ou algo que te dá prazer? Eu acho que a produtividade está muito ligada à como você se sente com isso, se é algo que te dá prazer, sua produtividade vai aumentar. Agora, se você tá fazendo por obrigação, eu acho mais complicado, né? Aí isso interfere muito na questão de entrega mesmo, né?”

No ocidente, tempo significa dinheiro, ou seja, mercadoria, em que ele é “gasto”, “desperdiçado”, “salvo”, “dado”, “extra”, fazendo com que seja intimamente relacionado ao trabalho remunerado e o lucro (HELMAN, 2005). Assim, as concepções de ser produtivo é centrada na noção de lucro, talvez, até mesmo pela designação e significado da descrição - “aquilo que gera um produto” (YAMANOE, 2017). A visão sobre o conceito de produtividade de Sara se faz muito pertinente, pois, além

da ideia de que a vida não precisa ser sempre associada ao lucro, há outras formas de gerar “produção” e que, na maioria das vezes, não são reconhecidas como trabalho, como no caso do trabalho doméstico não remunerado e dos estudos. Nas últimas décadas, os jovens foram e ainda hoje são entendidos como mais produtivos do que em outros períodos da vida, pois se acredita que eles possuem maiores habilidades e conhecimentos mais abrangentes em todos os aspectos da vida, inclusive no trabalho remunerado (HELMAN, 2005). Porém, como ressaltado por Jaqueline Nascimento, de 56 anos, nas idades entre 40 e 65 anos, as mulheres estão mais experientes em suas carreiras, mas em razão do mercado ser muito competitivo, norteador por essa perspectiva de maior valorização da juventude, as mulheres dessa idade, em muitos casos, precisam optar por um trabalho autônomo:

“Eu acho que, a partir dos quarenta, as mulheres estão bem também, já com uma experiência, mas a partir dos quarenta que ela está bem madura [...] ela já deve estar sofrendo muito com a concorrência. Então, muitas vezes as mulheres de quarenta anos vão optar pelo que? Um serviço autônomo. [...] Porque ela sabe que numa empresa, que ela trabalha, que tenha muitas pessoas de vinte, trinta anos, a de quarenta já vai ficar mais, mais de lado. Então, ela tem que pensar assim, eu não posso achar que eu vou me aposentar na empresa. Coisa que na minha época a gente achava. Entra numa empresa, morria, aposenta nela. Hoje em dia não! Você chegou aos quarenta, quarenta e cinco, cinquenta, já tá na ponta, assim, você vai ser a primeira a ser mandada embora quando a empresa ver que tem mais gente nova no mercado, com mais potencial do que você, a partir dos quarenta. Que realmente, eu sei que a partir dos quarenta a gente já fica um pouco mais, é, mais cansada, vamos dizer assim. A gente não corre tanto atrás como quando você tem vinte anos, mas a gente tem uma experiência muito boa! A gente tem todo um. Como fala o termo? Toda uma gama, né? [...]A partir dos quarenta, pode começar a ter um serviço extra, porque do dia pra noite, você já está na mira de ser mandado embora, porque você é a mais velha das outras que trabalham com você.”

Segundo Ribeiro e Coimbra (2004), dois fatores que prejudicam as mulheres a se inserirem no mercado de trabalho são a escolaridade, anteriormente discutida, e a idade. Esses autores afirmam que a idade pode ser uma explicação para a dificuldade das pessoas de “meia-idade” em conseguir um emprego remunerado, na qual a discriminação se dá pelo fato do envelhecimento ser associado a limitações físicas e de, como isso, afetar a atividade profissional exercida pelas pessoas dessa faixa etária. Assim, as empresas, ao mesmo tempo, discriminam e descartam as pessoas mais velhas enquanto priorizam a contratação de trabalhadores mais

jovens (RIBEIRO; COIMBRA, 2004). Apenas 28% das mulheres brasileiras, entre 45 e 49 anos, possuem trabalho de carteira assinada, entre 55 e 60 anos, o número cai para 20%, e depois dos 60 anos, somente 10% estão empregadas nesse regime (CEPELLOS, 2021).

Em uma pesquisa realizada no norte de Portugal, com pessoas desempregadas com mais de 40 anos e com gestores de Recursos Humanos, concluiu-se que a contratação de novos trabalhadores, de maneira geral, é influenciada pela visão discriminatória que as empresas em relação às pessoas mais velhas (SILVA et al, 2017). No estado do Rio de Janeiro e na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o desemprego não se apresenta de forma homogênea para todos os indivíduos, sendo mais comum entre mulheres mais velhas e com menor escolaridade (POCHMANN, 2015). Nessa região, a maioria das mulheres mais velhas é empregada na construção civil, na indústria e em atividades reprodutivas remuneradas (POCHMANN, 2015). Em conformidade, neste presente estudo, as participantes Catarina Camargo, de 49 anos, e Mercedes Salomão, de 55 anos, residentes do estado de Minas Gerais, trabalhavam até o momento da entrevista em indústrias de confecção de roupas.

As concepções relativas ao envelhecimento existem em decorrência de uma construção social e temporal em uma sociedade moldada por crenças e valores específicos que a conduzem, nos quais permeiam questões polifacetadas, com várias direções e contrastes (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). O processo de envelhecer vai além das dimensões da idade cronológica, e não pode ser associado apenas às limitações biológicas (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Em relação à produtividade nesta idade, Joana falou sobre sua experiência: “Eu trabalhei até os 50 anos, eu trabalhei no salão de costura. É, sentia a mesma coisa. Não mudava não. A idade não muda tanto não. Até 50 a gente é a mesma coisa. A produção é a mesma.” As mulheres dessa faixa de idade vêem constantemente sua produtividade ser questionada no mercado de trabalho, mas assim como Joana, Jaqueline, de 56 anos, também relatou em sua entrevista que a experiência de vivenciar tal idade e que a percepção sobre si mesma foi diferente da imagem que tinha antes deste período do ciclo de vida. Faz sentido pensar que as mulheres podem só ter noção do que essas idades representam quando finalmente estão vivenciando-as e, em parte, das representações estereotipadas produzidas socialmente sobre o envelhecimento. Ademais, não é possível estabelecer um padrão de produtividade para uma mesma idade, pois pode haver estratégias compensatórias, as quais acabam resultando em formas de ser produtiva e até mais eficazes (NERI, 2006). Veja no trecho em que Jaqueline descreve sobre as “produtividades” em sua trajetória de vida:

“É muito boa! melhor do que eu imaginava, porque quando você tem vinte anos é muito, cê já sabe que você é produtiva, você

já sabe que você sabe fazer tudo, mas quando você atinge uma idade, a partir do cinquenta, e eu já tenho cinquenta e seis, é muito melhor, porque você vê que você ainda é produtiva, que você consegue ainda aprender a fazer as coisas, sejam elas quais forem, e você tem condições de continuar fazendo. E ainda assim, você pode até ajudar outras pessoas em algumas dúvidas. Então, em toda a experiência que eu sempre achei que um dia eu iria ter, eu já tenho a partir de agora. Eu tive toda uma vida de vinte, trinta e quarenta anos. E agora, aos cinquenta, eu continuo sendo produtiva e ajudando mais ainda outras pessoas, porque agora eu adquiri uma experiência muito boa. Eu ainda consigo aprender a trabalhar, eu ainda consigo aprender a colocar uma pessoa do meu lado pra me ensinar a mexer alguma coisa no computador. Então, eu consigo aprender, aí eu faço todo o meu trabalho no computador. E dali eu vou aprimorando. Então, isso é muito bom.”

A perspectiva lifespan, criada pelo psicólogo alemão Paul P. Baltes ganhou um espaço consagrado na década de 70 na área da psicologia do desenvolvimento (NERI, 1995). Esta perspectiva considera que o desenvolvimento acontece por toda a vida e de forma não normativa (BALTES; BALTES, 1990; BALTES, 2016; NERI, 2006). Pelo referido autor, o envelhecimento é definido como um processo multideterminado e heterogêneo, portanto, não pode ser considerado como sinônimo de declínio, mas como parte do desenvolvimento humano com expectativas de ganhos associados (BALTES, 1987). Igualmente como Joana, o relato acima de Jaqueline se articula com a teoria lifespan, pois, de fato, o envelhecimento é um processo em que há um declínio nas capacidades intelectuais, as quais dependem do funcionamento neurológico, sensorial e psicomotor. Mas isso não significa que não haverá continuidade na capacidade adaptativa do indivíduo ou que ocorrerá uma disfunção cognitiva, ao contrário, as experiências vividas pelas pessoas mais velhas podem compensar esse declínio decorrente do processo de envelhecimento (NERI, 2006).

Os indivíduos sábios são aqueles capazes de relembrar fatos e processos, além de criar novas hipóteses, apresentar soluções baseadas na sua vivência, o que comprova, mais uma vez, que o envelhecimento é uma experiência heterogênea (NERI, 2006). Portanto, a diferença no curso de vida das mulheres dependerá de influências, como fatores histórico-culturais, fatores intelectuais e a presença de enfermidades durante o processo de envelhecimento (BALTES; STAUDINGER, 2000). O envelhecimento, dessa forma, pode ser caracterizado como um processo complexo situado em diferentes momentos considerados pela sua natureza cronológica, biológica, psicológica e social. Em concordância, as participantes, nas

percepções de si mesmas sobre a produtividade, demonstraram que se sentem capazes de realizar as tarefas de casa do dia a dia:

“Arrumar casa, organizar uma casa, organizar as coisas. Eu acho que tá tudo certo, tudo bem. Eu me dou bem. Se precisar de chegar em uma casa e organizar. Eu acho que eu me dou bem também, tá bom?” (Mercedes Salomão, autodeclarante preta, 55 anos).

“Ué, pelo menos eu sei que eu ainda tenho condições de fazer, porque aos cinquenta e seis anos, eu ainda tenho que me abaixar e levantar e pregar um prego, né? Passar uma vassoura, esfregar um rodo, lavar um banheiro, então eu me sinto útil. Eu ainda tenho uma boa coluna, né? Ainda tem condição de abaixar e de levantar. Eu faço tudo e não fico cansada. Não fico doente. Depois não tem que tomar nenhum remédio pra dor, nada. Então, eu me sinto muito útil ainda, e muito viva. E com uma saúde muito boa. Isso mostra pra mim que eu ainda tenho condições de fazer bem o trabalho. Sem, né, sem me cansar, sem ficar doente, sem ficar com dor na coluna, né. O que eu ainda consigo fazer, isso é muito bom. Se sentir útil, viva e, principalmente, uma saúde muito boa! Pra poder fazer tudo isso.” (Jaqueline, autodeclarante branca, 56 anos).

As quatro entrevistadas deste período de vida, Jaqueline, Mercedes, Sophia e Catarina, trabalham, atualmente, de forma remunerada, e fazem as atividades de suas casas. Para Costa (2014), há um dilema enfrentado pelas mulheres, qual seja multiplicar as horas do dia para dividir seu tempo entre o trabalho remunerado e o trabalho de suas casas. Na jornada das mulheres, a soma dos dois trabalhos é definida, acima de tudo, pelo trabalho remunerado, e não o contrário, inclusive para a organização do seu tempo (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Algumas participantes apresentaram certa dificuldade em tentarem serem produtivas nos dois trabalhos. Veja em alguns fragmentos abaixo:

“Como é a minha vida hoje sobre sentir produtivo? Ah, não sei. É, sentir produtivo é quando eu achei que eu dei conta daquilo que que foi atribuído a mim, né? Não só no trabalho, em casa, é muita coisa pra mulher, né? (risos). Então, a gente, às vezes, quer abraçar o mundo e acaba deixando umas lacunas aí. A gente quer ser perfeito em tudo e, e não consegue, né? Às vezes não falha em tudo. Então, acho que ser produtivo é conseguir dar conta da melhor forma possível, né? Disso tudo. Eu acho que é isso.” (Sophia Coutinho, autodeclarante branca, 44 anos).

“Eu acho que hoje eu não tô dando conta. É, eu acho que eu sou bem produtiva. Dou conta sim, porque eu quero muito bem

feito. Por exemplo, como eu trabalho fora e agora você percebeu que nós estamos morando em um sítio. Então, dá muito serviço. [...] Então, assim, eu não estou dando conta de tudo por ser zona rural e cobra muito que eles me ajudem, pra deixar tudo. Mas assim, o necessário, que eu preciso fazer, eu estou fazendo, só não estou aperfeiçoando as coisas que eu queria que fizesse, que eu queria fazer, né? Que eu gosto de tudo muito bem organizado, tudo bem arrumado, mas não dá tempo. Então, eu tô tentando colocar na minha cabeça aquilo que você pode. Nem sempre aquilo que você faz que você concluiu não quer dizer que você não produziu. Não quer dizer que é obrigada a fazer. [...] Eu estou com um grande número de tarefas. Eu tomei para mim um grande número de tarefas, mas eu acho que a minha produção está boa. [...] Eu estou conseguindo produzir aquilo que eu preciso. Porém, eu estou assumindo tarefas demais. Tem que dar mais tarefa para Lucas (Risos).” (Catarina Camargo, autodeclarante parda, 49 anos).

Assim como as participantes, muitas mulheres vivenciam uma “pobreza de tempo”, dedicando-se quase que integralmente às demandas dos outros, não sobrando muito tempo para as suas próprias necessidades. O trabalho doméstico não remunerado é composto por muito mais do que arrumar a casa, ele consiste também em servir a família, fisicamente e emocionalmente, deixando os membros prontos para os estudos e o trabalho, todos os dias (FEDERICI, 2019b). Na cultura brasileira e em muitas culturas, impõe-se às mulheres uma identidade atrelada ao espaço doméstico, ao trabalho doméstico não remunerado e, dentro disso, estão incluídos os papéis como mãe, filha, esposa, dona de casa (CHIES, 2010). Lembrando que: a identidade nada mais é do que construção social, formada pela história da humanidade e naturalizada socialmente, podendo ser vista como um mecanismo ideológico.

4.1.4 A PERCEPÇÃO SOBRE AS MULHERES ACIMA DE 65 ANOS

O envelhecimento ativo permite que o indivíduo perceba o seu potencial para o bem-estar biológico, psicológico e social durante sua trajetória de vida, ao mesmo tempo em que faz com que a população participe da sociedade de acordo com suas demandas, necessidades e capacidades e, simultaneamente, tenha proteção, segurança e cuidados (WHO, 2005). Assim, em nossa sociedade, a discriminação das pessoas idosas contribui para que não tenham um envelhecimento saudável (LINS; ANDRADE, 2018). Olívia, de 19 anos, da família Salomão, ressaltou que a produtividade das mulheres acima de 65 anos pode ser dificultada por questões de preconceito, não só pela idade, mas também por gênero:

“[...] assim, raramente eu vejo pessoas dessa idade sendo bastante produtivas, até mesmo porque, eu respondi no anterior, por questões de idade, chega a ser muito difícil, acho que a questão do preconceito da sociedade, por idade e pelo gênero.”

O processo de envelhecer será distinto por gênero, raça e classe e, ao mesmo tempo, por momentos históricos vivenciados, os quais modificam cortes geracionais e possibilidades de biografias individuais. Por exemplo, nas sociedades pré-capitalistas, os idosos eram valorizados por serem os detentores da memória e da experiência coletiva (FEDERICI, 2017). Segundo Federici (2017, p.48), “a caça às bruxas inverteu a imagem da mulher velha: tradicionalmente considerada sábia, ela se tornou um símbolo de esterilidade e de hostilidade à vida”. Na sociedade atual, há uma dupla desvalorização das mulheres idosas, em consequência do trabalho doméstico não remunerado não ser reconhecido como um trabalho, e pelo fato da imagem da velhice, em geral, ser associada com a improdutividade (FEDERICI, 2019b). A imagem do idoso, muitas vezes, é negativada, em razão da ênfase na juventude, autonomia, independência e na habilidade de ser produtivo (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Segundo Debert (1994), a velhice, na sociedade e na família, deveria ser vista como uma experiência de felicidade e prestígio, porém, na trajetória histórica do Brasil, as condições precárias da aposentadoria favorecem para que haja uma transformação da imagem do idoso em um “peso” financeiro. Outro aspecto histórico que contribui também para uma mudança na imagem do idoso como peso fiscal, foi o aumento da população idosa, principalmente das mulheres idosas, o que propiciou mundialmente uma crise cultural e social no cuidado (FEDERICI, 2019b; LINS; ANDRADE, 2018). O livro “A saúde dos homens: ações integradas na Atenção Básica”, com parceria do UNA-SUS, explica que o fato das mulheres possuírem uma expectativa de vida maior que a dos homens, sendo a maior parte da população idosa, ocorre justamente por elas serem as principais responsáveis do cuidado dos seus familiares, incluindo o cuidado com saúde deles, fazendo com que tenham uma maior atenção com a própria saúde (ALVES, 2016). Algumas mulheres do presente estudo, em relação às suas percepções sobre outras mulheres, expuseram as influências históricas como uma possível interferência na forma em compreendem o processo de envelhecer. No entanto, essas participantes alegaram uma mudança positiva na imagem das idosas nas últimas décadas:

“[...] Quando a gente fala sessenta e cinco anos, quando a gente era mais nova, a gente pensava: nossa, sessenta e cinco anos, né? Onde você olha pra sessenta e cinco anos, ah, as pessoas vivem muito mais, né? Então, aos sessenta e cinco anos, a pessoa ainda é muito nova. [...]” (Sara Coutinho, 32 anos)

“O que eu penso assim, as mulheres acima de sessenta e cinco anos, antigamente, elas já eram consideradas velhas, né? Já tava, assim, na fase de avó, dentro de casa mesmo, chinelo rasteirinha, não querendo saber de nada. Então, quanto agora com tempo, as coisas andaram melhorando. Aos sessenta e cinco anos, hoje em dia, não é idade pra se dizer que é velho. Então, é pra continuar produzindo mesmo, pra poder botar aquela experiência que ela teve agora a prova de tudo. Eu penso que são bem realizadas sim! Tá bom?” (Maura Salomão, 85 anos).

O entendimento sobre o momento histórico possibilita perceber as limitações e possibilidades enfrentadas pelas diferentes idades a partir das vivências de acordo com a conjuntura econômica, social e cultural, a formação acadêmica e o mercado de trabalho (ROCHA-DE-OLIVEIRA et al, 2012). A mudança na imagem das pessoas mais velhas, apontada pelas participantes Maura e Sara, pode ser devido ao aumento das mulheres no mercado de trabalho, no Brasil, nas últimas décadas, o que ocasionou uma diversificação do perfil das trabalhadoras, com mais presença, agora, das mais velhas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002; BRUSCHINI, 2007), ou até mesmo pelo aumento da expectativa de vida.

Outro ponto relevante nesta pesquisa, sobre as características atreladas à imagem das mulheres acima de 65 anos, é que grande parte das participantes fez relação entre as mulheres acima dessa idade e suas próprias vidas quando chegarem a esse momento, com os cuidados com a família e a casa. A percepção das mulheres, acima de 65 anos, sobre elas mesmas em relação a se sentirem produtivas, não foi diferente da percepção das outras participantes, no sentido de que elas também associaram sua produtividade com o cuidado com a família, principalmente os netos. Como exemplo, nos trechos abaixo, Bruna, sua mãe, Jaqueline, e sua tia, Helena, consideraram os cuidados com a família como forma de serem produtivas nas idades acima de 65 anos. Entretanto, no caso de Bruna e Jaqueline, falaram sobre as expectativas das suas próprias vidas quando atingirem essa idade e Helena, por já estar nessa idade, pode configurar uma opinião baseada na sua própria vivência:

“Eu acho que me imagino cuidando da minha família, cuidando da minha saúde [...]. Me imagino cuidando da minha saúde, da saúde de quem tá perto de mim, da minha família, de um lazer para todos, e questão financeiramente também.” (Bruna, autodeclarante branca, 15 anos).

“Bom, vamos ser daqui há dez anos, né? Eu espero ainda estar trabalhando, já aposentada, mas com alguma coisa própria pra mim, que já faz tempo que eu quero arranjar alguma coisa pra eu fazer na minha casa, para eu produzir dentro da minha casa, porque aí eu vou estar na minha casa, ainda junto com a minha

família tempo todo, tempo integral, com o neto, né? Apesar de que meu neto mora fora, mas quando ele vier, eu quero ficar por conta dele, eu quero ter uma estabilidade para poder sair, visitar meu neto. Ficar lá uns quinze dias na casa dele e voltar. E mesmo lá ainda tendo, sendo produtiva, cuidando da minha família. É aposentada, mas tendo um ganho extra. É, cuidando do meu neto, cuidando da minha mãe [...].” (Jaqueline, autodeclarante branca, 56 anos).

“Ser produtiva. Ixxi. (Risos). Ahh Ester, pra mim, como aposentada, né? Porque a gente quando tá trabalhando, você é produtivo em várias coisas, olhando casa, no trabalho, um monte de coisa. E nessa época agora é estar em casa sempre à disposição e cuidando das coisas naturais de casa e família.” (Helena Nascimento, autodeclarante branca, 70 anos)

As três mulheres integrantes da família Nascimento têm a mesma opinião de que cuidados com a família associados a percepções sobre mulheres acima de 65 anos. Em outro estudo, acerca das representações sociais da velhice, os resultados foram semelhantes: os idosos relataram como centro de suas vidas, o amparo das relações sociais e da família, bem como dos cuidados com a saúde (CAMARGO et al 2014). Em semelhança, nos resultados da pesquisa feita por Silva e colaboradores (2010), foi observado que os idosos adquirem liberdade após sua aposentadoria. Durante a vida, eles revezam entre criar os filhos, ter bens e o trabalho remunerado e, na aposentadoria, dedicam-se às atividades que não conseguiam fazer antes, como passar mais momentos com a família, cuidar da saúde, lazer, esportes e estudo (SILVA et al, 2010; MINÓ, 2016). Em concordância, veja a seguir o depoimento de Joana Camargo sobre a percepção de si mesma com a idade acima dos 65 anos:

“Hoje eu tava, ontem, a gente tava na roça, a minha neta, a minha bisneta brincando. Que felicidade! É isso que eu quero. O meu trabalho é esse agora, brincar com os netos. É muito gostoso, tá? Brincar com a família. [...] Minhas duas filhas tá aqui. Meu filho mora aqui também. Isso que é minha felicidade! Meus netos tá tudo aqui em Laranjal. Graças a Deus! É isso que eu quero para mim, porque trabalhar muito agora não dá mais. E eles estando bem, pra mim tá ótimo.” (Joana Camargo, autodeclarante parda, 70 anos).

No Brasil, à medida que as mulheres envelhecem, novas formas de trabalho e a maior intensificação nas tarefas domésticas são esperadas delas, principalmente, as atividades em casa e o cuidado com os netos, além dos cuidados com os doentes da família e os idosos (LINS; ANDRADE, 2018). Essas tarefas domésticas, assim

como antes, não são vistas como trabalho e continuam na velhice como algo inato às mulheres. Em outra análise, referente à idade e gênero no Brasil, concluiu-se que, não só o fato de ser mulher faz com se tenha mais demandas de cuidado, mas a idade também é um fator a ser considerado, sendo que as mulheres com idades entre 64 e 75 são as mais responsabilizadas por essa tarefa, que representa o triplo das mulheres menores de 30 anos (BRASIL, 2010).

Seguindo esse raciocínio, a idade social seria a avaliação do grau de adequação dos comportamentos e papéis esperados pelos indivíduos de determinada idade, em um momento histórico de uma determinada sociedade (NERI, 2001). Dessa forma, associações para a velhice, como a de “ser velho” é sinônimo de ser aposentado e pensionista, são equivocadas, já que, não necessariamente uma pessoa, nesta idade, será aposentada, e outras pessoas, podem se aposentar antes dos 65 anos (JONES, 2006). Outra associação equivocada é a de que as pessoas, neste período da vida, são avós, visto que a percepções sobre mulheres acima de 65 anos não pode ser relacionada à palavra avó, pois não necessariamente alguém desta idade já terá netos, bem como é possível que mulheres com mais 30 anos já serem avós (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Nos trechos a seguir, Sophia Coutinho, de 44 anos, atrelou a percepções sobre mulher acima de 65 anos à imagem de avós e, no segundo fragmento, de Jaqueline, 56 anos, traz sua visão acerca das mulheres idosas e da aposentadoria:

“Já as vovós, né? Na maioria vovós. É, minha mãe tem setenta anos e é super produtiva, né? Eu vejo a minha mãe muito ativa, é, como muitas hoje, né? Então, hoje as mulheres com essa idade ainda dirigem, né? Levam os netos pro lado pra outro, continuam cuidando da casa. Então, ainda vejo com uma grande produtividade sim. Estão muito modernas, né? Graças a Deus. É isso aí.”

“[...] Essa idade provavelmente é bom estar aposentada, mas quem não conseguiu se aposentar, né? Por esse, ou por aquele motivo, elas ainda conseguem fazer trabalhos menores, mas ainda conseguem ter um ganho, uma remuneração boa, ter um ganho bom, porque ela já tem opções para trabalhar, para serem produtivas. Elas já tem, nessa idade, você já pensa, seja parte do princípio que você é avó. Aí você já quer ser produtiva, você pode continuar trabalhando, se você ainda não se aposentou, se você ainda tá numa empresa, mas é meio difícil nessa idade. Mas, se você tem por conta própria, ou se você tá aposentado, você passa a ser produtiva de outros modos, principalmente, porque já vem a idade de ter netos. Aí você passa a ser produtiva cuidando dos netos em casa, para que a sua filha nova continue trabalhando, porque muitas vezes não tem creche, muitas vezes a creche é cara, não tem uma babá, às vezes é caro. Então, você

passa a ser produtiva como avó, ajudando a sua filha, o seu filho a cuidar do seu. Você passa a ser produtiva, é, fazendo seus trabalhos em casa, sendo autônoma, mas ainda tem condições de cuidar de um neto.”

Apesar de Jaqueline trazer associação das mulheres acima de 65 anos com o cuidado da família, o seu depoimento desvenda uma ideia mais complexa e heterogênea da produtividade dessas mulheres, principalmente em relação ao trabalho remunerado e aposentadoria. Como explicitado por Jaqueline, muitas idosas ainda têm um trabalho remunerado, devido à realidade socioeconômica não oferecer possibilidades para serem produtivas para si mesmas (MUNIZ; BARROS, 2014; BARBOSA et al, 2016). Como já mencionado, o motivo de muitas idosas ainda trabalharem, de forma remunerada, diz respeito à necessidade de complementar sua renda, mesmo recebendo aposentadoria, sendo, para muitos deles, a principal fonte de renda de suas famílias (MUNIZ; BARROS, 2014). Portanto, faz-se urgente uma mudança nesse conceito de velhice familiar e social como um fardo fiscal, pois, as mulheres idosas contribuem duplamente com a “produção de capital”, por meio do trabalho remunerado que ainda continuam exercendo e o trabalho doméstico não remunerado presente por toda a vida delas (FEDERICI, 2019b).

4.1.5 O PROCESSO DE ENVELHECER E PERCEPÇÃO DA PRODUTIVIDADE ASSOCIADA ÀS LIMITAÇÕES

Como apresentado anteriormente, as mulheres, na velhice, experimentam dupla vulnerabilidade e preconceito por serem mulheres e idosas (DEBERT, 1994). Segundo Neri (2006), fatores como a pobreza, baixo nível de escolaridade, gênero feminino, raça e discriminação por idade aumentam a possibilidade de eventos negativos ocorrerem na velhice (LINS; ANDRADE, 2018). Além disso, a situação se agrava ao pensarmos a respeito da classe social, que pode influenciar na forma que essas mulheres são tratadas (LINS; ANDRADE, 2018). Nas experiências das mulheres desse período da vida, além da discriminação por idade e de vivência de situações de pobreza e solidão, elas também podem experimentar transformações repentinas que modificam os sentidos de viver ou sobreviver (SALGADO, 2002).

A velhice passou a ser considerada como um período de decadência física e de perda de papéis sociais depois da segunda metade do século XIX e até hoje é vista por várias culturas como indesejável (PAPÁLIA et al, 2013). O envelhecimento, principalmente da mulher, aparece, na maior parte das vezes, como sinônimo de doenças e perdas (LINS; ANDRADE, 2018). No depoimento de Karen Camargo, de 31 anos, fica evidente a associação das mulheres maiores de 65 anos às limitações para exercerem sua produtividade:

“Pois é, eu acho que é complicado assim. É, dentro de casa, eu acho uma coisa, né? É fazer um serviço doméstico, é lavar uma roupa na máquina. Agora, trabalhar fora para mostrar o seu trabalho, o seu valor, eu acho bem complicado. Eu acho que não consegue não, porque junta a idade, junta as doenças, porque chega os 50 anos já começa. Aí você vai pro médico, você tá sentindo isso, tá sentindo aquilo, daí você trabalhar fora, eu acho que não consegue. Eu acho que com 65 anos a pessoa tá mais pra...sabe? Ficar em casa, pra passear. Eu acho que essa idade de 65 anos, na terceira idade, eu acho que a pessoa não produz mais. Eu acho que a pessoa está mais pra descansar. Eu acho que 65 anos não tem produção, no meu ver, não tem produção.”

A visão de Karen acerca do envelhecimento é muito comum em nossa sociedade, como abordado em vários estudos. Esta visão pode estar baseada nas representações sociais presentes nas pedagogias culturais, na mídia, nas piadas, nos livros, nos filmes e na socialização com a família e a escola (MINÓ, 2016). Em sociedades orientais, imagens positivas são vinculadas à velhice (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Isso mostra que essa visão estereotipada de perda e de deterioração relacionada a esta fase da vida não é universal. A mesma participante, em outros trechos de sua entrevista, relacionou idade e falta de produtividade não só às mulheres acima de 65 anos, mas também àquelas a partir dos 30 anos:

“Então é, eu acho que dos 20 aos 40, eu acho que ainda dá pra produzir, dá pra contribuir, sabe? Com a melhoria [...] Com o desempenho da empresa, com o desempenho do trabalho. Eu acho que dá pra produzir até os 40 anos. Porque assim. Mas assim, eu acho que de 20 a 30 é mais produtivo. Eu acho que a pessoa tem mais desempenho. Eu acho que dos 30 aos 40, sei lá.”

A forma que o indivíduo percebe a si próprio e o lugar que ocupa podem ser construídos por meio das experiências adquiridas dentro da nossa sociedade. A participante Karen vivencia, até o momento da entrevista, uma rotina extensa com os cuidados com os filhos pequenos, além disso, ainda realiza geralmente sozinha as atividades domésticas. Neste outro fragmento de sua entrevista, é possível refletir a respeito de como elementos da trajetória de vida de Karen podem ter interferido na forma como ela percebe seu envelhecimento e das outras mulheres:

“Ihhh! Eu? Eu não me imagino com 65 anos, minha filha. Eu acho que com 60 só que eu chego (risos). Se eu chegar nos 65 anos, eu acho que eu vou estar uma pessoa que, sei lá, que fica tomando conta da vida dos outros deitada (risos). Te falar a verdade pro cê. Só cuidando de neto, e olhando neto pra filho trabalhar. Se eu tiver com 65 anos, eu me imagino assim, a casa

cheia de criança, a gente olhando criança. A gente podendo fazer uma janta, um almoço, deitando depois do almoço. É isso que eu penso! Eu acho que eu não, que eu não produzo mais nada. Eu tenho essa expectativa minha, que com 65 anos, eu não produzo mais nada não.”

Karen e outras participantes não são as únicas a perceberem o envelhecimento como sinônimo de doenças e limitações. Em uma pesquisa acerca das representações sociais da velhice, a característica mais compartilhada entre os participantes sobre processo de envelhecimento foi a limitação (CAMARGO et al 2014). Entretanto, o envelhecimento não pode ser visto de maneira simplista, na perspectiva referente à resistência física ou à diminuição de potencialidades para o senso coletivo (NEILSON, 2019). Nos dois trechos a seguir, Joana, da mesma família, traz uma percepção sobre si e sobre as mulheres dessa idade, respectivamente, de que a produtividade está associada às limitações biológicas:

“Agora não, né minha filha? (risos) Agora já estou com 70 anos, não tô aguentando fazer muita coisa não. Agora não aguento mais. Eu ia lá pra roça, subi lá pra aqueles morro lá. Às vezes até roçava, pegava, fazia cerca, mas agora eu não tô aguentando ir lá pra cima não, porque minhas pernas dói muito. Não aguento trabalhar mais não. Tomei muito remédio, mas não sei, eu acho que é a idade mesmo que tá pesando. Eu trabalhei muito, graças a Deus. Agora, eu faço serviço de casa, né? Na minha casa aqui na rua. Na roça limpo a casa lá, faço comida. É só isso, não dá pra fazer mais nada não.”

“É, tem que ter muita coragem, né? Porque aí já tem uns probleminha, mas tem muitas que rende mesmo, trabalha mesmo. Agora as outras que, às vezes, não tem saúde, né? O problema é a saúde, é a vista, para enxergar, fazer as coisa. E, vai ficando velha, boba, vai enfraquecendo. É difícil mesmo. Fica mais difícil a pessoa trabalhar.”

Acerca disso, cabe ressaltar que o envelhecimento em si não acarreta alterações significativas nas habilidades cognitivas. Desta maneira, os idosos não apresentam nem diminuição da capacidade de raciocínio nem declínio das funções, sendo as doenças, e não a idade, as principais responsáveis pela maioria dos problemas que influenciam as habilidades cognitivas dos idosos (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). É relevante apontar também que as habilidades adaptativas, as quais são adquiridas pela interação com o meio, são: aprendizagem, memória, inteligência, controle emocional, estratégias de *coping*, escolaridade, dentre outras (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008; ARGIMON; STEIN, 2005). A filha de Joana, Catarina, de 48 anos, em contrapartida, acredita que, apesar das possíveis limitações, sua

mãe é um exemplo de produtividade nessa idade e enfatiza os cuidados com a casa e aqueles relacionados à zona rural:

“Falar de produtividade para mim nem sempre quer dizer quantidade. Ela pode ou poderá produzir menos quantidade, mas ela vai continuar produzindo. Por exemplo, que eu falo da minha mãe. Ela tem diabetes, ela tem dor nas pernas. O pai aos 65 anos vai pro sítio, tá retirando, tá tirando leite esse dias, porque o cara que tira operou da bacia. Então, ela vai ajuda ele, ela vai no pasto e ajuda a segurar a cerca. Ela ainda é produtiva, ela não é inválida. Só que com...é...menor quantidade. Ela mesma que cuida da casa dela aos 60, aos 70 anos que minha mãe tem! Ela mesma que cuida da casa dela, da roupa, ela acompanha meu pai pro sítio aos 75 anos [...]”

Embora Joana tenha apontado, no decorrer de sua entrevista, todas essas atividades descritas por sua filha, a visão acerca de si mesma, em relação à produtividade nesta idade, distingue-se da forma como Catarina, sua filha, a percebe nesse mesmo sentido. Isso se deve, talvez, ao fato de que o indivíduo que é discriminado por viver em uma sociedade que reforça essa imagem negativa, acaba tendo uma percepção desfavorável sobre si mesmo (MINÓ, 2016). As experiências e saberes acumulados no decorrer da vida, percebidos como ganhos, podem ser otimizados e, assim, aplicados em benefício do próprio indivíduo e da sociedade (LINS; ANDRADE, 2018). Se assim ocorresse, uma nova visão acerca da velhice poderia ser construída e propagada, propiciando as idosas uma potencialização de seus recursos e, em decorrência disso, a criação de uma autoimagem positiva (LINS; ANDRADE, 2018). Bem como Catarina, Clara, de 16 anos, da Família Coutinho, trouxe em seu discurso elementos compensatórios para tais limitações relacionadas à produtividade:

“[...] Já passaram por muita coisa, então, elas devem saber, é, como ser produtiva na vida delas, mas, talvez, algumas tenham mais umas limitações por causa da idade e tal, então pode prejudicar um pouco, mas acho que cada um vai se resolver do seu jeito e tentar ser produtivo do melhor jeito.”

Segundo Neri (2006), no envelhecimento, o processo biológico normativo engloba a diminuição da plasticidade comportamental, ou seja, a possibilidade de mudar para adaptar-se ao meio, e também há a redução da resiliência biológica ou a capacidade de recuperação dos efeitos da exposição às doenças, aos acidentes e às incapacidades. Todavia, para a autora, esses fatores dependem não apenas do envelhecimento biológico, mas também das condições históricas, culturais e econômicas, que acabam por interferir na forma como o indivíduo

organiza seu curso de vida, assim como na composição de sua rede de apoio (NERI, 2006). A idade não é igual para todos, existem distinções entre fatores de saúde, participação no trabalho – remunerado ou não, vivências de lazer e níveis de independência (WHO, 2005). Assim, a biologia e a cultura agem de forma concorrente nas diferenças das trajetórias de cada indivíduo, e também na construção de regularidades. O desenvolvimento, tal como o envelhecimento, terá influências normativas graduadas por idade cronológica, momentos históricos e influências não-normativas (NERI, 2006).

Joana, mãe de Catarina, ao responder a respeito de como percebe as mulheres de 40 aos 65 anos em relação a serem produtivas, aponta que as limitações podem acontecer antes dos 65 anos, mas isso dependerá da mulher: “Mas aí não aguenta produzir muito, porque já tá tudo cansada, né? Tem umas que é forte, né? Guenta trabalhar muito produz muito. Agora outras já num, não aguenta muito. Aí não tem jeito, né? Não tem jeito de produzir.” Sua neta, Beatriz, de 17 anos, nos trechos a seguir, semelhante a avó, traz uma visão mais heterogênea do envelhecimento que sua avó ao citar dois exemplos diferentes para demonstrar a produtividade das mulheres de 40 aos 65 anos e também das mulheres acima de 65 anos, respectivamente:

“Em relação à minha mãe, ela é bem produtiva na idade dela. Ela tem 47 anos. Ela trabalha, faz os afazeres de casa, né? Faz mil e uma funções, né? Nem consigo pensar em todas agora, mas também conheço pessoas na idade da minha mãe que já não conseguem trabalhar mais, mas não sei se classificaria elas como improdutivas, porque a saúde começa a ficar um pouco mais debilitada, e começam a precisar de ajuda, e não ajudar ou ter uma função. Basicamente isso.”

“Tem muitas mulheres que chegam em determinada idade que ficam só em função dos afazeres domésticos, né? E deixam de se preocupar com outras coisas, que deixam de sair e tudo mais, e ficam só em casa, em função de casa só. Não distraem com outra coisa ou procuram, né, ser produtivas em outras áreas. Já tem um exemplo de uma pessoa que não é assim. Eu tenho uma vizinha que está com 85 anos, está super em forma, está super bem. Ela, além de cuidar dos afazeres de casa, o meio dela ser produtiva é viajar o mundo. Ela fala isso.”

Como já apontado anteriormente, em relação à velhice, cada indivíduo irá vivenciá-la de uma forma singular, sendo o envelhecimento um processo heterogêneo. Assim, a história individual deve ser considerada, bem como os aspectos estruturais presentes na vida desse indivíduo, tais como classe social, gênero e raça (MINAYO; COIMBRA JÚNIOR, 2002). Portanto, não importa a quantidade de anos vividos,

mas sim como estes anos foram vividos (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Nesse sentido, em outro segmento, Sara Coutinho, de 32 anos, relatou a respeito de como os elementos individuais de cada um podem ser importantes para as percepções de sua própria produtividade:

“[...] Eu acho que a mesma coisa... é... vai muito da questão de como a pessoa se enxerga e o que ela quer. Se ela gosta de fazer alguma coisa, que seja produtivo no mundo dela, que seja um mundo mais restrito. Ah, eu gosto de fazer crochê, vamos fazer crochê, ela pode ser produtiva fazendo crochê. Eu acho que é mais a visão de como as pessoas enxergam e o que ela quer pra ela, né? Então, não é porque, aí, ela não tá fazendo nada pra gerar dinheiro, ela não tá vendendo o trabalho dela, mas ela se sente produtiva, porque eu acho que ser produtivo é você traçar metas que você consiga entregar e que você se sinta com isso também. Eu acho que é a coisa mais importante. Não necessariamente produção tem a ver com o mercado de trabalho. Produtividade, eu acho que tá mais atrelado ao que você sente, ao seu estado de espírito.”

Por fim, faz-se urgente uma mudança no paradigma de que o envelhecimento implica a redução do comprometimento com as redes produtivas da vida humana. Afinal, como mencionado aqui, sem o trabalho doméstico não remunerado, os homens trabalhadores e os estudantes não estariam aptos para a produção (FEDERICI, 2019b). Além disso, embora o envelhecimento acarrete o desenvolvimento de incapacidades, que podem prejudicar a participação dos indivíduos nos processos de produção capitalista, isso deve se distinguir da atividade produtiva da própria vida humana (NEILSON, 2019). Nesse sentido, a visão de Sara sobre a produtividade no envelhecimento se faz pertinente, pois a concepção de ser produtiva apenas ligada ao mercado de trabalho assalariado acaba por influenciar na forma que o indivíduo se percebe, ocultando muitas vezes seus próprios desejos de como almeja conduzir sua própria vida.

Os próximos tópicos tratam das percepções do cotidiano dessas mulheres. Dessa forma, serão abordadas as descrições da produtividade das mulheres presentes em suas trajetórias de vida, que diferem em alguns casos, da percepção delas sobre si mesmas em relação à produtividade. Assim, as seções foram divididas em “*O trabalho invisível das mulheres no envelhecimento*”, a qual se refere ao trabalho doméstico não remunerado e às atividades rurais não remuneradas; “*O que a remuneração representa?*”, na qual será discutido o trabalho remunerado; e, por último, “*A sobrecarga dos dois trabalhos: todas somos iguais?*”, que disserta acerca da presença simultânea do trabalho remunerado e do doméstico não remunerado, e as diferenças nas vivências das mulheres participantes desta pesquisa.

4.2 O TRABALHO INVISÍVEL DAS MULHERES NO ENVELHECIMENTO

Como já referido anteriormente, em relação ao trabalho doméstico não remunerado, não há ainda um consenso na literatura de quais tarefas exatamente o definem. Assim, seguiremos a definição da socióloga, Maíra Saruê Machado (2014, p.61) sobre o trabalho doméstico não remunerado como sendo:

[..] o trabalho da manutenção da vida e reprodução das pessoas, ou seja, aquele que envolve um conjunto de atividades realizadas na esfera privada e familiar sem as quais a reprodução humana não estaria assegurada, como o cuidado com os filhos e dependentes e as tarefas domésticas (limpeza da casa, preparo das refeições, etc.).

Neste estudo, ao decorrer das entrevistas, não foram descritas para as participantes o que seriam essas atividades domésticas e de cuidado, dessa forma, elas se basearam em suas próprias convicções e em seus cotidianos. Contudo, nas entrevistas preliminares, foi possível notar uma diferença entre as participantes com filhos e as sem filhos e também acerca da idade, sendo que, nem todas as participantes, atualmente, cuidam de crianças, idosos e/ou enfermos. Entretanto, pode-se inferir que a maioria delas, em algum momento da vida, cuidou de alguém. Portanto, a desvinculação do cuidado das atividades domésticas nesse trabalho é permeada pela reflexão de que se o indivíduo não morasse com outras pessoas, as tarefas de limpeza, higiene e preparação de alimentos, feitas por ele mesmo, poderiam ser configuradas como trabalho doméstico não remunerado. Mas, cabe ressaltar que existe uma linha tênue entre os dois conceitos, cuidado e atividades domésticas, pois quando o indivíduo mora com mais pessoas e algumas delas não realizam as atividades de higiene e limpeza da casa e de preparação de alimentos, essas atividades não poderiam ser incluídas como parte do cuidado para com essas pessoas? Assim, como forma de organização, e não propriamente uma definição, esta próxima seção, será dividida entre *As tarefas domésticas e atividades rurais não remuneradas* e o *Cuidado*.

4.2.1 AS TAREFAS DOMÉSTICAS E ATIVIDADES RURAIS NÃO REMUNERADAS

As participantes, de modo geral, definiram as atividades domésticas como de limpeza de elementos físicos que compõem uma casa. São elas: “lavar louça”, “arrumar a cozinha”, “lavar banheiro”, “fazer almoço”, “esquentar comida”, “espanar pó”, “passar pano”, “varrer”, “faxinar”, “arrumar” e “organizar a casa”, “esfregar um rodo”, “cuidar das plantas” e “lavar”, “estender” e “passar” roupa. Essas definições feitas pelas participantes se alinham com as definidas pelas entrevistadas na etapa qualitativa da pesquisa realizada pela Data Popular e SOS Corpo. Essas se referem às atividades para a manutenção da limpeza da casa, tais como espanar os móveis,

remover o lixo, lavar a louça e arrumar a cama e “faxina”, que são atividades que necessitam de mais esforço físico e são realizadas com maior frequência do que o “não básico”, nas quais se incluem limpar janelas, vidros, tapetes, lavar pisos, azulejos e rejuntas (MACHADO, 2014).

Na família Camargo, Joana, de 70 anos, desde sua infância até a fase adulta, morou em um sítio, que hoje é habitado por sua filha Catarina, de 49 anos. As duas participantes relataram as atividades demandadas pelo sítio como parte do trabalho doméstico não remunerado. No entanto, segundo as reconfigurações no conceito de trabalho, feitas pelo PNAD em 1992, nas quais foram incluídas características do local onde foi feito, há mudanças na visibilidade do trabalho feminino (BRUSCHINI, 1998). Nesse contexto, o trabalho feito na zona rural, mesmo que seja produzindo bens para o próprio consumo, sem remuneração, recebe o nome de trabalho de subsistência e não de trabalho doméstico não remunerado (IBGE, 2009). No fragmento abaixo, Joana aponta que as atividades feitas no sítio, quando era criança, não eram remuneradas, servindo como subsistência de sua família e, apenas às vezes, gerava lucro:

“O negócio era só prantar e colher, né? A família é muito grande. Aí não tinha esse negócio de ter dinheiro. Isso a gente nem conhecia (risos). Era trabalho só, dinheiro não. Se a gente quisesse comprar alguma coisa pra gente, uma roupa, a gente tinha que trabalhar pra ter alguma coisa pra vender, pra comprar, sabe? A gente catava semente de capim, é, fazia. Catava mamona, fazia azeite, vendia. Pra poder receber um dinheirinho pra comprar uma roupa. A vida da gente era muito difícil, mas a gente era muito feliz!”

O trabalho na zona rural, incluindo as atividades rurais não remuneradas, é um trabalho que prejudica a saúde de quem o realiza, uma vez que se trata de um trabalho braçal, em que os indivíduos são expostos a fenômenos instáveis da natureza, sobretudo, nas longas e exaustivas jornadas de trabalho expostos ao sol (EBLING et al 2015). É possível notar, nos relatos de mãe e filha, que, mesmo sendo considerado como trabalho doméstico não remunerado para elas, é evidente que são tarefas que exigem mais esforço físico do que o trabalho doméstico de algumas casas na zona urbana.

“[...] você percebeu que nós estamos morando em um sítio. Então, dá muito serviço. Então, nós estamos de folga, ficar quatro dias em casa de sábado até amanhã. Então, assim, eu não estou dando conta de tudo por ser zona rural e cobra muito que eles me ajudem [...]” (Catarina, autodeclarante parda, de 49 anos).

“Quando tava, vim pra rua, eu tava costurando, achava que era mais produtiva, porque lá na roça a gente fazia as coisa, mas, é mais difícil, é, lá na roça é mais difícil cuidar das criança e sai, né? Pra fazer algum trabalho. Lá eu trabalhava pra casa, plantando horta, plantando milho, feijão, ajudava na, no arroz, plantar arroz. Aqui na rua é melhor. Tem mais gente e as crianças não ficam em casa sozinha. Aqui foi mais fácil. Aí rendia mais” (Joana, autodeclarante parda, de 70 anos).

No que tange ao trabalho de subsistência, neste estudo, como não houve uma divisão feita por essas participantes, Catarina e Joana, entre as atividades domésticas e as de subsistência, esse tipo de trabalho será debatido nesta seção juntamente com o doméstico não remunerado. Sendo que, o trabalho de subsistência e o rural também fazem parte da divisão sexual do trabalho, uma vez que, dentro das famílias da zona rural, há uma separação entre as tarefas realizadas pelos homens e pelas mulheres e isso possivelmente ocasionou a demora da inclusão das trabalhadoras rurais nas categorias profissionais como beneficiárias na previdência social, pois as mulheres na zona rural eram vistas apenas como ajudantes de seus maridos (BRUMER, 2002; 2004).

A divisão sexual do trabalho é naturalizada no cotidiano das mulheres, seja ela na zona rural ou na urbana. O trabalho doméstico foi imposto como atribuição natural da mulher e, assim, passou a não ser mais reconhecido como trabalho, por supostamente não demandar esforço e, por isso, também não ser remunerado (GEORGES, 2019). Nessa lógica, as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado e isso seria uma extensão do papel natural das mulheres dentro das famílias (DANTAS; CISNE, 2017). Essa relação entre as mulheres e o trabalho doméstico não remunerado tem origem na “tradição” perpetuada nas casas dos pais, familiares e amigos (BRUSCHINI, 2007). A participante Olívia, da família Salomão, de 19 anos, quando foi solicitada a falar sobre sua trajetória de vida em relação ao trabalho doméstico não remunerado, descreveu ser uma “[...] questão de costume, criação, aí fui criando esse hábito.”

Assim, desde os primeiros anos de vida as mulheres são treinadas para serem dóceis, subservientes, dependentes, para sacrificarem-se e sentirem prazer com isso (FEDERICI, 2019b). Em meio a isso, os homens aceitam esse trabalho gratuito feito pelas mulheres, e se beneficiam dele, justamente, por acharem que é uma característica inata, uma necessidade interna, uma aspiração que acreditam ser feito “por amor” (HIRATA; KERGOAT, 2007; FEDERICI, 2019b). Catarina Camargo, autodeclarante parda, de 49 anos, apesar de relatar um desgaste físico e mental, alegou que sente prazer em servir: “Às vezes fico chateada por não fazer tudo que preciso, por ter que trabalhar fora, então, não dá tempo, cansa, tem o esgotamento físico, mental, mas eu acho. Eu gosto de fazer. Eu gosto de servir.”

Apesar das participantes terem sido introduzidas desde novas em tais tarefas, algumas salientaram não ser um trabalho tão fácil, sendo, muitas vezes, cansativo e não prazeroso, o que mostra que talvez não seja de fato uma vocação e um prazer. Como elucidado no relato a seguir de Mariana Nascimento, em que a participante menciona que, no início, não gostava de realizar tal trabalho: “Humm. Era meio chato, né? Não é uma coisa que uma criança quer fazer (risos). Que meu pai forçava bastante [...]. E como eu sempre fui desorganizada eu sempre tomei bronca por conta disso.” Nesse quesito, de acordo com Silvia Federici (2019), a naturalização do trabalho doméstico não remunerado foi uma estratégia do capital, exatamente, para que ele se tornasse gratuito. Outro fator relevante que pode comprovar que o trabalho doméstico não é inato é o fato de que, dentre as participantes desta pesquisa, quinze das dezesseis foram inseridas desde a infância, sendo Sara Coutinho, a única participante que não realizava esse trabalho na infância, devido ao fato de ter alergia aos produtos de limpeza. Nos trechos a seguir, Sophia Coutinho, sua mãe Lucilene e também Suzana Salomão partilham da mesma experiência em relação à suas inserções nesse trabalho durante a infância:

“Ah, com uns oito anos, né? Meu avô fez um banquinho pra eu poder subir para alcançar a pia (risos). Que não tinha nem tamanho (risos). [...] Uns sete, oito anos já ajudava bastante já.” (Sophia Coutinho, autodeclarante branca, 44 anos).

“[...] Olha, acho que desde os dez anos já fazia alguma coisinha. Ajudar a mãe a lavar louça, cuidar do irmão. Desde os dez anos e daí foi aumentando, né?” (Lucilene Coutinho, autodeclarante branca, de 70 anos).

“Foi interessante, né? No início foi aquela brincadeira, né? Que toda criança vai se envolvendo, vai achando legal, brincadeira de casinha de adulto, né? Depois foi virando a responsabilidade mesmo [...]” (Suzana Salomão, autodeclarante negra, 32 anos).

Semelhante à Suzana, que foi inserida nesse trabalho por meio de brincadeiras, Bruna Nascimento, de 15 anos, relatou que: “quando eu era pequena gostava muito, porque era uma maneira de diversão [...]”. Nesse sentido, fica evidente que a socialização é o elemento importante para que as mulheres sejam inseridas no trabalho doméstico não remunerado (PICANÇO; ARAÚJO, 2019; CHIES, 2010), já que para convencer as crianças a realizá-lo, é necessário deixá-lo divertido, apresentá-lo por meio de brincadeiras. Desta maneira, isso mostra que não há nada de natural nesse trabalho, pois são necessários pelo menos uns vinte anos de treinos diários (FEDERICI, 2019b). Na agricultura, os filhos, isto é, as crianças e jovens, também são incluídos no trabalho rural e, assim como as mulheres, ficam

responsáveis pelos trabalhos tidos como mais fáceis (BRUMER, 2004). Em seguida, o depoimento da mãe de Catarina, Joana, trata de quando foi inserida no trabalho doméstico não remunerado e o de subsistência:

“Ahh minha filha, foi uma diversão, né? Porque eu era muito criança ainda. Eu gostava de trabalhar, porque criança começa assim com uns 7, 8 anos a levar comida pra quem tá na roça, trabalhando, sabe? Cuidar dos bichos, né? Galinha, porco, tratar deles. É tudo divertido. Lá em casa tinha muito, muito cabrito. Humm. Tinha mais de dez. A gente tinha que levar aquilo lá no pasto, amarrar aquilo, depois tinha que lá desamarrar, porque o sol estava quente, tinha que pôr na sombra. Outra hora enrolava tudo, a gente tinha que lá desenrolar. Então, a gente trabalhava direto. É serviço à vontade.”

Ainda hoje, na zona rural, os trabalhos feitos em propriedades menores possuem jornadas de trabalho indefinidas, na qual todos os familiares, incluindo as crianças, são expostos a riscos constantes diariamente (DAMETTO; MORETTO, 2013). Neste relato de Joana, percebe-se que tal trabalho, mesmo que seja considerado mais fácil, ainda aparenta exigir muito esforço físico para uma criança.

Uma das funções atribuídas à mãe no trabalho doméstico não remunerado é ser a principal responsável por preparar a mulher para o papel de esposa e mãe, fazendo sua filha acreditar ser esse o melhor caminho a se esperar da vida (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Seguindo essa lógica, neste estudo não apresentou relatos diferentes sobre o ingresso das participantes no trabalho doméstico não remunerado, em sua maioria, feito por suas mães – como no caso de Lucilene, Catarina, Mercedes, Karen, Bruna, Beatriz e Clara. Cabe lembrar que as outras participantes, apenas não citaram se essa inserção teve participação de suas mães. A mãe de Mercedes Salomão, autodeclarante preta, de 85 anos, Maura, também participante da pesquisa, era quem organizava as tarefas entre os filhos. No excerto abaixo, sua filha descreve como foi sua experiência quando começou a realizar as atividades domésticas:

“[...] Nós éramos quatro. Então, cada um fazia o seu melhor. Minha mãe, vamos supor, é, fulano, fulano, fulana vai pra arrumar casa, outros vai cozinhar, outros vão lavar. Então, desde pequena, minha mãe foi ensinando isso pra gente, entendeu? Então, foi bom aprender desde pequena.”

Lucilene Coutinho, além de citar sua mãe como participante desse processo, apresentou sua concepção sobre o papel da filha mais velha na rede de apoio dentro de uma família: “Ahh, eu tinha que contribuir né? Então, a gente fazia o que era possível, mas aquele, no meu tempo, era normal isso, né? Toda filha mais

velha tinha que cuidar de irmãos, cuidar de, ajudar a mãe, tudo, sempre foi assim.” Desta forma, três gerações diferentes dentro da família Coutinho foram ensinadas acerca do trabalho doméstico não remunerado por suas mães, o que demonstra ser uma tradição, um costume passado de geração em geração. Na pesquisa feita pelo Instituto Data Popular, SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão, a maior parte das entrevistadas também revelou que as maiores responsáveis pelas atividades domésticas, como lavar e passar roupa, varrer a casa e limpar os móveis, são as mães e filhas de suas famílias (MARCONDES, 2014). A filósofa Silvia Federici (2017) defende que, dessa forma, o capitalismo se beneficiou da invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado, com o propósito de estender a parte não remunerada do dia e também com o intuito de acumular o trabalho das mulheres por meio do uso do salário do homem. A participante Bruna, em dois momentos de sua entrevista, relatou acreditar que tal inserção contribuiu para quando tivesse sua própria casa. Da mesma forma Karen, deixou claro que, para ela, o fato de ter aprendido cedo contribui para sua família atual. Confira os trechos a seguir:

“Pra mim ser produtivo dentro de casa é colaborar na organização, em tempo que isso pode construir muito mais o meu futuro quando tiver o meu próprio lar. [...] Me desenvolvendo pra quando eu tiver a minha própria casa, eu já tiver [...] Tiver o meu, meu próprio esquema na minha casa.” (Bruna Nascimento, 15 anos).

“[...] Então, às vezes a gente nem queria fazer, mas ela obrigava a gente a fazer. Isso pra mim ela foi muito rígida, sabe? [...] Eu só agradeço ela, porque se não fosse hoje, hoje em dia, eu sei fazer de tudo. Se eu precisar morar sozinha, igual eu já tenho meus filhos, eu dou conta de tudo! Sei fazer um almoço, sei arrumar a casa, colocar roupa, tudo. Qualquer coisa eu sei fazer. Então, eu fico muito satisfeita dela ter me ajudado e ajudar minha irmã também.” (Karen Camargo, 32 anos).

Na sociedade brasileira, as identidades atribuídas às mulheres no casamento, de esposa e de dona de casa, são papéis de subordinação (CHIES, 2010). Portanto, o casamento é um destino imposto ou um projeto, uma opressão e, ao mesmo tempo, uma identidade (BIROLI, 2018; CHIES, 2010). Essa socialização com o trabalho doméstico não remunerado tem como objetivo buscar a atenção masculina, a aceitação das mulheres para exercerem seus papéis de dependentes do casamento, além de uma orientação e sustento dos homens (BIROLI, 2018), assim como os papéis de filha e mãe dentro de uma família. Desta forma, a mulher, na casa dos pais, é subordinada ao pai, e no casamento, ao marido (CHIES, 2010). Como pode ser visto nos tópicos anteriores, as mulheres desta pesquisa de todas as idades, realizam o trabalho doméstico não remunerado, como irmãs mais velhas ou mais

novas, esposas, mães e filhas, independentemente se estão aposentadas ou na idade de aposentar. Em especial Catarina, no período do ciclo de vida entre 40 aos 65 anos, e sua mãe, Joana, acima de 65 anos, também continuam a exercer o trabalho rural não remunerado. O trabalho doméstico não remunerado para as mulheres não tem aposentadoria e nem descanso. Assim, as atividades domésticas são naturalizadas entre as participantes desde a infância até a velhice, mostrando que fazem parte do envelhecimento das mulheres.

4.2.2 DIVISÃO SEXUAL DENTRO DE CASA

Conforme Kergoat (2009), em se tratando das relações sobre os diferentes sexos, as práticas sociais são uma construção social e não advindas de uma causalidade biológica. São criadas com base na hierarquia entre os sexos, ou seja, em uma relação de poder e dominação. Neste estudo, no trecho de Catarina Camargo, de 49 anos, é possível observar em seu relato a divisão sexual do trabalho: “[...] É às vezes bate o cansaço, a rotina dos afazeres, mas, é entre aspas, né, é o serviço da dona da casa, é o serviço da mulher.” Sem perceber, a participante apontou uma ideia de que o trabalho doméstico não remunerado faz parte de uma “essência feminina”, ou melhor, uma “identidade feminina”. Catarina não é a única que pensa dessa forma, em uma pesquisa feita por Ávila & Ferreira (2014), em relação à mudança sobre a percepção da responsabilidade desse trabalho, 47% das participantes afirmaram que cuidar da casa é uma das responsabilidades das mulheres, sendo que 43% delas discordam e 10% não concordam e nem discordam.

Sobre a divisão do trabalho entre homens e mulheres dentro de casa, a participante Olívia Salomão, de 19 anos, afirmou que seu irmão faz parte das divisões dos afazeres em sua casa. Da mesma forma que Olívia, Beatriz, sobrinha de Catarina, de 17 anos, apontou também o envolvimento de seu irmão na aprendizagem das atividades do trabalho domésticas gratuitas, mas mencionou a sua mãe como a responsável por essa inserção:

“Ahh, agregou mais para mim mesma, que eu pude ajudar minha mãe, que ela trabalhava fora o dia inteiro. E quando ela chegava, ela estava cansada e eu podia ajudar, né? Tanto eu quanto o meu irmão a gente começou com os afazeres domésticos, se eu me engano, com sete, oito anos.”

A explicação para o envolvimento do irmão nas atividades domésticas pode ser evidenciado pelos dados de outra pesquisa – realizada em 2006, sobre a participação dos homens no trabalho doméstico gratuito, no cotidiano familiar e no cuidado com os filhos pequenos. Nela 46% dos homens, entre 10 e 14 anos, afirmaram participar das atividades domésticas, mas, ainda assim, as mulheres participam bem mais do que eles, sendo 78%, da mesma faixa etária (BRUSCHINI;

RICOLDI, 2012). Entretanto, segundo o retrato das desigualdades de gênero e raça, em 2014, as mulheres de 10 anos ou mais dedicam uma média de 23,8 horas ao trabalho doméstico não remunerado, já os homens, quase a metade, dedicam 10,1 horas (IBGE, 2015). Beatriz informou que seu pai também participa das tarefas domésticas e sua tia Catarina também conta com a participação de seu filho Lucas, de 25 anos. Na família Coutinho, o marido e os dois filhos de Sophia dividem as tarefas de casa com ela e, na casa da sua mãe, Lucilene, seu pai não divide as tarefas com sua mãe, mas seu irmão mais novo Carlos, de 30 anos, sim. Na casa de Jaqueline, o pai de Bruna divide as tarefas domésticas com as duas participantes. Tal informação foi confirmada tanto na entrevista de Bruna, como na de Mariana, de 29 anos, que não mora mais com os pais, mas alegou que na sua infância foi seu pai quem a incluiu no trabalho doméstico gratuito:

“Ahh, bem criança, eu lembro do meu pai pedindo para lavar louça, arrumar quarto. Apesar ter sido um pouquinho desorganizada, eu tinha que arrumar, tinha minhas obrigações em casa. Geralmente era louça, por a roupa, a toalha no varal e arrumar meu quarto e o guarda roupa.”

Na década 70, ampliou-se o debate sobre “dividir o trabalho doméstico” considerado uma solução para os problemas da divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2019b). Neste segmento, os homens se mostraram, ao decorrer dos anos, mais inclinados a dividirem as tarefas domésticas, principalmente, entre casais em que possuíam um trabalho remunerado (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012). Sendo possível ver nas entrevistas desta pesquisa esse avanço relacionado à divisão mais igualitária entre homens e mulheres no trabalho gratuito dentro de casa. Por exemplo, Mariana mora com seu marido e confirmou dividir todas as tarefas domésticas de sua casa com ele, além disso, a participante questionou o significado do termo “ajuda”. Veja a seguir:

“[...] aqui em casa a gente divide muito as tarefas. Então, eu costume falar. Perguntar: “seu marido te ajuda em casa?” Não, ele não me ajuda não. A gente se ajuda. São deveres tanto deles como meus. Ele faz, ele faz o almoço. Ele faz ou arroz, eu faço a carne. Ele faço a salada. Já vou deixando a louça mais ou menos limpa. Eu faço faxina dentro de casa, e ele faz do lado de fora. Então, é sempre assim. Tudo dividido [...]”

Sara, de idade próxima a de Mariana, 32 anos, também divide as tarefas de casa com o marido: “[...] Quando eu vim pra casa, eu tive que começar a fazer, mas assim, meu marido me ajudou bastante nas coisas. Então, a gente sempre divide, né, a questão dos afazeres de casa”. No entanto, a palavra “ajuda”, usada

regularmente e presente no relato da participante Sara, revela a desigualdade de gênero em torno das relações familiares, explicitado como algo vinculado à bondade e não como deveria ser visto uma responsabilidade partilhada (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012). Além disso, o termo “ajuda” contribui para tornar ainda mais invisível a obrigatoriedade e atribuição do trabalho doméstico a todas as mulheres em suas famílias e, assim, perpetua o seu significado de um trabalho feito por “afeto” (HIRATA; KERGOAT, 2007). Sendo que, ainda que o homem acredite estar “ajudando” a realizar esse trabalho gratuito, também é um dos responsáveis por gerar estas tarefas domésticas, ao requerer cuidados, tais como alimentação, roupas limpas, limpeza da casa, dentre outros. A participante Sophia Coutinho, de 44 anos, assim como sua prima Sara, também utilizou a palavra “ajuda” ao discorrer sobre a divisão das tarefas em sua casa, entre ela, seu marido e seus dois filhos. Os dois trechos abaixo exemplificam esse fato:

“Ajudam, mas assim, ajudam, mas não é como eu ajudava na minha casa, com certeza não, né? É bem diferente. Hoje tenho é a diarista que vem pra fazer o pesado, né? Mesmo porque eu não daria conta, né? É, então, eles lavam a louça, cada um arruma a sua cama e ajeita o quarto, né? E eu fico sempre no pé: ó, vamos manter a ordem aqui, né, deixar as coisas sempre arrumadinhas. Mas contribui, contribui, sim.”

“Eu vejo sempre como necessário, né? Que façamos essas coisas, mas eu vejo que quem valoriza mesmo sou eu, né? Eu tenho só homem aqui dentro de casa (risos). E eles nem se incomodam tanto de ver: ah tem uma pia suja lá, uma loucinha suja na pia. Mas quem realmente fica brava e estressada sou eu. Então, é eu sei o quanto é importante que esteja tudo em ordem, né?”

Os maridos são infantilizados, no que se refere ao trabalho dentro de casa, visto como incapazes de realizarem tarefas consideradas mais complexas (MACHADO, 2014). De acordo com Bruschini e Ricoldi (2012), apesar das mudanças relevantes no comportamento dos homens, eles não se dedicam de forma integral ao cuidado e às atividades domésticas rotineiras. Isto é, fazem as tarefas que sobram para serem feitas ou as mais agradáveis para eles. Conforme Ávila e Ferreira (2014), a omissão dos homens nada mais é do que uma apropriação das horas de trabalho realizadas pelas mulheres, sendo que essa apropriação acontece por meio da ação masculina e não apenas da omissão. Na mesma pesquisa, a maior parte das entrevistadas (58%) concluiu que os homens podem dar mais trabalho do que necessariamente ajudar. Ainda que os homens adultos sejam classificados como independentes, eles contam com o cuidado familiar, feito pelas mulheres, para atender necessidades concretas e emocionais (MARCONDES, 2014). Portanto, é uma

grande contradição o estereótipo de gênero, no qual se acredita que as mulheres, por não conseguirem se cuidar sozinhas precisa dos homens para protegê-las, já que, ao mesmo tempo, elas são as maiores responsáveis por cuidarem de toda a família, incluindo elas mesmas e os próprios homens, ditos independentes (PATERMAN, 2007; MADALOZZO et al 2008). As participantes Karen, Catarina e Joana, de 31, 48 e 71 anos, respectivamente, da família Camargo, também apontaram, em suas entrevistas, desigualdades na divisão das tarefas domésticas não remuneradas. Joana, no fragmento a seguir, narra sobre a divisão do trabalho dentro da sua casa, entre seus pais, avós de Catarina:

“[...] Trabalhava todo mundo na roça, né? Em casa ficava minha mãe, coitada, trabalhava muito também. E ficava uma irmã em casa pra ajudar, que era muita gente pra lavar roupa, pra isso tudo, né? Então, nossa família era uma família muito grande.”

Ainda hoje, no Brasil, as mulheres dedicam bem mais horas ao trabalho doméstico não remunerado do que os homens (PICANÇO; ARAÚJO, 2019). Enquanto para as mulheres fatores como a alta escolaridade, o número de filhos e o número de atividades diárias não interferem nessas horas de dedicação (PICANÇO; ARAÚJO, 2019). Isto significa dizer que menos aspectos afetam a carga de trabalho das mulheres dentro de suas casas. Catarina realiza, além do trabalho doméstico gratuito, um trabalho remunerado em uma fábrica de malhas. Neste outro fragmento, em que desabafa sobre seu marido, é possível ver uma divisão sexual do trabalho:

“[...] Porque eu penso assim, tem algo que eu faço que alguém poderia fazer, mas não faria igual eu. Aí às vezes eu até brinco com meu marido assim: ai se eu morresse você não dura dois meses, porque ele não faz nada, dependente de tudo totalmente [...]”.

Não obstante, para os homens, a presença do salário e a classe social são fatores que impactam no tempo dedicado ao trabalho doméstico gratuito (SORJ, 2013). Em outra pesquisa feita em 2008, os dados foram próximos aos de Sorj, nos quais, em média, os homens consomem 10 horas por semana, e as mulheres o dobro, 20 horas (MADALOZZO et al, 2008). A desigualdade de horas entre homens e mulheres, na realização das atividades domésticas e do cuidado é um facilitador para que o homem possa se engajar inteiramente ao trabalho remunerado (BIROLI, 2018). Essa divisão entre quem irá realizar o trabalho assalariado e quem faz o trabalho doméstico gratuito é definida pelo casamento (BIROLI, 2018). Na casa da Karen, a participante fica responsável pelo trabalho doméstico não remunerado e seu marido realiza o trabalho remunerado: “Então, quando eu faço, eu sinto assim que eu, de certa forma, eu sou útil dentro de casa, porque se não sou eu, ninguém faz, porque meu marido não dá e minha mãe faz. Então tem que ser eu mesma.”

Assim, as mulheres se sobrecarregam, na maioria das vezes, devido à ausência dos homens na divisão dos afazeres domésticos. No entanto, a família seria, em sua essência, a institucionalização do trabalho não remunerado das mulheres e, conseqüentemente, a dependência financeira das mulheres sobre o salário dos homens (FEDERICI, 2019b; CHIES, 2010; KERGOAT, 2009). É dentro da família que homens e mulheres são disciplinados, fazendo com que o homem seja dependente de seu emprego, visto que suas crianças e sua esposa dependem de seu salário de modo que não podem refutá-lo (FEDERICI, 2019b). Portanto, ambos os gêneros têm sua força de trabalho explorada, mas, sobretudo, a mulher sofre dupla subordinação do “sistema de exploração” e do “sistema de dominação” (CHIES, 2010), tal como o não pagamento pelo trabalho doméstico é uma forma de disciplina (FEDERICI, 2019b). Dessa maneira, é possível perceber, por meio da imagem do homem-provedor, a tensão entre visão tradicional da divisão do trabalho e as responsabilidades designadas aos homens e mulheres (ÁVILA; FERREIRA, 2014). A independência dos homens é garantida pela perda de autonomia das mulheres enquanto ocorre a inviabilização do trabalho delas que também é também posicionado de forma desigual (BIROLI, 2018). Como visto em outro trecho de Karen, a participante declara seu sentimento em relação à dependência do salário de seu marido:

“A gente depender das pessoas é a pior coisa do mundo. Apesar de assim, eu e meu marido a gente se dá super bem, sabe? Ele me compreende, sabe que eu não posso trabalhar. Mas é ruim, se ficar assim: me dá 10 reais. A me dá 50 reais para comprar isso. É horrível. Esse sentimento é muito ruim.”

Quando a mulher não consegue realizar concomitantemente o trabalho doméstico não remunerado e o remunerado, ela acaba, na maioria das vezes, tendo que escolher por abandonar o trabalho remunerado, como foi possível evidenciarmos no trecho acima, ou por ficar sobrecarregada, sendo que o trabalho assalariado é mais valorizado, por elas e também pela sociedade, pois concede a essas mulheres uma “autonomia” pessoal (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Como já explicitado, os homens são tão dependentes do trabalho das mulheres, como elas são dependentes de seus salários (KERGOAT, 2009; FEDERICI, 2019b). Eles são dependentes porque necessitam que alguém cozinhe, limpe suas roupas, cuide de seus filhos, dentre outras tarefas, para que isso não afete sua rotina de trabalho e o seu tempo disponível para descansar (FEDERICI, 2019b; BIROLI, 2018).

Por outro lado, as mulheres são dependentes dos homens, mas também de programas sociais, por se responsabilizarem pelas atividades rotineiras das quais todos nós dependemos (BIROLI, 2018). Mesmo quando os casais estabelecem uma divisão nos afazeres domésticos, a situação muda quando o casal tem

um filho, até porque, as leis trabalhistas são mais voltadas para a maternidade do que para a paternidade (FEDERICI, 2019b). Um exemplo disso no Brasil, é a enorme diferença de tempo que distingue a licença-maternidade da licença-paternidade, sendo, respectivamente, 120 dias e 7 dias (BRASIL, 2020). Em vista disso, ainda que a mulher precise de tempo para recuperar seu corpo e tenha que amamentar, pode existir a possibilidade de que essa mãe venha a falecer, tenha alguma enfermidade ou sua carreira demande mais dedicação e, mesmo sem isso, a presença do pai no cuidado de um recém-nascido seria fundamental para a não sobrecarga dessa mulher. Para Biroli (2018), o cuidado precisa ser reconhecido como uma contribuição social, todavia, essa concepção confronta o valor atribuído em cada trabalho e as visões de independência e de mérito. Em relação ao cuidado, Karen descreveu de forma detalhada como funciona a divisão do cuidado com seus dois filhos em sua casa:

“No caso de cuidar, eu cuido assim no caso dos meus filhos, né? [...] É, ele nasceu em 2017 e minha filha em 2018! A partir daí, a gente, eu cuido dele pra tudo. Ele é autista, então, eu levo eles, eu levo ele nas terapias, dou os remédios deles de manhã, de tarde e de noite. Levo os dois pra ir no banheiro, para fazer xixi, cocô, porque não faz sozinho. Do banho, escovo o dente deles. É, tudo é eu! Meu marido pega eles de noite, dá uma voltinha com eles quando chega do serviço, porque assim, eu já chego de noite e já tô cansada e estressada já de ficar com essas crianças o dia inteiro. Aí ele pega meus meninos, leva eles ali na mãe deles um pouquinho pra eles brincarem. Aí daqui a pouco e já tá também. Então, assim, a parte do cuidado todinha ficou só eu.”

Como já dito anteriormente, trabalho doméstico não remunerado inclui não apenas as tarefas domésticas, mas também o cuidado (BRUSCHINI, 1990 apud BRUSCHINI; RICOLDI, 2012). O cuidado recai também sobre as mulheres e não se relaciona apenas com a maternidade, mas também a responsabilidade do cuidado de todos os membros das famílias, sejam eles seus avós, pais, maridos, filhos e irmãos (AGUIRRE 2012; SORJ, 2013; DEBERT; PULHEZ, 2019; PICANÇO; ARAÚJO, 2019). A participante Sophia acredita que seus filhos demandam mais atenção dela, a mãe, apoiando a ideia de que a mãe é a principal encarregada deste papel dentro das famílias: “[...] Eu vejo que a mãe é o (risos). É o tudo, né? Então, tudo eles querem saber da mãe. Quem quer que cuide é a mãe, não tem jeito, né? Isso os filhos e o marido também, né? Serve pra todos.” Para os homens, o número de filhos apenas não é relevante, em contrapartida, a presença de uma esposa, o número de moradores em sua casa, sua escolaridade e ter uma empregada doméstica diminui o número de horas que eles precisam se dedicar ao trabalho doméstico (PICANÇO; ARAÚJO, 2019).

4.2.3 O CUIDADO

Uma das dimensões do trabalho doméstico não remunerado consiste no cuidado dos membros da família (BRUSCHINI, 1990 apud BRUSCHINI; RICOLDI, 2012). Por fazer parte da divisão sexual do trabalho, a responsabilidade pelo cuidado é considerada uma característica inata das mulheres, e, desta forma, trata-se de um trabalho desprestigiado (KERGOAT, 2009). Para Georges (2019), o cuidado é um quase-conceito, justamente por ser possível ter várias interpretações, principalmente, considerando a globalização e o mundo do trabalho. Assim, esse quase-conceito multifacetado é definido por um conjunto de sinônimos conflitantes e heterogêneos e que também dependem do contexto em que é exercido, do momento histórico, de elementos locais, regionais e culturais (GEORGES, 2019; DEBERT; PULHEZ, 2019). Nesta pesquisa, as participantes trouxeram suas percepções acerca do cuidado. São notáveis as interseções na conceituação do que seria cuidado e o que seria apenas atividades domésticas, entretanto, é possível ver diferenças. Essas tarefas são para o suporte ao cuidado ou trabalhos cotidianos (MARCONDES, 2014), as quais nesta pesquisa foram denominadas anteriormente como atividades domésticas: a preparação das refeições e a limpeza da casa. A descrição de Clara Coutinho, autodeclarante parda, de 16 anos, é um exemplo:

“Eu acho que quando é necessário a gente vai, né, e cumpre com o nosso objetivo. É, cuidar, assim, não é só de quando a pessoa tá doente e tal. Então, sempre, assim, cuidar aqui da minha família, faço a comida. E é um cuidado isso, né? Ah, eu acho que é normal. Bom. (risos).”

Sua tia, Sophia, de 44 anos, apontou também a educação de um dos seus filhos, atualmente com 13 anos, como parte de sua trajetória de vida em relação ao cuidado com os membros de sua família: “meu filho tinha em torno de sete anos, é, tava precisando de uma forcinha na escola. Então, todos os dias eu sentava com ele, pra dar uma força mesmo, não era nem ajudar a lição de casa, mas tem que fazer uma revisão, né?”. A entrevistada Mercedes Salomão, de 55 anos, também descreveu um pouco sobre sua rotina do que seria o cuidado que exerce com seus filhos:

“E eu era dada como sargento quando as crianças eram pequenas, para poder ensinar. Nossa professora, a mãe, professora! Sempre! E vestir, fazer roupa, comprar roupa, comprar calçados. Isso é sempre dentro de casa, sempre eu fiz, sim. Sempre, sempre. E minha mãe, minha mãe lá é costureira, costura de toda hora. Você vai lá, dá uma voltinha lá. Cara, aperta essa calça, acerta isso, corta o cabelo, corta o cabelo. Então, eu acho que isso também é cuidado. Corta cabelo de um, trança o cabelo de outro. E a vida seguiu, minha filha. Vida de trabalhadeira mesmo.”

CONJUNTO DE PERCEPÇÕES ANALISADAS A PARTIR DOS DADOS

Como descrito por Sophia e complementado por Mercedes, o cuidado pode estar presente também na educação dos filhos, nas compras de roupas e calçados, na costura, corte de cabelo e tranças. Logo, a profissão “mãe” é um compilado de atividades diferentes, não sendo possível estabelecer uma dimensão. O cuidado deve ser considerado, portanto, como uma prática difundida na divisão sexual do trabalho e, para que ocorra, são necessárias várias outras tarefas de reprodução social, executadas por mulheres (MARCONDES, 2014). Karen Camargo, também trouxe outra atribuição para o cuidado, como o acompanhamento nos serviços de saúde e na compra de remédios:

“[...] minha mãe, apesar de eu não cuidar dela assim, né? De precisar cuidar dos meus filhos, mas assim, eu digo que, de certa forma, eu cuido dela. Ela precisa de ir à farmácia. Precisa de ir no médico dela, eu também. Então assim, a gente fica satisfeito de poder ajudar.”

Clara Coutinho, autodeclarante parda, de 16 anos, também expôs como definição para o cuidado algumas tarefas que auxiliam no tratamento da dor, como massagens e administração de remédios: “É, quando alguém tá com alguma dor, eu pego um remédio, alguma coisa assim, faço massagem para dor, mas, é, em casos muito graves não [...]”. A entrevistada Sophia, ainda sobre a descrição de sua trajetória de vida, em relação ao cuidado com os membros da sua família, também citou o auxílio no tratamento de doenças, como sendo umas das especificidades do cuidado: “[...] Se alguém faz uma cirurgia ou fica doente, a mãe que cuida, né? Então, ah, vamos lá fazer a canjinha pra ficar bom logo.” Segundo Danièle Kergoat (2009), existem diversas outras tarefas do trabalho doméstico não remunerado que são executadas pelas mulheres para que as relações de cuidado possam acontecer. Para essa autora, essas tarefas são de suporte ou cotidianas, como preparar a comida, limpar a casa e cuidar dos membros da família (KERGOAT, 2009). A socióloga Maíra Saruê Machado (2014) aponta que a alimentação e o transporte também são elementos presentes nesse trabalho. Catarina, da família Camargo, de 49 anos, também associou o cuidado com a saúde e alegou que uma das funções de uma mãe é tratar as enfermidades, fazendo uma analogia com a prevenção à saúde oferecida pelo Estado que também deveria receber melhores investimentos para a criação de novas políticas públicas no Brasil:

“[...] quando algum deles adocece é porque hoje no nosso Brasil até você ter acesso. Os primeiros sintomas, toda mulher e toda mãe é meio médica. Então, até você ter acesso a saúde pública, automaticamente, eu tento os recursos próprios. Então, muitas das vezes, nem precisa ir ao médico. Eu tenho, tenho umas experiências de sintomas da vida. Eu gosto muito de medicação

alternativa, né? Natural. Então, eu me acho produtiva por isso. Por algo, vamos supor, principalmente, quando alguém adoecer e eu me sinto produtiva, porque eu ajudei eles a recuperar sem ter que ter que acessar o serviço público da saúde.”

O conceito político para o cuidado tem relação com direitos e responsabilidades e deve ser vivenciado por todas as pessoas independentemente de gênero, idade, extrato social ou etnia (BIROLI, 2018). Desta maneira, o cuidado, como uma ética e práxis, não pode desresponsabilizar Estado e nem a esfera pública (MARCONDES, 2014). Na atualidade, não é isso que ocorre, já que em relação a gênero, as mulheres são as que mais realizam as tarefas de cuidado, seja nas intuições de cuidado, seja como profissional contratada seja na família ou na vizinhança, mesmo com a presença de homens na mesma casa (MARCONDES, 2014). Segundo Simone de Beauvoir (2008), na atribuição de papéis dentro de uma casa, como especificado pela própria autora, há uma “ideologia maternalista”, ou seja, as mulheres, pelo simples fato de terem nascido mulheres, seriam biologicamente mais propensas a cuidar de crianças. A maternidade, para a autora, seria uma idealização relacionada à passividade embasada em um discurso naturalista e biologizante. É possível ver esse discurso imbricado no relato das participantes Olivia e Sophia:

“Parecia que, tipo assim, já sabia como cuidar, já era mesmo que, como se, a gente já nascesse sabendo, um instinto, assim, mas acho que foi normal, foi tranquilo isso. Foi boa, sabe? Aprender mais ainda, mas parece aquela sensação que eu já sabia de como cuidar.” (Olívia Salomão, de 19 anos).

“Ah, eu nem sei mensurar produtividade nisso, né? Parece tanto um ato de carinho, né? De doação, que eu acho que é, não tem nem como mensurar. Isso daí é produtivo cem por cento, né? Não tem, não tem nem como a gente saber o valor, né? Real, mensurável.” (Sophia Coutinho, de 44 anos).

A dificuldade de Sophia em mensurar a produtividade no cuidado pode ser devido aos elementos da divisão sexual do trabalho intrínseco no cotidiano dos indivíduos. O trabalho doméstico não remunerado foi transformado em um ato de amor, negando-lhe um salário, foi uma estratégia eficiente do capitalismo (FEDERICI, 2019b). Assim, o discurso que naturaliza cuidado como algo inato das mulheres pode ser mais bem internalizado quando se relaciona com o afeto. Como exemplo, a entrevistada Catarina Camargo, de 49 anos, ao definir o conceito de trabalho, mencionou o trabalho doméstico não remunerado como trabalho em que a remuneração seria traduzida como afeto:

CONJUNTO DE PERCEPÇÕES ANALISADAS A PARTIR DOS DADOS

“Trabalho é um meio de vida que todo mundo tem. Não tem como correr. E tem trabalho que a gente ganha e tem trabalho que a gente não ganha, mas de qualquer forma, a gente trabalhando fora, a gente recebe. A gente trabalhando em casa, a gente não ganha em dinheiro, mas em compensação é, assim, é o carinho, o respeito pela família da gente, né? Eu acho que o trabalho é isso. É você se dar para você receber.”

Como já mencionado acima, as tarefas domésticas são inseridas desde a infância na vida da maioria das participantes, da mesma forma como o cuidado, mostrando não ser um processo tão natural assim. A entrevistada Sophia Coutinho, de 44 anos, foi inserida desde nova no cuidado, com seus primos, e depois seu irmão mais novo:

“Em casa a gente já aprendia isso, né? É, tive o irmão, quando eu já era mais velha, tinha quase quinze anos, mas antes mesmo do meu irmão nascer, né? A gente, minha mãe tem muitos irmãos, então, um monte de primo que eu acabava ajudando a cuidar, né? Então, isso já tava meio que acostumada. Ai, nunca precisei cuidar de um enfermo mesmo, né? Isso, nunca tive essa necessidade, mas é mais esse cuidado de um pro outro, né? Fazer uma comida e dar um banho numa criança. Então, isso, desde criança, já tava acostumada, já.”

“Com doze anos, eu comecei a cuidar de uma prima, né? [...] A minha tia começou a trabalhar e eu voltava da escola e ficava cuidando da minha prima. Acho que ela tinha um aninho, quando eu comecei a cuidar dela, né? Então, trocava fralda, ficava junto, brincava e era até remunerada por isso, né? Minha tia acabava dando um dinheirinho depois (risos)”.

Mercedes Salomão, de idade próxima a Sophia, de 55 anos, foi inserida na “adolescência” no trabalho de cuidar gratuito e com a maternidade, desde então, nunca mais parou. No trecho a seguir, ela descreve um pouco mais do que seria a definição de cuidado para ela:

“Ahh, foi bastante tempo. É, deixa eu ver, porque o meu pai, eu cortava o cabelo do meu pai, é o cuidado. Eu fazia mingau para o meu pai, eram os cuidados. Então, eu acredito que foi, nos meus dezoito anos, mais ou menos. Eu comecei a cuidar. Depois fui, casei, a vida pediu os filhos, aí, então, é cuidar do constante. Não parou não, tá? Continua (risos)”

Essa solidariedade, ou melhor, o cuidado pode também ser remunerado dentro da família como forma de trabalho informal (FAUR, 2012). O cuidado é

apresentado por muitas participantes como algo presente por toda a vida delas. Para uma mulher, realmente, o cuidado perpassa toda a sua trajetória de vida, diferentemente dos homens. Como explicitado no relato de Lucilene, mãe de Sophia, que começou a cuidar dos irmãos com 10 anos de idade: “Ixi, como cuidei de muitos! Assim, tem irmão que quando nasceu eu tinha dez anos. E hoje, eles, ah, tem uns até que falam que eu sou a segunda mãe, que eu cuidava assim”. A mesma participante também ressaltou sobre o cuidado ser um papel da irmã mais velha, e da extensão deste trabalho por toda a sua vida. Joana, assim como Lucilene, também cuidou de seus irmãos desde seus 8 anos de idade. Veja os relatos a seguir:

“Olha, eu já comecei desde criança, porque sou a mais velha de todos irmãos. Então, a vida inteira eu tive que ajudar minha mãe no trabalho. Se não, não dava conta. Depois de me casei, continuei cuidando de casa, dos meus filhos. Foi assim, a vida toda.” (Lucilene Coutinho, 70 anos).

“Eu ajudava a cuidar dos meus irmãos, né? Mais novos que eu. Dar banho e ensinar também o dever de casa, né? Mas tinha minhas irmãs também, que eram mais velha que eu, um pouquinho, que ajudaram, né? Então, não foi muita coisa não. A família é muito grande. É muita gente pra fazer isso.” (Joana Camargo, 70 anos).

A neta de Joana, Beatriz, de 17 anos, Clara Coutinho, de 16 anos, Mariana Nascimento e Suzana Salomão, de idades semelhantes, 29 e 31 anos, também participaram do cuidado com seus irmãos mais novos. Beatriz nunca contribuiu em relação à saúde de seu irmão, mas o ajuda a estudar. Clara, praticamente com a mesma idade de Beatriz, cuida do seu irmão para que seu pai e sua madrasta possam sair de casa e também cuida de outras crianças da família. A participante Suzana Salomão cuidou de seus irmãos mais novos desde os sete anos, levando-os para o colégio e preparando comida. Mariana Nascimento, diferentemente de sua tia Helena, sua mãe Jaqueline e sua irmã Bruna, foram inseridas desde a “adolescência” no trabalho de cuidar, no qual se dedicou à irmã Bruna, também participante da pesquisa:

“Bruna! É, minha mãe saia cedo pra trabalhar, a empregada ficava de manhã e quando eu voltava da escola, eu cuidava dela na parte da tarde. Então, desde do básico: fralda, banho, machucado. Sempre cuidei dela como se fosse minha, né? A minha irmã.”

“Exatamente treze anos. E eu acho que eu fiquei bem mais responsável por conta disso. Bem mais cuidadosa. Tinha medo

na hora do banho de ela engasgar com a água. Tinha bem os cuidados, assim, bem maternais, né?”.

A solidariedade entre gerações é um recurso utilizado por muitas mulheres para lidar com os problemas produzidos pela divisão sexual do trabalho (AGUIRRE, 2012). Contudo, um questionamento a ser feito é o de que se essa solidariedade seria também uma obrigatoriedade do cuidado, principalmente com crianças (ÁVILA; FERREIRA, 2014). A inserção no trabalho de cuidar é, então, a construção de uma rede de apoio para as mulheres que não terceirizam esse serviço doméstico com o trabalho de outra profissional. As mulheres das classes sociais mais baixas encontram em seus filhos mais velhos a solução para “conciliar” a jornada entre o trabalho doméstico não remunerado e o produtivo (AGUIRRE, 2012; BIROLI, 2018). Como apontado por Flávia Biroli (2018), nas famílias de classe mais pobres é comum que as irmãs das crianças cuidem delas, fazendo parte de uma rede de apoio ao cuidado. Essa rede pode ser mais bem vista nas falas de Joana e Maura, de idades semelhantes:

“Ah não, sabe por que não tem o que te dizer nada? Porque, eles, cada um deles, olhava. A família é grande, você entendeu? Então, se precisasse, um olhava o outro. Não tinha esse negócio de ficar saindo, tá cuidando e tudo não, porque se precisasse, claro que eu ia ajudar a olhar em alguma coisa [...]” (Joana Camargo, 70 anos).

“Não, mas isso aí tinha muita gente pra cuidar. Eu ajudava a cuidar dos meus irmãos, né? Mais novos que eu. Dar banho e ensinar também o dever de casa, né? Mas tinha minhas irmãs também que eram mais velhas que eu, um pouquinho, que ajudavam, né? Então, não foi muita coisa não. A família é muito grande. É muita gente pra fazer isso.” (Maura Salomão, de 85 anos).

Em uma visão mais macrossocial (Estado, família e mercado), segundo Aguirre (2012), a família seria a principal instituição da qual provém o cuidado, ou seja, das relações dentro da unidade familiar. Nesse sentido, seria uma rede de ajuda mútua, feita por mulheres responsabilizadas pelo cuidado, dentre elas, mães, filhas, avós, tias, irmãs, amigas e vizinhas. Esse tema será mais bem aprofundado no tópico 4.4: *A sobrecarga dos dois trabalhos: todas somos iguais?*

É importante lembrar que o cuidado é algo que será demandado por todos durante a vida, fazendo parte do cotidiano das pessoas. O que diferencia as vivências em relação a esse trabalho são suas formas e intensidades, dado que as pessoas são vulneráveis de maneira desigual durante a vida, devido às condições físicas, enfermidades e fatores sociais (HUGHES et al 2019). Dessa maneira, a vivência de ser

mãe terá diferenças de raça, renda e idade. Nesta pesquisa, algumas participantes não são mães, como Sara e Mariana, de 32 e 29 anos, e Bruna, Clara, Beatriz e Olívia, de 15, 16, 17, 19 anos respectivamente. Porém, apesar de muitas participantes terem tido contato com o cuidado de crianças desde novas, algumas delas nunca tiveram que cuidar de alguém, como no caso de Olívia, Bruna e Sara, e outras, somente tiveram contato quando se tornaram mãe, como é o caso de Karen Camargo, de 31 anos, e Maura Salomão, de 85 anos. Isso evidencia que, mesmo quando a mulher não é inserida no trabalho do cuidado na infância ou “adolescência”, em algum momento da vida ela pode vir a ser inserida, seja quando se torna mãe ou quando seus pais envelhecem e demandam mais cuidados. Um exemplo disso é a maternidade de Karen, autodeclarante branca, que diferente das outras participantes, tem um filho com TEA, em uma sociedade que ainda precisa avançar em relação à inclusão social, o que implica em mais dificuldades no cuidado com ele, como descrito por ela nos fragmentos a seguir:

“Eu que faço tudo para eles. Ainda mais o meu filho, que igual eu te falei, é autista. Ele não é uma pessoa que vai com todo mundo. Então assim, eu não posso trabalhar. Eu podia muito bem pagar alguém para ficar com eles, mas eu não, não trabalho fora por esse motivo, porque ele não fica com ninguém. É só comigo, com minha mãe e com meu esposo. Então, assim, é complicado, sabe? Essa parte é eu que cuido deles mesmo, principalmente do maior, porque a menor ainda sabe mais que o maior. Ela ainda é mais independente. Come sozinha. Agora meu menino não, eu tenho que fazer tudo pra ele. [...] Minha vontade é que depois que meu filho nascesse, eu pudesse arrumar um serviço e poder colocar ele, por exemplo, numa creche, com uma pessoa para olhar eles, para eu poder trabalhar e ganhar o meu dinheiro, mas depois que eu descobri que ele é autista não consegui fazer nada disso. E agora com a outra menina, que eu tenho uma menorzinha de 2 anos, e aí que eu não consigo mesmo.”

Em uma sociedade que, supostamente, prioriza o cuidado como um direito e não como um dever, Karen poderia usufruir mais dos serviços públicos que a auxiliassem nos cuidados de seus filhos. Além disso, essa opção não a forçaria a escolher entre um trabalho remunerado e o doméstico não remunerado, entretanto, não é a realidade que ela vivencia. O Estado diminui sua responsabilidade em relação à reprodução social, ao reduzir e/ou não ofertar investimentos em creches de tempo integral, lavanderias coletivas e gratuitas, restaurantes públicos e, principalmente, por proporcionar salários baixos aos trabalhadores, posto que a maioria destas necessidades seja suprida pelo trabalho feminino não remunerado (DANTES; CISNE, 2017; FEDERICI, 2019b). Dentro dessa temática, a ideia dicotômica de dependência/independência deve ser superada, pois se coloca em xeque quem

seria o mais ou menos responsável por cuidar, criando uma hierarquia biológica ou moral que precisa ser superada (BIROLI, 2015). Como ressaltado por Flávia Biroli (2018, p.75), “dependência incontornável e dependência socialmente produzida estão, em muitos aspectos, entrelaçadas nas sociedades em que é reduzida a responsabilidade coletiva pelo cuidado”. Ademais, quanto mais crianças para cuidar, como no caso de Karen e Suzana, evidentemente, maiores serão os obstáculos de quem é responsabilizado por esse trabalho (PICANÇO; ARAÚJO, 2019).

Na pesquisa feita por Machado (2014), citada anteriormente, das participantes entrevistadas, entre as que recebem “ajuda” para realizar o cuidado de seus filhos, apenas 36% contam com os homens, 11% com algum profissional pago e 5% recebem de uma instituição, uma vez que a maioria da contribuição vem de outras mulheres da família de forma gratuita. Embora exista uma necessidade de que os homens possam vir a contribuir mais no cuidado de seus filhos, a porcentagem que mais se afasta do ideal para a solução de tais desigualdades de gênero seria o fato de que apenas 5% das mulheres contam com o apoio de instituições (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Essa pesquisa não indica a porcentagem entre intuições públicas e privadas e que tipos de intuições são, podendo ser ainda menor o número de mulheres que contam com instituições públicas. Ou seja, há uma ausência do Estado no Brasil no suporte para o trabalho doméstico não remunerado e para a conciliação entre ele e o trabalho assalariado (AGUIRRE, 2007). Assim, nas desigualdades de classes, apenas algumas mulheres conseguem externalizar as atividades de cuidado, seja ao contratar serviços de *care* ou uma educação infantil privada, já outras, além de não conseguirem remunerar tais serviços, ainda vivenciam a precariedade do trabalho remunerado, com a falta dos direitos trabalhistas, como licença maternidade e proteção social (ITABORAÍ, 2016). A participante Suzana Salomão, autodeclarante preta, de 31 anos, tem dois filhos pequenos, um de 2 anos e o outro com 4 anos, e é a única responsável pelo cuidado deles, sem a ajuda do pai, o que favorece para que não consiga se inserir no mercado de trabalho assalariado:

“Ah, os planos para o futuro. Eu quero voltar a trabalhar, porque eu não tô trabalhando no momento, devido meus filhos, né? Tá muito pequeno ainda e eu sou solteira. Então, eu não tô trabalhando, assim, fora de casa, né? Eu trabalho dentro de casa. E eu quero voltar a trabalhar, voltar a ter uma rotina, né? Fora de casa, eu acho que, às vezes, fica muito a mesma rotina, aquele, né? O dia a dia, ele fica cansativo. Eu quero buscar logo lá fora, produzir lá fora, voltar a produzir lá fora, né? E eu me imagino. Imagino isso. Correndo atrás como sempre.”

O fato das mulheres terem filhos pequenos, como no caso de Karen Camargo e Suzana Salomão, contribui para que elas tenham que dedicar mais tempo ao

trabalho doméstico não remunerado do que mães com filhos maiores. Na pesquisa de Bruschini (2006), a socióloga constatou que as mulheres que possuem filhos menores de dois anos, dedicam 35 horas semanais ao trabalho doméstico não remunerado e dedicam 32 horas quando os filhos têm entre dois a quatro anos de idade, sendo a média geral 27 horas para as mulheres que tem filhos acima dessas idades. Ademais, o número de famílias pobres vem aumentando nos países do hemisfério Norte e Sul e um aspecto relevante sobre essas famílias é de que a maioria delas é constituída por mães “solos”, ou seja, sem a presença do pai no cuidado (HIRATA, 2009). Mesmo com todas as dificuldades que a maternidade pode acarretar, a participante Suzana Salomão, de 31 anos, considera ser uma oportunidade que nem todas as mulheres têm:

“Feliz que eu posso fazer que eu tenho a oportunidade que muita gente não tem, não é? Porque, na verdade, é uma coisa que a gente reclama e tudo, do dia a dia, é cansativo, mas, na verdade, eu também sinto gratidão, que muitos gostariam de ter e poder ser e muitos não podem, né? Tem seus limites. Então, assim, apesar de ser cansativo, né? E a mesma coisa, mesmice, do mesmo dia, do dia a dia, né? Eu me sinto grata, me sinto grata.”

Como apontado por Beauvoir (2008), há uma “religião da maternidade”, com o objetivo de controlar e dominar e também para diferenciar quais delas podem ter esse “privilegio” ou não. Na cultura brasileira, a identidade da mulher, uma construção social como qualquer outra, é associada à esfera doméstica e essa naturalização, já debatida aqui, traz a ideia de uma maternidade inata como mais um dos papéis impostos às mulheres (CHIES, 2010; BRUSCHINI, 2007). Todavia, nas últimas décadas, o aumento da escolaridade entre as mulheres e a mudança nas suas identidades proporcionou uma maior participação no mercado de trabalho assalariado e, conseqüentemente, diversificou o perfil das trabalhadoras brasileiras, sendo essas agora mais velhas e mães (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002; BRUSCHINI, 2007).

O tempo é um fator relevante quando se trata da “profissão” mãe. Durante a entrevista, Suzana estava cuidando de seus dois filhos pequenos e Karen disponibilizou seu momento de descanso desse trabalho para realizar a entrevista, mas foi interrompida uma vez para retomar essa tarefa. No próximo trecho, para melhor exemplificar o fator tempo, Karen revela que, talvez, a maternidade não seja tão romântica assim ao descrever o sentimento de quando começou a cuidar de seus filhos, acerca da solidão, vivenciada por ela e de como o tempo para si mesma mudou em comparação a vida antes de ter filhos:

“Então é diferente, né? Porque a gente não tem assim, como se diz, um compromisso, né? A gente, quando a gente é sozinho [...] Se a gente quiser tomar banho, a gente toma; se a gente quer arrumar a casa, a gente arruma. A gente tá nem aí com nada. Aí, agora, nasce um filho, a vida muda completamente. Você não tem hora para você dormir, você não tem hora pra você comer. Se você quiser trabalhar, você não consegue. Se você quiser arrumar uma comida, você não consegue. É, tudo tem que ser na hora deles. Então assim, é muito difícil. Minha vida mudou de perna a cabeça. [...] Foi assim, bem assim, diferente. Foi é, como que fala? É... Tudo mudou, sabe? Eu me senti assim, uma pessoa, sei lá, tem hora que dá vontade pegar e sair correndo, porque a gente tem que ter muito compromisso, quando a gente cuida de outra pessoa, sabe? Hoje eu tô até acostumando. Hoje eu sei que eles precisam de mim, não tem como eu viajar, não tem como eu mudar, não tem como eu fazer nada. Eles precisam de mim pra tudo, mas é um sentimento assim de pressão, sabe? Quando você não tem ninguém por você. Você mesmo tem que fazer tudo. Então assim, é esse sentimento. O sentimento, assim, de pressão. É um sentimento de compromisso que a gente tem que fazer. No caso, assim, no cuidar, eu cuido dos meus filhos. Eu não cuido de outras pessoas. Mas esse é o sentimento. Quando eu comecei a cuidar de alguém, foi quando meu filho nasceu, aí, é esse sentimento. Sentimento de solidão porque é só você. Apesar de ter minha mãe, ter meu esposo, é aquele sentimento que ninguém faz por você, só você por você mesmo, entendeu?”

A maternidade, portanto, de forma não romantizada, é uma experiência muito particular para cada mulher, mas em todos os casos, o dinheiro e o tempo são fatores que serão muito demandados para este papel, não sendo assim uma responsabilidade tão fácil. Para Birolí (2019), a maternidade torna-se um fator de vulnerabilidade para as mulheres, pois as sobrecarrega e, ao mesmo tempo, as restringe à esfera privada, dificultando o exercício do trabalho remunerado, o qual desobriga os homens do cuidado com as crianças. Desta forma, ser mãe implica em diminuir a autonomia individual e coletiva (BIROLI, 2018; ÁVILA; FERREIRA, 2014; FEDERICI, 2019b). As articulações entre a maternidade e o trabalho remunerado são divergentes em comparação à paternidade exatamente porque se espera que os homens realizem menos no que se trata da rotina do cuidado com os filhos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

No Brasil, as mulheres idosas são as principais responsáveis pelo cuidado dos netos, além de ainda realizarem as tarefas domésticas (CAMARANO, 2003; HIRATA; GUIMARÃES, 2012; LINS; ANDRADE, 2018). As quatro participantes da pesquisa, Lucilene, Joana, Helena e Maura, com idade acima de 65 anos, alegaram que já tiveram que cuidar dos netos no decorrer de suas vidas. Joana Camargo, autodeclarante parda, de 70 anos, contou que cuidou de três netos:

“[...] o Lucas, o irmão dele. Eu cuidei dele por muito tempo. Eu ajudei a mãe dele, né? A cuidar. E a outra, a minha caçula, ela mora em Cataguases. Quando ela foi ganhar neném, eu fui pra lá, cuidei da menina. Aí ela é professora, ela trabalha na cidade mais longe, né? Eu trazia a menina pra cá, trazia a menina pra cá dia de domingo, aí a menina ficava comigo no domingo, segunda. Na terça-feira à tarde, eu levava a menina. Toda a semana! Agora não, depois que a menina foi pra escola, na creche, né? Ela foi pra escola. Agora, o avô dela, de lá, que leva ela pra escola. Então, eu cuidei dela por 1 ano e pouco.”

Cabe às avós exercerem esse trabalho de cuidar dos netos, geralmente, para que suas filhas possam exercer o trabalho remunerado (HIRATA; GUIMARÃES, 2012). Além disso, é fundamental salientar que, para se ser avó, não necessariamente, a mulher terá a idade acima de 65 anos, sendo possível que comece a exercer esse cuidado antes de se tornarem idosas. Foi o caso de Helena, de 70 anos, da família Nascimento, que também cuidou de sua neta, hoje com 26 anos. Contudo, diferente de Joana, foi para que a sua filha pudesse continuar os estudos: “[...] a minha primeira neta, eu cuidei durante os quatro anos de idade, porque minha filha estava estudando, então eu cuidei. Cuidei sabendo que era minha neta, mas cuidei como mãe, tá? [...]” A participante Lucilene Coutinho, de 70 anos, revelou que também realiza o trabalho de cuidar dos netos para que seus filhos possam ter lazer: “Ah, de vez em quando eu cuido, né? Quando eles precisam ficar comigo ou se a mãe às vezes vai viajar, eu fico com eles, mas é normal, eu gosto.” Assim, segundo o relato das próprias participantes da pesquisa, o cuidado com os netos é solicitado quando as filhas necessitam realizar o trabalho remunerado, estudar ou terem um tempo para lazer. Como um elemento que dá continuidade à divisão sexual do trabalho, para não comprometer o tempo das mães, as avós disponibilizam de seu próprio tempo para o cuidado dos netos (DEBERT, 1994). A participante Jaqueline citou sua filha Bruna, de 16 anos, também participante da pesquisa e as possíveis demandas de cuidados com os netos caso a mesma tenha filhos no futuro, ao ser questionada como se imagina acima de 65 anos. Veja no trecho a seguir:

“[...] Bruna vai ter vinte e seis anos, vai estar numa idade de casamento, vai ter filho, começar a ter filhos. Eu vou ter mais netos, né? Então, eu vou poder ajudar os meus netos, orientando, né? Cuidando deles, passando alguns dias com eles, férias com eles, né? Se precisar. Então, eu vou ser produtivo desse lado, né? De estar fazendo alguma coisa pra mim, cuidando da minha casa e da minha família, e ainda podendo olhar os meus netos. Diversificando muitas coisas, porque a minha vida, eu sempre me diversifiquei muito.” (Jaqueline Nascimento, 56 anos).

A participante Karen também se imagina cuidando dos netos nessa idade, como pode ser visto na seção “A percepção sobre as mulheres acima dos 65 anos.” Nessa seção também foi possível perceber que para muitas participantes a percepção sobre outras mulheres acima de 65 anos é associada ao cuidado com a família, o que inclui o cuidado com os netos. Apesar de nenhuma participante ter mencionado troca de favores com suas mães, no estudo realizado por Ávila e Ferreira (2014), as mulheres participantes da pesquisa relataram haver uma troca entre mães e filhas, em que as avós cuidam das crianças, em contrapartida, as filhas realizam as atividades domésticas mais pesadas que elas não conseguem por questão da idade e saúde.

No trabalho doméstico não remunerado, dentre as várias atividades realizadas pelas mulheres está o cuidado com os idosos enfermos (PICANÇO; ARAÚJO, 2019). No caso deste cuidado não seria diferente, as mulheres são ainda as que mais o realizam, seja gratuito ou remunerado (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012; PICANÇO; ARAÚJO, 2019). No Brasil, em consequência também da falta de políticas públicas sobre o cuidado dos idosos, esse trabalho tem recaído sobre as famílias (DEBERT; OLIVEIRA, 2015). Desta forma, é possível que as mulheres cuidem de duas gerações em sua família, seus filhos e seus pais (FEDERICI, 2019b; JESUS; WAJNMAN, 2016). A participante Joana Camargo, de 70 anos, é um exemplo disso, pois cuidou de seus irmãos em sua infância, de seus filhos, netos e de seus pais. No trecho a seguir, ela descreve a rotina em relação aos cuidados com seus pais, em que foi umas das mais responsáveis por esse trabalho gratuito:

“Eu ajudei, eu cuidei, eu dava banho no meu pai, na minha mãe, que já não tava aguentando nada mais. Pegar meu pai no colo, não sei aonde eu arrumava força. E dava banho nele, levava ele no banheiro, no colo, trazia e cuidava dele direitinho. Graças a Deus. Aí depois meu pai morreu, aí ficou minha mãe. Ela ficava na casa da minha irmã. E vinha na minha casa pra dar banho nela, mas ninguém quis dar banho neles! Ficavam com vergonha. Eu falei: ah fazer o que? Eu tenho que fazer isso, né? Eu nunca imaginava de dar banho no meu pai. Meu pai passava mal e ele não morava comigo não. Eles vinham aqui na minha casa pra me chamar para levar ele no médico. Aí eu levava no médico, comprava remédio. A minha mãe também a mesma coisa, sabe? Só eu, ninguém queria ir. [...] eu preocupava muito com eles. Aí, tudo que eu podia fazer pra eles, eu fazia. Nós éramos muitos irmãos, mas em uma hora assim, o pessoal encosta, deixa só pra uma pessoa, mas eu fiz tudo pra eles com muito prazer.”

O trabalho de cuidar exige um tipo de controle emocional e cognitivo relevante para a qualidade de vida do cuidador e de quem é cuidado, não só dos familiares, mas também profissionais do *care* (DEBERT; PULHEZ, 2019) Além disso,

o cuidado dos idosos é influenciado por componentes de renda e raça, posto que contratar alguém para auxiliar nesse trabalho, ou seja, profissionais do *care*, pode não ser uma opção possível para todas as famílias. A noção de *care* estende-se aos cuidadores de idosos, e também às empregadas domésticas e diaristas (DEBERT; OLIVEIRA, 2015). Uma opção para os indivíduos que não podem pagar por um profissional seria os asilos. Todavia, para Federici (2019a), os asilos são considerados mais como prisões do que abrigos. Nesse raciocínio, as políticas de renda básica universal diminuiriam a vulnerabilidade econômica das crianças, idosos e de seus cuidadores (BIROLI, 2019). Lucilene, assim como Joana, também cuidou de seus irmãos, filhos, netos, e também de seus pais, principalmente de seu pai, com quem realizou esse trabalho por mais de seis meses:

“[...] Meu pai já faleceu, minha mãe também, mas quando precisou, a gente ajudou sim. Meu pai ficou enfermo alguns quase seis, sete meses. A gente ajudou a cuidar. Depois a minha mãe ficou sozinha, né? Aí no fim, quando ela morreu, ela não ficou doente, ela morreu assim de repente. Então, não precisou, assim, de cuidados, de ficar sempre junto, não. Foi normal. Não precisei ficar cuidando direto.”

É comum que as mulheres levem meses e até mesmo anos realizando essa tarefa, podendo gerar desgastes físicos e psicológicos graves, pois, muitas vezes, além de terem que realizar outras atividades domésticas, elas também precisam aprender novos procedimentos, para os quais não estavam preparadas à priori (DEBERT; PULHEZ, 2019). A participante Jaqueline, de 56 anos, cuida de sua mãe, de 95 anos, juntamente com sua irmã, Helena, de 70 anos, há seis anos. Contudo, apesar de ter oito irmãos, por morar na mesma cidade que sua mãe, Jaqueline é, atualmente, a principal responsável pelo cuidado dela:

“[...] tenho oito irmãos. Os meus irmãos me ajudam em tudo que eu preciso. Eu tenho uma irmã que fica mais tempo aqui, passa mais dias aqui na casa da minha mãe. E ela me orienta muito, ela me ajuda a dividir essa situação, ver o que é melhor de roupa pra minha mãe, ver o que que é melhor de cuidados pra minha mãe, comida, né? A questão da casa. O que deve fazer, que não deve. Divide muito comigo, ela me ajuda muito. Principalmente, a questão financeira, às vezes, quando há um gasto extra, então, ela sempre me ajuda financeiramente, né, porque tanto que não é pra mim, é pra mãe. E a gente vai juntas, nós vamos controlando tudo, mas, a maior parte é comigo.”

Nas últimas décadas, houve uma diminuição no número de pessoas que poderiam exercer tais tarefas de cuidado gratuitas, já que o tamanho das famílias

foi reduzido, passando a ser mais monoparentais. Somado a isso, o maior ingresso das mulheres no mercado assalariado, fez com que ficassem mais sobrecarregadas por exercerem os dois trabalhos (PICANÇO; ARAÚJO, 2019). No trecho a seguir, Jaqueline descreve melhor as atividades acerca deste cuidado:

“É, eu que comecei a cuidar, assim, mas diretamente foi da minha mãe. Já tem uns cinco anos que eu fico lá com ela. Como eu moro perto, sou a única filha que mora aqui [...] Então, tudo que se relaciona a minha mãe, a casa dela e eu que cuido. Eu cuido do dinheiro, eu cuido de ficar com ela, de fazer as compras, porque não é nada. Eu que contrato empregada, que manda empregado embora, né? Eu que sei os horários da empregada, eu faço todo o arranjo da casa dela. Então, essa também tem sido uma, foi, né, durante esses cinco anos, tem sido uma nova experiência. Cuidar da minha casa, cuidar da casa da minha mãe, que é o dobro do cuidado da minha casa normal, né? E também tentar equilibrar, que eu não podia misturar o serviço que eu tenho na casa da minha mãe, a minha própria mãe, com a minha vida, a minha família aqui dentro da minha casa. E além do mais, mais o trabalho de fora.”

Helena, irmã de Jaqueline, de 70 anos, para melhor cuidar de sua mãe, passa dias na casa dela, pois não mora na mesma cidade. O cuidado com a mãe de Jaqueline e Helena, estende-se também à neta, Mariana, de 29 anos. No caso dela, é interessante destacar que a participante não tem filhos, e seus pais ainda não demandam cuidado, mas já desempenhou o papel de cuidar de sua irmã mais nova, Bruna, na sua “adolescência” e hoje com sua avó: “Ah, sim, da minha vó. Nossa, foi, é uma troca muito grande, eu fiquei muito feliz, feliz. Triste pela situação, mas poder ajudar minha vó de alguma forma, né, já que ela ajudou me ajudou muito, sempre cuidou muito de mim, né?”. Assim, como no caso de muitas participantes desta pesquisa, o tempo de cuidar se assemelha ao tempo do ciclo da vida, em que na infância é necessário mais tempo para o cuidado, na fase adulta esse tempo diminui, exceto nos casos de enfermidades, e na velhice, novamente, mais tempo de cuidado é demandado (CARRASCO, 2003).

Em nossa sociedade, o cuidado com os idosos é uma atividade em crise há muito tempo. Isso se deve à falta de reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado somado à desvalorização da velhice, em que o idoso é visto não mais produtivo, ou seja, não gera mais capital (FEDERICI, 2019b). Segundo a autora, essa dupla desvalorização, cultural e social, não ocorria nas sociedades pré-capitalistas, nas quais a identidade dos idosos era associada à memória e à experiência coletiva. Além do mais, com um maior reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado e também uma mudança cultural no conceito de “velhice”, que supere a representação dos idosos como “um fardo fiscal para o

Estado”, contribuiria para a diminuição de gastos que famílias possuem no cuidado com os idosos (FEDERICI, 2019b). Nessa direção, é fundamental o debate sobre os efeitos psicológicos, físicos e sociais, não só de quem cuida, como na maioria dos estudos, mas de quem também é cuidado, como os idosos (DEBERT; PULHEZ, 2019). A cientista social Biroli (2018) enfatiza que, para uma maior condição de igualdade em nossa sociedade, são necessários serviços que garantam uma ouvidoria para quem é cuidado.

4.3 O QUE REPRESENTA A REMUNERAÇÃO?

A opção, ou melhor, a imposição em muitos casos, das mulheres apenas realizarem o trabalho doméstico não remunerado, faz com que elas percam seus direitos, tais como a própria remuneração, aposentadoria, férias, dentre outros presentes nas legislações trabalhistas, os quais deveriam continuar tendo, pois, seu trabalho também faz parte da produção do capital (FEDERICI, 2019b). Afinal, para os indivíduos estarem prontos para trabalhar no espaço público, eles antes foram alimentados, suas roupas estão limpas, muitas vezes, passadas, sua casa está higienizada e organizada, etc. Assim, ser “dona de casa”, mãe, filha, irmã, avó, tia ou sobrinha ou vizinha são papéis que contribuem com a produção do capital. Existem já alguns avanços em relação a isso em outros países. Segundo o portal oficial do Estado argentino, em 2021, a partir do Decreto 475/2021, a ANSES, órgão dependente do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social, passou a reconhecer a função de creche como profissão. Esse decreto, como apresentado no site, estabelece que as mulheres ou grávidas em idade de aposentadoria (60 anos ou mais) e que não tenham os anos de contribuição necessários, possam acrescentar anos de serviços computáveis para sua aposentadoria por cada filho nascido vivo ou adotado como menor. Assim, segundo o governo da Argentina, serão computados: 1 ano de contribuições por filho nascido vivo ou 2 anos de contribuições por filho adotivo, reconhecimento adicional de 1 ano por filho com deficiência e reconhecimento adicional de 2 anos se tiver sido Beneficiário do Subsídio Universal por Filho, por pelo menos 12 meses contínuos ou não.

No início dos anos 70, os movimentos sociais e políticos ocorridos nessa época contribuíram para que as mulheres brancas e das classes sociais mais altas começassem a ansiar por um projeto de vida profissional, e não mais familiar, mas isso não representou transformações para o trabalho feito em casa, continuando a não serem remuneradas por isso (BRUSCHINI, 2007). Desta forma, essas mulheres precisam optar entre ficarem sobrecarregadas com a realização de dois trabalhos ou abdicarem da “autonomia financeira”, uma vez que, independente da classe e raça, o trabalho doméstico não remunerado sempre é designado às mulheres (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Além disso, como já apontado anteriormente, essa não

foi uma realidade para todas as mulheres, já que a maioria das mulheres negras e/ou pobres sempre trabalhou fora de suas casas, em postos de trabalhos informais e precários. Algumas participantes apontaram que, realmente, a remuneração trouxe a elas “independência” e “autonomia” financeira. Como exemplo, veja os depoimentos sobre a percepção de quando começaram a serem remuneradas pelos seus trabalhos:

“Igual eu tava falando até por essa de liberdade. É feio até falar, mas essa questão financeira e monetária influencia muito por “n” motivos. Mas nessa questão assim de me perceber, de poder, sei lá, comprar uma roupa, fazer uma viagem diferente, comprar uma comida que eu tô com vontade de comer. É, isso me tornou mais assim. Humm. Eu que tô resolvendo, eu não estou dependendo mais de ninguém pra resolver esse tipo de coisa. Por mais que seja pequena. Hoje eu tô com vontade de almoçar um japonês! Vou lá e almoço um japonês, porque eu tenho essa autonomia (faz um gesto não mão que representa dinheiro), principalmente, é, se eu tiver o dinheiro naquele momento é engrandecedor pela liberdade das minhas escolhas.” (Mariana Nascimento, 29 anos).

“[...] pra mim foi tudo quando eu comecei a receber meu dinheiro e poder pagar minhas coisas. Uma sensação de liberdade mesmo, de independência. Você falar: eu estou estudando com o meu dinheiro. E poder ajudar em casa também, foi uma coisa muito boa, uma sensação muito boa de poder pegar o vale alimentação e entregar tudo pra minha mãe fazer a compra do mês. É muito gratificante!” (Sara Coutinho, 32 anos).

O dinheiro em sociedade, portanto, pode ser visto como um sinônimo de “autonomia” e mais “liberdade” para fazer escolhas e, sobretudo, de poder. Deste modo, o trabalho remunerado e a renda própria são necessários para melhores condições de vida, mas, em contrapartida, para as mulheres, o ingresso no mercado de trabalho não as isenta de vivenciarem situações de desigualdade, visto que acabam mais sobrecarregadas, em razão da presença dos dois trabalhos (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Além das diversas formas de machismo enfrentadas dentro da esfera laboral remunerada. Para Marcondes (2014), os conceitos “autonomia” e “dependência” não são palavras antagônicas, pois uma pessoa pode ser autônoma por ser ela quem faz suas próprias escolhas, porém dependente financeiramente de alguém. Segundo a autora, é necessária a dissociação destes conceitos, já que colabora para a manutenção de relações de poder, sobretudo, com mulheres e idosos (MARCONDES, 2014). Na entrevista de Jaqueline, a participante discorre acerca da importância da remuneração:

“[...] E a remuneração é o retorno que você tem do seu trabalho. Quando você tá em casa, cê tem outros dos tipos de retorno, claro, mas só que ele de casa não pode te satisfazer, porque o salário, a remuneração que a gente tem é, ele é necessária pra que você melhore naquilo que você está fazendo. Ele é um brinde pra você. Ele é um troféu! A remuneração é seu troféu mensal, seja ele pouco dinheiro ou muito dinheiro, mas é a sua valorização, é a resposta do seu trabalho, é resposta daquilo que você fez bem feito, porque a partir do momento que não se faz bem feito, você não, você é mandado embora do trabalho, né? E aí, você não tem remuneração. Então, a remuneração é o resultado da satisfação de outro por aquilo que você fez.” (Jaqueline, 56 anos).

Em consonância com a fala de Jaqueline, concordamos com Federici (2019a) na afirmação que o salário é algo justo, exatamente porque o indivíduo trabalha e ganha por isso, sendo uma forma de reconhecimento, um contrato social, no qual a pessoa pode negociar e reivindicar contra as regras desse trabalho e a quantidade recebida. Ao contrário, como vimos nas próprias experiências das participantes, o trabalho doméstico não remunerado nos é imposto desde criança. Como apontado por Olívia Salomão, de 19 anos, sobre a remuneração de um trabalho: “Hoje em dia, em questão da sociedade, é uma coisa muito importante, que muitos, a gente precisa priorizar, né, porque sem o dinheiro, né, a gente não tem nada.” O salário faz parte das relações sociais de poder (CARRASCO, 2003). Por trás do discurso de que a mulher ganhou autonomia, se emancipou, ganhou liberdade com o trabalho assalariado, é necessário o questionamento: o que foi conquistado e quem conquistou as mulheres ou o capital? (DANTAS; CISNE, 2017). Em complemento, Federici (2019a, p.42) afirma:

“[...] Ter um salário significa fazer parte de um contrato social, e não há dúvidas a respeito do seu significado: você não trabalha porque gosta, ou porque é algo que brota naturalmente dentro de você, mas porque é a única condição sob a qual você está autorizado a viver. Explorado da maneira que for, você não é esse trabalho. Hoje você é um carteiro, amanhã, um taxista. Tudo o que importa é quanto desse trabalho você tem que fazer e quanto desse dinheiro você pode receber.”

No caso das “donas de casa”, ou seja, as mulheres responsáveis, exclusivamente, pelo trabalho doméstico não remunerado, a autonomia se dá de forma diferente, a ausência do salário é o que impede a autonomia delas, e não o fato delas estarem inseridas no mercado trabalho (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Portanto, para as mulheres, a “conquista” de um trabalho remunerado irá depender de fatores, como a renda familiar, o nível de escolaridade, idade, ser mãe, a localização de sua casa e se tem

idosos que necessitam de cuidados (BARBOSA; COSTA, 2017). Abaixo seguem dois depoimentos de participantes com idades semelhantes sobre a percepção das mulheres que não são remuneradas pelo seu trabalho. O primeiro trecho é de Sara, que atualmente trabalha no setor de Recursos Humanos de um banco, e a segunda, Karen, que hoje em dia não tem um trabalho remunerado por ter que cuidar de seus filhos e pelo motivo das creches estarem fechadas durante a pandemia. Veja a seguir:

“[...] Eu acho as mulheres que não trabalham, por mais que não trabalhem fora de casa, eu vejo que é uma rotina que elas entram em questão de, é, serviço doméstico que acaba nunca, né? Então, elas tão sempre fazendo, fazendo. E eu, eu não me enxergo nessa realidade por não ver uma entrega, né? Você tá sempre se esforçando, se esforçando e você não vê uma entrega. Você limpou a casa hoje, amanhã ela tá suja de novo. Então, pra mim, no meu trabalho, eu preciso, eu, a minha realização ver a entrega final. Então, eu não me enxergo nessa questão de serviço doméstico. Admiro muito quem consegue, até pela questão de dinamismo, né? Então, eu não conseguiria. Eu saio de férias, eu fico dois dias em casa e eu já tô agoniada. Então, minha rotina é muito doída. Eu não consigo me enxergar dessa forma.” (Sara Coutinho, 32 anos)

“Olha, são pessoas, eu acho que são pessoas infelizes. Eu não vou dizer que sou uma pessoa infeliz, mas assim, são pessoas que não tem expectativa de vida igual eu, entendeu? Eu fico triste, porque eu sou uma pessoa assim que eu fico chateada, porque a gente trabalha dentro de casa e é a mesma coisa. A pessoa vê a gente como se a gente não fizesse nada, né? E a gente não tem um dinheiro pra gente gastar com alguma coisa, entendeu? A gente quer comprar nem se for um remédio que a gente não tem. Tem hora que a gente não tem. Então assim, eu acho que as pessoas que não trabalham, que não tem remuneração, não são pessoas felizes não. Igual eu, eu posso dizer que sou feliz em uma parte, mas, porque eu tenho meus filhos, minha família, mas se você ver por alto um todo assim, eu não posso dizer que eu sou uma pessoa feliz, porque [...] o dinheiro que faz falta pra tudo hoje em dia, entendeu? Para você levar um filho no médico, pra você comprar um medicamento, para você passear, pra você ter um carro, para tudo. Então, se a gente não tiver dinheiro, não tem como a gente fazer nada, né?” (Karen Camargo, 31 anos).

Uma das principais causas para a falta de força das mulheres brancas no mercado de trabalho é, justamente, o fato das mulheres não serem remuneradas pelo serviço feito em casa (FEDERICI, 2019b). O salário é fundamental para a

organização da sociedade e também diminuí as hierarquias criadas dentro da classe trabalhadora (FEDERICI, 2019b). Somado a isso, neste contexto pandêmico, as mulheres foram afetadas com as escolas em ensino remoto, aumentando as tarefas domésticas e de cuidado (BARBOSA et al, 2020). Apesar disso, considera-se que a maternidade não é mais um fator que afasta as mulheres do trabalho remunerado, pois muitas permanecem ativas (COSTA, 2014). No caso de Karen, assim como de outras mulheres brasileiras, a maternidade demanda mais tempo de trabalho delas quando os filhos são pequenos e/ou são indivíduos com transtorno neurológico, psicológico ou possuem alguma deficiência ou enfermidade. Logo, a mulher que ingressa no mercado de trabalho está intimamente relacionada à existência da possibilidade de poder matricular seus filhos em uma creche (BARBOSA; COSTA, 2017). A identidade de “dona de casa”, imposta às mulheres, é construída socialmente e naturalizada historicamente, sendo uma ferramenta ideológica para ocultar o trabalho gratuito feito por elas (CHIES, 2010). Nos dois outros excertos a seguir, fica evidente que, semelhante a Karen, para Catarina e Sophia, no período que se dedicaram apenas ao trabalho doméstico não remunerado, sentiram falta do trabalho remunerado, ou seja, de reconhecimento e da remuneração:

“[...] Ano passado, eu fiquei sem trabalho, sem salário, porque eu morava em São José Arcanjo em São Paulo. Nós viemos para cá para passar o período da pandemia e acabamos em julho buscando a mudança e vindo embora pra cá. Então, eu nunca fiquei sem trabalho. E uma das coisas que me deixou, que me deu depressão foi essa de não está trabalhando. De não estar produzindo. Não ter o meu dinheiro. Não ter o dinheiro para ajudar em casa. Então, foi por isso que eu entrei em depressão.”

“Fiz uma experiência de ficar uns anos sem trabalhar, né, três anos. Não me adaptei, né? Então, assim, hoje, eu vejo que o trabalho é importante pra mim, eu comecei a trabalhar, né, com registrada com catorze anos. Sempre, sempre trabalhei, sempre gostei muito, né? De trabalhar. [...] Na época que eu fiquei parada, muitas vezes, ainda tava me segurando financeiramente, mas eu sentia muita falta de estar no mercado de trabalho, de estar sendo produtiva no mercado, né? Então, pra mim, é muito importante tá trabalhando mesmo.”

Na sociedade brasileira, as mulheres assumem papéis de subordinação dentro de suas casas, tais como mãe, filha, dona de casa, e quando se inserem no mercado de trabalho, elas estudam mais do que os homens e ganham salários inferiores aos deles para ocupar os mesmos lugares (CHIES, 2010). Assim, a noção de “fracasso” e “sucesso”, bem como a composição familiar, podem ser interpretadas erroneamente como uma escolha, sendo que, na verdade, são consequências vindas pela falta

de um debate amplo sobre a dualidade entre esfera pública e privada (BIROLI, 2018), como no caso das creches e outras políticas públicas que amenizam as demandas do trabalho doméstico não remunerado.

4.3.1 O TRABALHO REMUNERADO

Algumas participantes ingressaram no mercado de trabalho remunerado na “adolescência”. Entre as participantes de 20 a 40 anos, Olívia Salomão, autodeclarante preta, de 19 anos, até o momento da entrevista não trabalhava de forma remunerada e havia terminado o Ensino Médio. No entanto, Olívia já havia trabalhado no programa de Jovem Aprendiz, na Prefeitura de sua cidade, na Associação Municipal de Apoio Comunitário por um ano. Por sua vez, Clara Coutinho, autodeclarante parda, de 16 anos, durante a pandemia, além de estudar, começou um pequeno empreendimento vendendo quadrinhos de *lettering* no aplicativo *Instagram*. Já as outras duas mulheres da mesma faixa de idade, Bruna Nascimento (autodeclarante branca) e Beatriz Camargo (autodeclarante parda), estavam cursando o Ensino Médio e não realizavam nenhuma tarefa remunerada.

Similarmente a Olívia e a Clara, duas das quatro participantes acima 65 anos também iniciaram uma ocupação de forma remunerada antes dos 20 anos, sendo as duas também autodeclarantes negras. Como, por exemplo, Joana Camargo, de 70 anos, autodeclarante parda, que começou a trabalhar de forma remunerada, na zona rural, aos 12 anos, e Maura Salomão, autodeclarante preta, de 85 anos, que também começou a ser remunerada aos 15 anos, sendo funcionária de uma fábrica de roupas. Assim como elas, nas idades entre 40 e 65 anos, Catarina Camargo, de 49 anos, autodeclarante parda, inseriu-se no mercado de trabalho assalariado com a mesma idade que sua mãe, Joana, ou seja, aos 12 anos.

Da mesma faixa de idade que Catarina, Sophia Coutinho, de 44 anos, autodeclarante branca, começou ser remunerada aos 14 anos, quase na mesma idade que sua sobrinha Clara, em uma locadora de filmes. Nesta mesma família, sua mãe, Lucilene, nunca trabalhou fora de casa, de forma remunerada. No entanto, já faz alguns anos que Lucilene faz bolos para vender, produzidos em sua própria casa, de forma autônoma. Por último, na família Nascimento, Mariana, autodeclarante branca, de 29 anos, trabalhou de forma remunerada por poucos meses em uma loja de roupas, quando tinha 12 anos.

Nos dados apresentados acima, é possível ver que a maior parte das participantes que começaram a trabalhar remuneradamente com menos de 20 anos podem ter sido afetadas por fatores de renda ou de raça. Além disso, a maior parte das mulheres com mais de 40 anos desta pesquisa, trabalharam antes dos 20 anos. Isso se deve, entre outros fatores, à emenda constitucional nº20 de 1998,

que fixou a idade mínima de 16 anos para trabalhar de forma remunerada e a idade de 14 anos para ser contratado como Menor Aprendiz.

Além disso, é interessante pontuar que, durante a segunda Guerra Mundial, na Europa, as mulheres brancas, das classes médias e altas, se inseriram nas fábricas para suprir a necessidade de mão de obra e, ao fim da guerra, elas tiveram que voltar para seus lares, assumindo seus papéis originais de esposas e mães, ao realizar atividades domésticas (KANAN, 2010). A partir dessa época, houve um crescimento das mulheres no mercado de trabalho, no continente inteiro, e muitas delas acreditaram que isso acabaria com as hierarquias de gênero (FEDERICI, 2019b). Contudo, receberam apenas uma parte do valor dos salários dos homens (FEDERICI, 2019b). A participante Bruna, de 16 anos, considerou esse fato histórico em sua entrevista: “E eu acho que é uma conquista que a gente veio ganhando através do tempo, porque antigamente a mulher não tinha o direito de trabalhar. E eu acho que é muito bom, porque mostra como nós somos. Tipo, nós mulheres. Todas esforçadas, trabalhadoras.” Essa fala refere-se a uma inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho no Brasil na década de 80, a qual foi considerada por Bruschini (1994), uma das mudanças sociais mais expressivas na história do país desde a década de 70. Isso ocorreu devido às crises econômicas enfrentadas pelo país, em 1980, que tornou ainda mais intensa a participação das mulheres no mercado de trabalho assalariado, sem expectativas de uma regressão (BRUSCHINI, 1994).

Nos anos 2000, triplicou o número de mulheres na economia ativa, e, nesse mesmo período, houve também um aumento da escolarização entre elas, favorecendo um *gap* salarial (COSTA, 2014). Ademais, nos últimos anos da década de 60, os movimentos sociais e políticos que estavam acontecendo no Brasil e no mundo, propiciaram um maior ingresso das mulheres brancas e de classe média ou alta nas universidades, motivadas, não mais pela família, e sim por um projeto profissional para suas vidas (BRUSCHINI, 2007). Atualmente, as mulheres brancas, em sua maioria, têm mais tempo de educação formal do que os homens, sendo o gênero mais matriculado no Ensino Superior (BIROLI, 2018). O número de mulheres negras, de 2000 a 2010, nos cursos superiores, também aumentou (GEORGES, 2019). Ainda assim, a divisão sexual do trabalho definiu importantes direcionamentos na produção e reprodução do capital, no âmbito público e privado (DANTAS; CISNE, 2017). Na esfera privada, já discutida aqui, as mulheres continuaram sendo responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidado. Já na esfera pública, elas foram menosprezadas, subordinadas e exploradas de forma intensa, com baixa remuneração e precarização do “trabalho feminino” (DANTAS; CISNE, 2017). Nos dias de hoje, não houve muitas mudanças nessa configuração, isto é, as mulheres continuam tendo sua força de trabalho explorada nas duas esferas, pública e privada. A participante Catarina Camargo, de 49 anos, autodeclarante parda, relatou que

começou a trabalhar de forma remunerada, em 1985, aos 12 anos, e apontou se sentir explorada durante sua vida:

“Pelo tempo já de idade, desde quando comecei até hoje, em relação daquilo que fui remunerado, eu conquistei muito pouco. Então, eu acho assim, o que que eu acho é que a mulher, hoje em dia, sempre trabalha para compor, completar a renda familiar, mas automaticamente a mulher, um percentual muito grande, não são valorizadas. Elas são exploradas. Então, até o dia de hoje, concluindo a idade que eu tenho. Eu tenho 49 anos. Eu penso que eu fui explorada, mas sobrevivi, mas eu acho que fui explorada.”

Os dados de uma pesquisa realizada por Bruschini, nos anos 80, apontaram que, desde a década de 70, as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, subindo de 6 milhões de mulheres em 1970 para 16 milhões em 1983 (BRUSCHINI, 1987). Todavia, para a autora, isso não significou oportunidades e direitos iguais entre mulheres e homens, e nem equidade, na esfera laboral. As mulheres, em relação aos homens, ainda continuaram ocupando cargos inferiores, baixos salários e sofrendo discriminação (BRUSCHINI, 1987). Em 2005, Bruschini apresentou novos dados sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, nos quais, 40% estavam ativas, mas, em comparação aos homens, 70% deles estavam trabalhando de forma remunerada (BRUSCHINI, 2006). Esse aumento, para a autora, pode ter relação com as taxas de fecundidade que diminuíram e com o tamanho das famílias também.

Além disso, por meio dos relatos das participantes desta presente pesquisa, foi possível constatar que a maternidade é um trabalho intenso, o qual demanda tempo e muito esforço físico e psicológico, podendo influenciar diretamente na inserção e na permanência das mulheres no mercado de trabalho assalariado. Segundo Georges (2019), a partir da década de 80, houve uma redução drástica no número de filhos por mulher, mas, em compensação, o número de famílias chefiadas apenas por mulheres aumentou consideravelmente. O ingresso das mulheres no trabalho assalariado, apesar da suposta liberdade e autonomia financeira, no espaço público, ainda mantém o sexismo. Assim, em relação aos cargos executivos e às profissões intelectuais superiores, as mulheres, quando comparadas aos homens, são a minoria, além de mais vulneráveis e com menor reconhecimento (HIRATA, 2009). Beatriz, sobrinha de Catarina, de 17 anos, autodeclarante parda, opinou sobre isso:

“[...] Primeiramente, eu sou contra os homens trabalharem no mesmo emprego que as mulheres e as mulheres receberem menos. Isso eu acho muito errado. E as mulheres que trabalham e não recebem, mais errado ainda, porque elas estão ali se dedicando o mesmo que outras pessoas e não recebem de acordo.”

As mulheres brasileiras ainda possuem menos acesso aos trabalhos formais (GEORGES, 2019; DANTAS; CISNE, 2017). Além do mais, a maioria das posições ocupadas por elas foram extensões do trabalho já realizado em suas casas, sendo professoras do ensino primário, enfermeiras, psicólogas, secretárias, e aquelas com escolaridade menor, vendedoras, cozinheiras, lavadeiras, copeiras, faxineiras, ajudantes de cozinha, ou seja, algumas mulheres passaram de “ajudantes” de seus maridos para uma posição terciária no mercado de trabalho (PERROT, 2006; BRUSCHINI, 1987; HIRATA, 2009). Todas essas profissões, exatamente por serem vistas como características inatas das mulheres, não demandam esforço, servindo como justificativa para a desigualdade salarial (PERROT, 2006; ÁVILA; FERREIRA, 2014; DANTAS; CISNE, 2017).

Segundo Bruschini (1987), entre 1970 e 1985, das mulheres que tinham um emprego remunerado, 70% delas exerciam “trabalhos femininos”. É interessante considerar também que a desvalorização das ciências humanas como campo de trabalho da mulher é baseada na mesma ideia de que são naturais para as mulheres e, por isso, essas profissões são mal remuneradas em comparação às do campo de ciências exatas (LINO; MAYORGA, 2016; PERROT, 2006). Desta maneira, a hierarquização entre as ciências humanas/sociais e ciências da natureza/exatas é estabelecida pelo o que é considerado, biologicamente, inerente aos gêneros (SILVA, 2008). Nesse sentido, os homens seriam mais propensos às ciências “duras”, mais próximas da verdade e que demandam, teoricamente, mais raciocínio, e as mulheres às ciências “fracas”, já que elas, supostamente, não precisam aprender nada (SILVA, 2008). Assim, a falta de reconhecimento financeiro das ciências humanas em relação às exatas tem suas raízes na divisão sexual do trabalho.

Tais facetas são acentuadas ao pensarmos nas mulheres negras, que são as que ocupam mais, ainda hoje, as profissões ditas “femininas” (CARNEIRO, 2011). De acordo com o Ministério do Trabalho, junto com o Ministério da Justiça, no Brasil, (2007) 79,4% das mulheres negras ocupam atividades manuais, sendo que 51% delas exercem o trabalho doméstico e que 28,4% delas são lavadeiras, passadeiras e serventes (CARNEIRO, 2011). Algumas participantes ocupam ou já ocuparam profissões semelhantes advindas da esfera doméstica e, em sua maioria, eram negras e pardas, como no caso de Joana Camargo, de 70 anos, autodeclarante parda. Ela trabalhou durante anos em um salão de costura e, atualmente, sua filha, Catarina, de 49 anos, autodeclarante parda, trabalha em uma fábrica de roupas. Assim como elas, Mercedes Salomão, de 55 anos, autodeclarante negra, também trabalha, até o momento da entrevista, com costura. Já, Maura, sua mãe de 85 anos, também autodeclarante negra, trabalhou com a avó de Mercedes, durante a “adolescência” com costura e, durante muitos anos, também teve um salão de beleza. Sua neta, Suzana, de 31 anos, autodeclarante negra, trabalhou como cuidadora de idosos e relatou exercer o trabalho doméstico remunerado. Além

disso, Jaqueline Nascimento, de 56 anos, autodeclarante branca, trabalha como secretária de escolas públicas e, por fim, Karen, de 31 anos, também autodeclarante branca, quando trabalhava de forma remunerada, era vendedora. Em relação aos trabalhos ditos “masculinos”, a participante Sophia Coutinho, de 44 anos, apesar de trabalhar em uma profissão, majoritariamente masculina, nunca sofreu preconceito:

“[...] É, sempre fui muito bem recebida nas empresas, né? Nunca tive, assim, dificuldades, né, por ser mulher. Embora minha área é muito machista, né, mas eu consegui ter um bom desempenho e mostrar, né, ganhar espaço dentro da minha profissão.”

A entrevistada Catarina trouxe uma perspectiva diferente sobre esse assunto, de como o contrário também ocorre, tais como os preconceitos que os homens passam quando exercem profissões “femininas”: “Nesta facção, tem apenas quatro homens que são abaixo de 30 anos, dois trabalham no corte e dois trabalham na máquina de costura, que ainda tem esse preconceito de homem costurar [...]”. Como já mencionado, nas últimas décadas, houve um aumento de mulheres exercendo trabalho remunerado e isso proporcionou mais possibilidades de ocupações para as mulheres no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2007). Dessa forma, atualmente as mulheres exercem cada vez mais as profissões ditas “masculinas” (MINELLA et al, 2013). Todavia, Sophia representa uma exceção, pois as mulheres quando ocupam profissões consideradas mais “masculinas”, como no caso dela, cuja ocupação é na área de tecnologia da informação, geralmente, apresentam dificuldades para serem reconhecidas nesses espaços e, muitas vezes, precisam criar estratégias, adquirindo comportamentos ditos masculinos para obterem respeito (IRIGARAY; VERGARA, 2009).

Logo, pode-se concluir com os dados encontrados na revisão de literatura que, quando qualquer mulher exerce alguma profissão no mercado de trabalho assalariado, ela, frequentemente, terá que fazer melhor do que um homem, ser cobrada mais do que um e, no fim, receber um elogio que sua competência e esforço são atribuídos ditos naturais de um homem. Como, por exemplo, o pai de Simone de Beauvoir que se referiu a sua inteligência, como forma de elogio, dizendo: “mulher com cérebro de homem” (CHAPERON, 2004, p. 115).

4.3.2 A “BOA” APARÊNCIA COMO CONDIÇÃO DA CONQUISTA E MANUTENÇÃO DO TRABALHO REMUNERADO

Somado à falta de reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado como um trabalho, à sobrecarga gerada pelos dois trabalhos, às privações de direitos em relação ao trabalho doméstico não remunerado, ao assédio, às ocupações e

aos salários inferiores aos homens sofridos no campo do trabalho remunerado, ainda assim, as mulheres sofrem cobranças sociais, tendo que se preocuparem com suas aparências.

Seja casada ou solteira, independentemente da idade, as mulheres gastam horas comprando roupas, sapatos, cabelo, acessórios, maquiagem, unhas, pele, sobrancelhas e depilação. Como pontuado por Sara, ao falar do ingresso da mulher no mercado de trabalho: “[...] Aí, você ainda tem a questão de que você tem que sempre se cuidar, você tem que ir ao cabeleireiro, você tem que ir à manicure. Então, são muitas coisas. E nesse mundo tá ficando cada vez mais louca, a gente tá ficando cada vez mais sobrecarregada [...]”. A aparência para a mulher é uma condição para conseguir um emprego, seja no casamento ou no mercado assalariado (FEDERICI, 2019b; PERROT, 2006; MACHADO, 2014). Vale ressaltar que, por trás da ideia de “boa aparência” estão imbricadas relações de poder de gênero e raça (CARNEIRO, 2019a). Isto é, as “mulheres negras são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função do eufemismo da “boa aparência”, cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras” (CARNEIRO, 2011, p.134). As mulheres gordas também sofrem com essas pressões vindas do mercado de trabalho (ESTEVÃO-REZENDE et al, 2018). Catarina, igualmente a Sara, também trouxe em sua entrevista a questão da beleza relacionada ao trabalho.

“[...] Chegou em 2020, eu que sempre fui uma pessoa que eu trabalhava. Eu ia com o cabelo escovado para o serviço. Unhas nunca com o esmalte estragado, sempre, sempre muito bem arrumada, sempre de unhas prontas, cabelo escovado, hidratação Sempre. [...]” (Catarina Camargo, auto declarante parda, de 49 anos).

Segundo os dados das pesquisas de Perrot (2006), a autora ressalta que, na história das mulheres, sobretudo, na Europa, a aparência era uma forma de expressão. No século XX, as mulheres européias eram silenciadas em público, podendo apenas falar com a permissão do marido ou pai, assim, a imagem para elas era tida como uma prioridade e, em cada época, a sociedade valorizava uma parte do corpo diferente, além dos cosméticos e roupas (PERROT, 2006). Ainda hoje, no Brasil, uma boa parte das mulheres, 45%, se preocupa com cuidados relacionados à beleza e vão ao salão de beleza nos finais de semana, e dentre esses cuidados estão, principalmente, o cuidado com as unhas e com os cabelos (MACHADO, 2014). Para as mulheres brasileiras, essa dedicação com a aparência se divide entre, um olhar para si, como suposto reforço à “autoestima”, e a obrigação de sempre estarem “bonitas” e “bem cuidadas” (MACHADO, 2014), para os dois trabalhos, o gratuito e o pago.

Logo, a situação se agrava ao pensarmos na discriminação por idade em relação à estética, em que as mulheres sofrem bem mais que os homens. Enquanto as características dos homens mais velhos, como cabelos brancos ou grisalhos são considerados “atraentes” e charmosos”, as mulheres quando deixam seus cabelos dessa mesma forma são vistas como “decadentes” (SALGADO, 2002). Portanto, as mulheres são socializadas para temer os sinais da velhice. Isso acaba ocasionando o aumento de casos de gerascofobia entre as mulheres (SALGADO, 2002), sendo um transtorno de ansiedade caracterizado pela fobia específica em relação ao processo de envelhecer (DELBONI et al, 2013). Enfim, todos esses fatores citados acima estão em concordância com a afirmação de Perrot (2006), de que o corpo está no centro de toda relação de poder. “Mas o corpo das mulheres é o centro de maneira imediata e específica” (2006, p.447).

4.4 A SOBRECARGA DOS DOIS TRABALHOS: TODAS SOMOS IGUAIS?

Como já referido, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, porém isso não significou a isenção do trabalho de dentro de suas casas (ÁVILA; FERREIRA, 2020; FEDERICI, 2019b). A responsabilidade pelo trabalho doméstico sempre recaiu sobre as mulheres, independente da classe social e da idade. Desta forma, o trabalho doméstico, mesmo quando realizado por outras mulheres, acaba ainda sendo assimilado como responsabilidade da mulher: dona de casa, mãe e/ou esposa (ÁVILA; FERREIRA, 2020). Sara Coutinho, autodeclarante branca, de 32 anos, em sua percepção sobre as mulheres que tem um trabalho remunerado, apesar de não ter filhos, consegue identificar a sobrecarga da mulher, a qual se dedica aos dois trabalhos:

“Que também precisam se desdobrar, né? Porque, além do trabalho remunerado, você também tem a questão de casa, de filho, de família. Então, eu acho que elas são muito mais exigidas. No meu caso, não tanto, porque eu não tenho filhos. Então, pra mim, eu acho que facilita mais essa questão do meu trabalho, dessa questão de não ter horário. Antes da pandemia, meu trabalho era viajando. Então, de segunda a sexta eu estava viajando, do Brasil todo. Então, pra mim, isso já não encaixaria na minha rotina. Mas, mesmo assim, quando você compara com homens, por exemplo, os homens entram no mesmo horário, entram seis e meia da manhã, saem dez horas da noite. Só que eles acabam não tendo, é, obrigação ainda de ter que chegar em casa, de limpar a casa, de lavar a louça, de fazer uma comida. Então, eu acho que pra mulher, isso é muito mais complicado. Além de ser exigida mais no mercado de trabalho, né, você tem que se provar o tempo todo, diferente do que acontece com o homem. Você ainda tem que dar conta de todo o resto, que acaba sempre sobrecarregando.”

Sua prima, Sophia Coutinho, de 44 anos, compartilha da mesma percepção de Sara: “Eu percebo que elas têm uma jornada dupla aí, né? Cuidar de tudo, mas não acho que uma é mais valorizada que a outra, tá? Eu acho que todas merecem muito valor!”. Os termos como “jornada dupla”, utilizado pela participante, “conciliação de tarefas” e “acúmulo”, mesmo sendo frequentemente usados, passam a ideia de que o trabalho doméstico não remunerado é um apêndice do trabalho remunerado (HIRATA; KERGOAT, 2007). No dilema entre família e trabalho, as mulheres conciliam o que é inconciliável, fazendo um verdadeiro milagre com suas horas e, desta maneira, acabam sacrificando horas destinadas ao lazer (COSTA, 2014; PINTO, 2013). Portanto, é mais provável que um homem destine o tempo final de semana para o lazer do que uma mulher.

O lazer é considerado, nos dias atuais, como um elemento integrante fundamental para as condições de vida, e ele tem um efeito muito significativo em nossa saúde como um todo (PICANÇO; ARAÚJO, 2019). Em consequência dessa desigualdade de tempo em relação aos homens, o bem-estar das mulheres acaba prejudicado, principalmente, daquelas que ocupam posições sociais mais subordinadas (TORNS, 2004). No Brasil, as famílias chefiadas por homens despendem o dobro na despesa média mensal individual (R\$35,80) destinada ao lazer, do que famílias chefiadas por mulheres (R\$18,12). Essa falta de tempo para o lazer também acomete as pessoas pretas. Em relação à raça, as pessoas autodeclarantes brancas gastam quase o dobro com lazer (R\$34,41) em comparação com famílias chefiadas por indivíduos autodeclarantes pardos e pretos (R\$18,35) (BARROS, 2021B). Além do mais, o tipo de lazer também se difere por raça, no caso de viagens, aquisição de pacotes turísticos e investimento em passeios, sendo que as famílias com chefes brancos usufruem três vezes mais desse tipo de lazer do que famílias com chefes pardos e pretos (BARROS, 2021B).

A relação entre os dois trabalhos e o não reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado como trabalho, torna impossível “enxergar onde começa o nosso trabalho e onde ele termina, onde nosso trabalho termina e onde começam nossos desejos.” (FEDERICI, 2019b, p.50). Na pesquisa feita pelo Instituto Data Popular, SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão (2014), 22% das mulheres entrevistadas, que realizam os dois trabalhos, afirmaram não ter nenhuma atividade de lazer em sua rotina, e em relação aos finais de semana, que deveriam ser dedicados ao descanso e lazer, 73% alegaram utilizar desses dias para realizar o trabalho doméstico não remunerado (MARCONDES, 2014). Na mesma pesquisa, foi constatado, pelas participantes, uma falta de tempo do cuidado para si mesmas. Como também apontado por Catarina Camargo, autodeclarante parda, de 49 anos, no trecho abaixo, em que descreve que no ano de 2020 ela chegou a um estado de esgotamento físico e mental:

“Eu acho que por essas responsabilidades que me deram quando era criança. E aos doze anos eu era criança e já trabalhava em casa de família. Fazia de tudo. [...] A vida passou muito rápido. Eu não vivi minha infância completamente, né? A partir dos 12 anos, porque antes fui a criança que brinquei muito. [...] A partir dali, eu era em último lugar, só dedicando o próximo. Ou em casa ou no serviço, aos irmãos, aos amigos, na escola. E inclusive no ano passado em Agosto, Setembro, eu entrei em depressão fortíssima. Passei por uma psicóloga, né? Aí eu só tive dois dias sessões e depois eu não voltei mais. Aí ela até falou comigo: [...] Você caiu no momento depressivo, porque você estava em esgotamento [...]. Você tem que pensar primeiro, você tem que fazer tudo que te dá prazer, tudo que te dá vontade, e não pensar só nos outros. Você tem que pensar nos outros naquilo que sobrou de tempo, mas se você não se autoajudar, você não vai ter condições psicológicas nem físicas para ajudar o próximo. Então, a partir dessas duas sessões, que foi com ela, que era para eu ter voltado e não voltei por conta de horário de serviço e tal. Me serviu muito para fazer um visão geral desde quando eu comecei aos 12 anos sempre produzindo, servindo ao próximo até o dia de hoje. Que aí veio filhos, veio netos e eu sempre me doando. Mal tinha tempo pra mim. Chegou em 2020 [...] A minha vaidade 2020, ela acabou, ela encerrou. Não sentia mais necessidade. [...] Então, eu acredito que dos doze anos até agora aos 48 anos, vou fazer 49 em maio. Eu sentia muito prazer em ajudar as pessoas, mostrar produtividade. Aí eu pensei que será que automaticamente essa produtividade, essa ajuda, será que seria somente por gostar de fazer, que isso eu sei que eu gosto de fazer, de ajudar as pessoas. Ou seria para provar a minha qualidade. Ai tinha essa pergunta. Ai eu não continuei as sessões com a psicóloga. E eu tenho essa pergunta ainda na minha cabeça. Eu sei que eu gosto de ajudar qualquer pessoa que precise de mim, que eu sei que todos nós temos a capacidade de fazer algo, mas será que alguns momentos eu não fiz para chamar a atenção, mostrar meu valor? Não sei.”

O relato de Catarina é uma realidade de muitas brasileiras. No Brasil, as mulheres recebem em maior número o diagnóstico de Transtorno de Ansiedade Generalizado (TAG) e Depressão do que os homens (FU et al., 2013). De acordo com Rotenberg e colaboradores (2010), um dos motivos pode ser devido à sobrecarga que as mulheres sofrem com a presença dos dois trabalhos. Em uma pesquisa realizada com dados da linha de base do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil), foram feitos exames clínicos e entrevistas com mais de 12.097 mulheres e homens entre 34 a 75 anos (PINTO, 2013). Neste estudo, concluiu-se que as mulheres que não contrataram uma empregada doméstica (18,7%), mães (18,7%) e que cuidam de algum enfermo ou com uma deficiência (21,5%), apresentaram maior prevalência para TAG. Além do mais, o mesmo ocorreu para as mulheres e homens autodeclarantes pretos e pardos em comparação com os homens brancos,

e também com um menor nível de escolaridade e acima de 50 anos (PINTO, 2013). Em complemento, o número de horas trabalhadas pelas mulheres e a soma do trabalho de dentro de casa gratuitamente e do remunerado, pode ser um fator significativo para acarretar problemas de saúde (ROTENBERG et al, 2010). Nesse sentido, essa sobrecarga dos dois trabalhos, e a invisibilidade do trabalho doméstico gratuito como um trabalho tem nos adoecido. Porém, para além da saúde física, esse excesso de trabalho realizado pelas mulheres não prejudica apenas nosso corpo, mas nossa sexualidade, nossas relações sociais e, para a manutenção disso, é feita uma chantagem emocional, ao dar e receber afeto, transformada em dever o qual gera culpa (FEDERICI, 2019b).

A junção do racismo e do sexismo sofrida por mulheres negras, e que afeta todas as áreas de suas vidas, provoca danos à saúde mental, problemas acerca da sua autoestima, expectativa de vida de 5 anos à menos que as mulheres brancas além de postos no mercado de trabalho com baixos salários e falta de reconhecimento (CARNEIRO, 2011). Nesse sentido, as mulheres que exercem o trabalho doméstico remunerado, para entrarem e permanecerem no mercado de trabalho acaba enfrentando a pobreza, um transporte público precário, e principalmente, a sobrecarga de terem que realizar a dupla jornada do trabalho doméstico não remunerado gratuito e do remunerado (QUIJANO, 1992). Joana, mãe de Catarina, auto declarante parda, de 70 anos, no próximo trecho, descreveu sobre a época em que começou a trabalhar de forma remunerada e como foi a tentativa de “conciliar” o trabalho doméstico não remunerado com o remunerado, sendo possível ver claramente o quanto sua rotina era exaustiva:

“Ahh, é muito bom. Foi muito bom! Deixa meus filho em casa, sozinho. Minha preocupação era essa. E aí, eu ia pra lá cinco horas, é, sete horas. Onze horas eu vinha casa, almoçava, dava almoço pra eles, levava na escola, voltava correndo pra lá, trabalhava até cinco horas, cinco horas eu vinha pra casa cuidar deles. Foi muito difícil, mas graças a Deus eu venci! O pai deles trabalhava longe, não vinha pra casa. Ficava longe, só vinha sábado, dia de sábado, e ia embora segunda-feira. Então era muito difícil as coisa, mas agora graças a Deus tá tudo bem.”

No mercado de trabalho, as mulheres dedicam menos horas que os homens, o que pode ser visto como uma limitação na inserção das mulheres no trabalho remunerado, pois, conseqüentemente, são encarregadas do trabalho dentro de suas famílias, em consequência disso, as mulheres acabam tendo menos oportunidades no mercado de trabalho e ascensão de suas carreiras (AQUILINI, 2016). Contudo, o trabalho não remunerado demandado em casa, prejudica o investimento de horas, tanto as mulheres como os homens no mercado de trabalho (MADALOZZO et al 2008). A participante Joana apresentou, em seu relato, um viés de classe social

sobre a obrigatoriedade de realizar as tarefas domésticas não remuneradas, mesmo após aposentadoria: “Meus planos para o futuro, quero descansar um pouco, né? Mas isso aí para gente que é pobre. Isso aí é difícil. A gente sempre tem que cuidar da casa.” A mesma participante, até o momento da entrevista, apesar de não ter conseguido se dedicar mais horas aos cuidados de seus filhos, acredita que não haveria outro jeito. Nem todas as mulheres têm essa clareza que Joana demonstrou em sua entrevista. As mulheres vivenciam mais sentimento de culpa e cansaço físico e mental do que os homens, pelo fato de terem que deixar seus filhos em casa para realizar o trabalho remunerado (PICANÇO; ARAÚJO, 2019). Veja abaixo:

“Um dia desse minha menina ainda tava falando: mãe, você não podia ter feito isso, mãe, deixar nós em casa sozinho. Eu falei: Ahh, minha filha, mas precisava, né? Porque só ficar dentro de casa não dá não. A gente tem que ajudar um pouco, né? Na despesa da casa, comprar roupa, essa coisa assim. Fica quietinho de braços cruzados, aí fica aquela coisa: aí eu não tenho isso, eu não tenho aquilo. Mas se a gente se movimentar, né? Dá um jeito a gente consegue.”

Note que a palavra “ajuda”, nesse contexto, é utilizada para explicitar o fato de a mulher estar trabalhando de forma remunerada, sendo que essa palavra foi utilizada anteriormente para discutir sobre a não obrigatoriedade do homem no trabalho doméstico de sua casa, desta forma, é possível perceber claramente que por trás da palavra “ajuda” está um discurso pautado na divisão sexual do trabalho. Nessa época, Joana, não dividia o trabalho doméstico gratuito com seu marido, contando com o auxílio de sua filha Catarina, também participante da pesquisa, para fazer as atividades domésticas e cuidar de seu filho mais novo. Como já mencionado, as mulheres mais pobres, que têm um trabalho remunerado, na maioria das vezes, contam com uma rede de apoio para auxiliar na organização de suas casas e nos cuidados com seus familiares (ARANTES, 2019). Assim, a filha de Joana, Catarina, autodeclarante parda, foi inserida desde muito nova no trabalho doméstico não remunerado, devido ao fato de sua mãe ter iniciado um trabalho remunerado: “Muita coisa fui aprendendo no dia a dia, e foi positivo, né? Porque é positivo na vida da gente. Fui aprendendo a fazer, que eu não sabia, uma menina de 7 anos, quando minha mãe começou a trabalhar fora.” Semelhante a tia, Beatriz Camargo, também autodeclarante parda, de 17 anos, como apresentado aqui anteriormente, atualmente, também realiza o trabalho doméstico não remunerado em sua casa pelo o mesmo motivo: “[...] eu pude ajudar minha mãe, que ela trabalhava fora o dia inteiro. E quando ela chegava, ela estava cansada e eu podia ajudar, né?”. A participante Maura Salomão, autodeclarante negra, de 85 anos, também mencionou em sua entrevista que,

na infância, contribui com sua mãe no trabalho remunerado e doméstico não remunerado, trazendo em seu depoimento uma percepção de classe:

“[...] a minha mãe era, assim, pobre, né? Então, ela lavava a roupa do exército. Eu tinha que ajudar ela a engomar roupa de soldado. Eu ajudava muito em casa, trabalhava muito, cê entendeu? Entregava roupa no quartel. [...] A minha vida não era uma vida boa, mas num é ruim não, mas num era boa [...] Mas ajudava bastante a minha mãe. Ela, pelo menos, acho que ela não tinha nada pra reclamar de mim não [...]”

Embora, nos estudos citados, somam-se as horas do trabalho remunerado e o doméstico não remunerado, os dois trabalhos têm, obviamente, condições diferentes para além da remuneração ou a falta dela. No primeiro, trabalho remunerado, o indivíduo que o exerce, quando formal, é contemplado pelas leis trabalhistas, e o segundo, trabalho doméstico não remunerado, além de não ter direitos e benefícios, suas horas não são contabilizadas para a aposentadoria (AQUILINI, 2016). Ademais, há uma distinção na organização do tempo entre os dois trabalhos, o trabalho remunerado tem um sistema de horário, já no trabalho doméstico não remunerado essa organização é subjetiva e não é precisa (TURNS, 2004). Ou seja, as mulheres podem trabalhar mais no trabalho doméstico não remunerado e não se darem conta do tempo despendido à ele.

Conforme Dedecca, Ribeiro e Ishii (2009), a jornada total de trabalho, ou seja, a soma das horas do trabalho doméstico não remunerado e remunerado, é maior entre as mulheres pretas, pardas e indígenas, do que entre as mulheres brancas. Nessa mesma pesquisa, as horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado apenas, o número de horas, de mulheres pretas, pardas e indígenas também é superior às horas dedicadas pelas mulheres brancas (DEDECCA et al, 2009). Desta forma, em congruência com os relatos de Joana, Catarina e Maura apresentados acima, em relação à classe e raça, quando a mulher começa a ter um trabalho remunerado, há uma sobrecarga do trabalho dentro de casa gratuito. É possível constatar uma diferença nas vivências da infância entre Catarina e Jaqueline, de idades semelhantes, 49 e 56 anos, sobre a inserção no trabalho doméstico.

“Que eu me lembro e [...] deve ter sido com doze, quinze anos. Não sei. Eu não me lembro muito bem não, porque, como eu te falei, a gente tinha empregada em casa. Então, eu só fazia naqueles dias que que mandava a empregada embora, aí a gente ia fazer. Assim, como eu digo, [...] eu dividia com a minha irmã, então eu pegava a parte que eu gostava, que era de lavar banheiro, os banheiros, que a gente tinha os dois banheiros, e a de arrumar cozinha.”

Assim, a dinâmica da divisão sexual e racial do trabalho prejudica todas as mulheres, pois quando o trabalho doméstico é pago, isso incide nos custos pessoais das famílias, e quando não é remunerado, atinge o tempo e a vida pessoal das mulheres que o realizam (ARANTES, 2019; ÁVILA, 2004). As mulheres pobres, que possuem uma jornada de trabalho mais extensa (trabalho doméstico não remunerado e o remunerado), acabam enfrentando problemas para atender os cuidados de sua casa e filhos (BIROLI, 2019; ARANTES, 2019). Como é possível ver nos trechos a seguir, apesar de uma distinção de realidades indicada anteriormente, Catarina e Jaqueline, respectivamente, possuem uma percepção parecida sobre a conciliação entre o trabalho remunerado e o doméstico não remunerado, e a contratação de outra mulher para executar o trabalho doméstico não remunerado:

“[...] Então, automaticamente, tirando essa de uma mulher querer trabalhar para ajudar na composição familiar. Automaticamente, ela se dobra com serviço de doméstico e o serviço fora de casa. Então, eu acho que quando uma mulher sai de casa para trabalhar, ela teria que ter o dinheiro o suficiente para ela gerar emprego para alguém fazer o serviço dela de casa, porque ela sobrecarrega. Então, fica mal concluído o serviço doméstico, mal concluído o serviço fora de casa, porque esse o único obrigatoriamente está bem feito, fica mal feito a atenção, né? É atenção para filho não é 100%, atenção para o marido não é 100% [...]”

“Só se acontecer alguma situação na família, que aí realmente dá uma desmoronada, mas acho que ainda a gente consegue fazer essas três coisas. Cuidar do trabalho da casa, claro que com ajuda de uma faxineira, de uma empregada, né? Em um serviço menor, mas você consegue sair para trabalhar, fazer uma coisa extra, mas ainda manter os laços na família [...]”

De acordo com Picanço e Araújo (2019), os únicos fatores relevantes que ajudam a diminuir o número de horas dedicadas ao trabalho de casa gratuito, seriam a contratação de uma empregada doméstica e o número de horas dedicadas ao trabalho remunerado. Então, no contexto neoliberal atual, as mulheres, em sua maioria branca, tentam resolver essa sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado (cuidado e tarefas domésticas) e do trabalho remunerado com a contratação de outras mulheres, em sua maioria, pobres e/ou negras, para delegar o trabalho doméstico (ARANTES, 2019). Sendo assim, a renda é um fator importante para a administração do tempo de uma mulher, visto que com ela é possível remunerar alguém para realizar o trabalho doméstico (SORJ, 2013; ARANTES, 2019). É importante ressaltar aqui que, quanto mais tempo da vida de uma mulher que trabalha com o serviço doméstico é exaurido, mais tempo ganham a quem elas prestam serviço (ÁVILA; FERREIRA, 2020; CHIES, 2010). Assim, essas mulheres são

capazes de diminuir a desigualdade na divisão sexual do trabalho nas famílias para as quais elas trabalham, mas isso só faz aumentar a exploração que elas vivenciam (ÁVILA; FERREIRA, 2020; HIRATA, 2002). Logo, a contratação das mulheres mais pobres e, em sua maioria, negras para realizar o trabalho doméstico não remunerado, aumentam a desigualdade da divisão sexual e racial do trabalho. Nesse sentido, há um impacto nas condições da família dessas mulheres, comprometendo o futuro de todos os seus membros (AQUILINI, 2016).

As mulheres de renda mais elevada e brancas, são as mais propensas a elevarem suas rendas, com cargos mais altos e melhores oportunidades no mercado de trabalho à medida que diminuem o trabalho doméstico não remunerado e aumentam sua carga horária do trabalho remunerado (DEDECCA et al, 2009). Ao ser analisada a renda individual, familiar e a autodeclaração das participantes na faixa de idade 40 aos 65 anos, as mulheres autodeclarantes negras da pesquisa (pardas e pretas), como no caso de Catarina e Mercedes, têm rendas menores (individual e familiar) em comparação às mulheres autodeclarantes brancas, como no caso de Sophia e Jaqueline. Nos outros períodos da vida estudados, como no das entrevistadas entre 20 aos 40 anos, Sara e Mariana, autodeclarantes brancas, possuem a renda individual e familiar maior que Karen e Suzana, mas apenas Suzana é autodeclarante preta. Porém, o que difere nesta situação, é que as duas são mães, e Karen está fora da força de trabalho, por não conseguir pagar por outros serviços que auxiliam no cuidado com seus filhos pequenos. Suzana tem uma subocupação pelo mesmo motivo de Karen, trabalhando às vezes como diarista/faxineira sem carteira assinada. A situação de Suzana, como “mãe solo”⁹, aumenta sua vulnerabilidade perante o trabalho remunerado, na qual parte de sua renda e tempo vão para o sustento e educação dos seus filhos, inviabilizando uma maior qualificação em muitos casos (SELFA; SPINELLI, 2018).

A participante Suzana é remunerada como *Yalorixá* na religião Candomblé, mas como descrito pela própria participante: “a gente não sente muito como um trabalho, sabe? A gente sente mais como que a gente ajuda as pessoas. Bom, pelo menos eu me sinto assim, mais ajudando do que trabalhando [...]”. A religião da participante, assim como a Umbanda, são as religiões que mais sofrem Intolerância religiosa no Brasil, sendo 70% das denúncias no estado do Rio de Janeiro (NUNES, 2017). Segundo a pesquisa de mestrado de Nunes (2017), sobre Intolerância religiosa nos espaços organizacionais, apesar de alguns feriados serem semelhantes à Igreja

9 O termo “mãe solo” refere-se às mulheres que são as únicas responsáveis pela criação de seus filhos, sem a participação paterna. Este conceito foi uma alternativa encontrada por estudiosas do movimento feminista para a substituição do termo “mães solteiras”, já que ser mãe não significa um estado civil (BORGES, 2020).

Católica devido ao sincretismo¹⁰, os participantes adeptos dessas duas religiões relataram que se sentem injustiçados pelo fato de não poderem se ausentar do trabalho/universidade nos dias de celebração de suas religiões, diferentemente do catolicismo, nos quais está formalizado no calendário anual como feriados. São necessários mais estudos que investiguem se a intolerância religiosa também dificulta a entrada e permanência em empregos assalariados.

Em contradição à situação de Karen e Suzana, algumas das participantes da pesquisa, que se autodeclararam brancas, relataram que contam ou já contaram com outras mulheres para a realização das tarefas de casa, como a programadora, Sophia Coutinho, de 44 anos: “[...] Hoje tenho é a diarista que vem pra fazer o pesado, né? Mesmo porque, eu não daria conta, né?” Nesse sentido, no que se refere ao trabalho doméstico gratuito e remunerado, a diferença entre eles seria que, no primeiro, as tarefas e responsabilidades foram designadas em relação ao gênero, já no segundo, será definido entre quem pode pagá-lo e quem o realiza, na distinção de classe, raça e gênero (ÁVILA; FERREIRA, 2020; BIROLI, 2015). No Brasil, os elementos que estruturaram servidão da mulher no trabalho doméstico são pautados nos significados que o racismo provocou no conceito desse trabalho, durante o período de escravidão das pessoas negras em quatro séculos de Colônia (NASCIMENTO, 2019). Tais elementos estão presentes até hoje, tornando-se uma expressão ainda viva da colonização do país (ÁVILA, 2004). No Brasil, ao contrário das mulheres brancas, as mulheres afro-brasileiras, desde o fim da escravidão, trabalham fora de suas casas, ocupando os mesmos papéis até hoje, em sua maioria, na agricultura e nos serviços domésticos (CARNEIRO, 2019B; GONZALEZ, 2020; NASCIMENTO, 2019). Ou seja, a mulher negra representa a continuação de uma “herança escravocrata” (NASCIMENTO, 2019).

Helena, como já mencionado, durante vários períodos da sua vida, desde a infância até os dias de hoje, quase sempre contou com o trabalho de outra mulher para executar as tarefas de sua casa. Apesar disso, como explicitado antes, mesmo quando a mulher remunera outra mulher, ainda assim a responsabilidade pela organização continua sua, como dito por Helena: “Já realizei e atualmente pouco, mas assim, até mais fora de casa do que em casa, né? Sempre tive quem me ajudasse né? Mas a gente continua na coordenação da casa, eu sinto que é um trabalho.” Para Bruschini (1990), administração da unidade doméstica, como pagamento de contas, compra de bens de consumo, e também manutenção da rede familiar,

10 Sincretismo é uma característica que acontece no campo religioso, em que é a resultante da junção de vários elementos de origens diferentes, gerando, assim, uma nova religião. No caso das religiões de matrizes africanas, foi uma estratégia transcultural encontrada pela população africana escravizada de exercer sua religião para diminuir os mecanismos de repressão da sociedade branca. Desta forma, as religiões afro-brasileiras se diferem das matrizes que as originaram, com a presença de elementos do Catolicismo (FERRETI, 1998).

como ligações telefônicas, visitas, favores e reforço de laços de solidariedade, também são considerados parte do trabalho doméstico não remunerado. Helena e sua irmã, Jaqueline em relação ao cuidado de sua mãe, que precisa de cuidados por ter Alzheimer, contrataram outra mulher para realizá-lo, e isso também pode ser visto como parte da responsabilidade pela organização, não só da casa, mas do cuidado com os membros de sua família, como exemplificado no fragmento da entrevista de Jaqueline: “[...] Eu cuido do dinheiro, eu cuido de ficar com ela, de fazer as compras, porque não é nada. Eu que contrato empregada, que manda empregado embora, né? Eu que sei os horários da empregada, eu faço todo o arranjo da casa dela [...]”. Enfim, mesmo quando as mulheres remuneram outras mulheres, elas ainda podem não se sentir livres plenamente do trabalho doméstico, sendo ainda sim a integrante da família mais responsável por esse trabalho. Em relação, especificamente, ao cuidado com os membros da família, algumas participantes também remuneram outras mulheres para auxiliar nesse serviço. Jaqueline, com a presença de filhos pequenos e do trabalho remunerado, já remunerou outras mulheres para realizar as tarefas domésticas de sua casa:

“Então, com a Bruna não, eu tive que dividir bem o meu trabalho lá fora e cuidar dela, porque quando ela nasceu eu tinha quarenta anos de idade. [...] E eu estava trabalhando fora, né? Tive o período de ficar em casa, mas depois eu tinha que voltar. Só que quando a Bruna nasceu eu tinha empregada, então me ajudou na casa, né? E com a Rafaela e com a Mariana, eu tive empregada, mas um tempo assim, um tempo menor, mas que também me ajudou com a questão da casa, mas também é outra experiência, outro aprendizado.”

As mulheres com melhores rendas, têm condições financeiras de contratar serviços para o cuidado de seus familiares, como creches ou cuidadores(as). No Brasil, a maioria das mulheres que irão realizar os serviços de *care* também são negras e advindas das classes mais pobres, representando um passado escravocrata e patriarcal (MARCONDES, 2014). O trabalho de *care* também é desvalorizado, ocasionando baixas remunerações, assim como o trabalho doméstico remunerado (FEDERICI, 2019b). Na sociedade brasileira, a desigualdade, decorrente da divisão sexual e racial do trabalho, pode ser mais bem compreendida ao refletir que a maioria das mulheres que realizam o *care* são negras e pobres e, em contrapartida, as pessoas que mais recebem cuidados, em relação à atenção e ao tempo, e de forma mais qualificada, são, em sua maior parte, homens, brancos e posicionados nas classes sociais mais ricas (BIROLI, 2018). Além disso, argumenta que devido à desvalorização do trabalho doméstico não remunerado de modo geral, as mulheres, em relação aos homens, enfrentam a velhice com menos apoio da família, renda e

CONJUNTO DE PERCEPÇÕES ANALISADAS A PARTIR DOS DADOS

bens disponíveis (FEDERICI, 2019b; LINS; ANDRADE, 2018). A participante Suzana Salomão, autodeclarante preta, de 31 anos, neste próximo trecho, anuncia que já realizou o cuidado remunerado, de crianças e idosos: “Eu já cuidei de criança e já cuidei de idoso [...]”. Em outro trecho, a mesma participante ao ser questionada sobre qual trabalho remunerado, até hoje, foi o trabalho remunerado que mais se sentiu produtiva, justamente por ser feito com carinho:

“[...] Esse do idoso, né? O do idoso eu me senti mais produtiva, porque assim, era uma dependência de uma certa forma, né? Que ele tinha, e eu gostava daquela dependência, assim, do carinho, né? A mesma quando ele tava meio rebelde, que tinha dia que ele tava rebelde, mas era interessante.”

Para Flávia Biroli (2019), ao falarmos sobre o cuidado, devemos considerar se ele se refere às relações interpessoais, que implicam em afeto e proximidade, independente dos indivíduos envolvidos terem ou não parentesco, amor ou amizade. No que se refere ao cuidado remunerado ou não, a diferença entre os dois é sutil e a divisão não é simples, havendo de um lado o trabalho técnico e de outro o afeto (HIRATA; GUIMARÃES, 2012). Por fim, reforça-se mais vez que o trabalho doméstico não remunerado deveria ser assumido como responsabilidade do Estado, onde o mesmo deveria oferecer políticas públicas que abarquem os diversos problemas advindos da diferença de oportunidades e direitos de mulheres, negros, indígenas, LGBTQ+ e pessoas de classes sociais mais pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de envelhecimento, pode haver percepções distintas sobre a idade. Entretanto, independente das definições, a imposição de uma identidade torna aquela idade ou período do ciclo de vida limitado em diversos campos, incluindo as possibilidades no mercado de trabalho remunerado, no trabalho doméstico não remunerado e nos estudos. Há dois problemas nisso, o primeiro consiste em: se pensarmos nas questões de renda e raça, as mulheres dessa fase, menores de 20 anos, podem não conseguir seguir o cronograma escolar de acordo com idades estimadas para cada série, muitas vezes, tendo que trabalhar de forma remunerada para complementar a renda de suas famílias ao invés de estudar. Nesse âmbito, compreendendo que no Brasil existem muitas mulheres jovens nesta situação, as representações sociais das mulheres menores de 20 anos seriam criadas a partir de que contexto?

Seguindo esse raciocínio, o segundo ponto seria que, ao vincular os estudos de primeiro e segundo grau, apenas na fase mais jovem da vida, por mais que se tenha a oportunidade de ingressar no programa Educação para Jovens e Adultos (EJA), tal fato pode ocasionar a desmotivação de muitas mulheres, ou homens, que ansiavam continuar estudando, com a ideia de que não concluíram no tempo supostamente adequado e imposto socialmente, favorecendo a criação de uma visão distorcida de si mesmas e sobre o curso da vida propriamente dito. Nesse sentido, é possível compreender que essa situação é pautada apenas no mercado de trabalho, pois apesar da educação ser relevante e necessária para melhores oportunidades no mercado de trabalho assalariado, deve ser vista, principalmente, como uma ferramenta de transformação social e não apenas como parte do currículo escolar conteudista. Logo, a educação pode servir como um mecanismo para conscientizar mulheres sobre as injustiças sociais e opressões vivenciadas por elas em seus cotidianos, identificando as diferenças que permeiam seu envelhecimento para que possam transformá-las, propiciando uma sociedade mais equânime.

Além disso, em qualquer idade, para que uma mulher consiga se dedicar somente aos estudos, ela provavelmente necessitará do apoio financeiro de sua família, ou terá que dividir seu tempo entre os estudos, o trabalho remunerado e o doméstico não remunerado. Nessa perspectiva, não conseguir obter uma graduação na educação superior, ou até mesmo terminar a educação básica, é mais uma imposição do que uma escolha para muitas mulheres brasileiras. Assim como o trabalho doméstico não remunerado, o estudo deveria ser visto como um trabalho, já que forma cidadãos “aptos” para os meios de produção. Como solução para isso, compreende-se a atribuição de um salário mínimo, para que todos os

CONSIDERAÇÕES FINAIS

brasileiros pudessem destinar parte do seu dia aos estudos, levando em conta, uma análise socioeconômica. Outro caminho seria uma maior oferta de cursos noturnos, técnicos e universitários, ou com apenas um turno. Não se trata de reduzir a qualidade dos cursos de graduação, mas sim aumentar as possibilidades de acesso, já que muitas pessoas dividem o seu tempo com o trabalho doméstico não remunerado, remunerado e os estudos.

No que concerne ao período do ciclo de vida entre 20 a 40 anos, a associação feita consiste em um período em que é necessário muito esforço na mesma medida em que é supervalorizado. Contudo, levando em consideração as trajetórias de vida das mulheres deste estudo, sejam as que estão nesse período ou as que já passaram por ele, essa valorização excessiva das idades entre 20 aos 40 anos não representa a realidade relatada pelas participantes. Os relatos deixam claro que, talvez possa ser um período em que se tenha mais sacrifícios e menos reconhecimento, isto é, as mulheres passam horas se dedicando ao trabalho remunerado com baixos salários e ocupações inferiores, por ainda não terem experiências de trabalho remunerado ou não estarem suficientemente qualificadas. Assim, esta supervalorização da juventude pode ser vista como apenas uma justificativa para explorar ainda mais os trabalhadores. Outro ponto relevante desta fase da vida é o fato de que as identidades formuladas também não fazem sentido, dado que as condições das mulheres podem variar muito, como ter um filho, a idade desse filho, ser estudante, dentre outras. Esses fatores podem trazer questões difíceis na vida dessas mulheres, que somadas a outras funções do trabalho doméstico não remunerado e remunerado, geram uma grande sobrecarga.

Na realidade, a supervalorização da juventude acomete a mulher por todo o seu envelhecimento. Desde os 30 anos, e principalmente a partir dos 40, a mulher em relação à produtividade tem sua imagem vinculada às limitações biológicas, prejudicando suas relações sociais, como as relações no ambiente de trabalho remunerado, as mudanças nos papéis atribuídos às famílias e as percepções sobre si mesmas. Por outro lado, as participantes deste período apresentaram inclusive um excesso de produtividade, com junção do trabalho remunerado e não remunerado, sem apontar alguma limitação física ou enfermidade que as prejudique em qualquer uma dessas instâncias, além delas se perceberem como pessoas produtivas. Bem como os outros períodos, este não foi diferente, não houve algo que precisamente definisse período, pois as participantes se encontravam em momentos distintos em relação ao cuidado com os filhos, seus pais e até mesmo netos, além de ocupações diferentes no mercado de trabalho, mostrando mais uma vez a heterogeneidade do envelhecimento.

Já sobre o período do ciclo da vida acima de 65 anos, é sabido que não se trata de uma experiência universal, mas o relato da maioria das participantes foi marcado pela ênfase no cuidado com os netos. No entanto, é um período heterogêneo, pois as participantes também variaram no que se refere ao fato de já terem cuidado dos netos e/ou pais ou estarem cuidando, serem aposentadas

ou não, a própria trajetória profissional, renda, se sentem dores no corpo, se tem alguma enfermidade, ou não, etc. Sendo que, o único aspecto em comum entre elas é o fato de não estarem trabalhando de forma remunerada e nem estarem estudando. O trabalho doméstico não remunerado seja nas atividades domésticas ou de cuidado, e no caso de Joana, às atividades rurais, as mulheres continuam trabalhando neste período do ciclo de vida, ou seja, sendo produtivas.

Outro ponto relevante sobre o envelhecimento constatado neste estudo, é que as mulheres mais velhas começaram a trabalhar mais cedo de forma remunerada do que as com menos de 40 anos, consequências da Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, em 1996 e da emenda constitucional nº20 de 1998, que retardaram a “adolescência” e o ingresso das gerações sucessoras no mercado de trabalho. Contudo, não houve diferenças significativas em relação ao trabalho doméstico não remunerado. Para além da geração, outros componentes como raça e renda podem influenciar ainda mais na idade na qual a mulher vai se inserir no trabalho remunerado e doméstico não remunerado, a frequência e o tempo que dedicaram a cada um deles. Assim, é controversa a ideia de que o envelhecimento é sinônimo de improdutividade, sendo que na verdade, alguns trabalhos não são reconhecidos como formas de produtividade. O cuidado é inerente à vida, sobretudo, no envelhecimento da mulher, a qual, na maioria das vezes, gasta a maior parte do seu tempo no decorrer de sua vida dedicando mais tempo ao trabalho doméstico não remunerado do que ao trabalho remunerado. Por esse motivo, e por ser algo que todas as pessoas já precisaram ou precisarão em algum momento da vida, o cuidado deveria ser uma responsabilidade do Estado, e não da instituição familiar.

No que tange ao conceito de produtividade, foram encontradas definições distintas neste estudo, variando de acordo com a geração, a renda ou o local em que as mulheres construíram as percepções sobre si mesmas. É urgente debater em nossa sociedade o reconhecimento das atividades domésticas e os estudos com o status de ‘trabalho’, e conseqüentemente, diminuir toda essa responsabilidade da produtividade sobre as mulheres. A idosa brasileira é produtiva, portanto, para a diminuição do estigma da velhice associado à improdutividade e das características negativas vinculadas a imagem mulher de forma diferente em cada idade, novas representações sociais mais próximas às diferentes realidades das mulheres brasileiras precisam ser veiculadas na mídia. Por outro lado, é dúbio pensar que, ao mesmo tempo, em que ser improdutivo é visto como algo negativo, talvez não exista um período do ciclo da vida de uma mulher em que ela possa não ser mais produtiva para a sociedade, separando o tempo para lazer e projetos pessoais, sendo produtiva para si mesma e além tudo sentir realização e prazer por isso.

Quanto às limitações deste estudo, não foi possível aprofundar em relação às outras diferenças que permeiam o envelhecimento da mulher e que podem, evidentemente, interferir de alguma maneira nas noções de produtividade, como no caso das mulheres lésbicas, transgênero, travestis, indígenas, deficientes, etc. Além disso, prioritariamente, faz-se imprescindível o investimento em diversos setores da

CONSIDERAÇÕES FINAIS

sociedade, como na educação, na saúde e no mercado de trabalho remunerado. Na educação são necessários projetos que direcionam um acesso mais igualitário e equânime, com apoio financeiro para que todos possam ter oportunidade de estudar em qualquer idade, e a criação de novos currículos que dialoguem com o cotidiano dos brasileiros. Na saúde, torna-se fundamental a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), pois a precarização do trabalho remunerado somado ao doméstico não remunerado prejudica a saúde das mulheres, sendo o envelhecimento uma parte bastante impactada. Já no mercado de trabalho remunerado, todas as mudanças apontadas anteriormente contribuíram para o ingresso das mulheres. No entanto, é crucial que haja uma maior fiscalização dos direitos das mulheres nos postos de trabalho, tanto na contratação quanto na demissão delas, dentre outras estratégias que busquem melhores postos, ocupações, remunerações e tempo de jornada de trabalho.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Rosário. A construção de um sistema nacional de cuidados no Uruguai. In: **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Ano II, nº 4, 2012.

_____, Rosário. Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas. In: ARRIAGADA, Irma. **Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2007. p. 187-198. ISBN 978-92-1-323028-2.

ALVES, Fábila Pottes. **Saúde do homem: ações integradas na Atenção Básica**. 1. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2016. 53 p.

ANDRADE, Márcia Andréa Rodrigues. Estigma e velhice: ensaios sobre a manipulação da idade deteriorada. **Revista Kairós Gerontologia**, [s. l.], v. 14, ed. 1, p. 79-97, 2011. DOI <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2011v14i1p79-97>.

ANGELIN, Paulo Eduardo; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Patroas e jovens trabalhadoras domésticas Relações de trabalho, gênero e classes sociais. **RBCS**, [s. l.], v. 30, ed. 89, p. 63-76, 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.17666/308963-76/2015>.

AQUILINI, Guiomar de Haro. O trabalho não remunerado e as mulheres. **GÊNERO**, Niterói, v. 16, ed. 2, p. 149 - 171, 2016. DOI <https://doi.org/10.22409/rg.v16i2.31242>.

ARANTES, Rivane Fabiana de Melo. El trabajo doméstico en Brasil en el proceso de desinstitucionalización de la frágil “democracia” brasileña después de 2016. In: CELIBERTI, Lilián. La Mesa Está Servida. **La lucha de las trabajadoras domésticas en Argentina, Brasil, Paraguay, Perú y Uruguay**. Montevideo: Edición AFM Cotidiano Mujer, 2019. p. 31-56.

ARGENTINA. EL cuidado de los hijos es reconocido como un trabajo por ANSES. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/el-cuidado-de-los-hijos-es-reconocido-como-un-trabajo-por-anses>. Acesso em: 4 jun. 2022.

ARGIMON, Irani I. de Lima; STEIN, Lilian Milnitsky. Habilidades cognitivas em indivíduos muito idosos: um estudo longitudinal. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, ed. 1, p. 64-72, 2005. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000100008>.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. B. O tempo de trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2009, Recife, PE, Brasil.

ÁVILA, Maria Betânia. "Vida cotidiana e uso do tempo pelas mulheres". In: **VIII Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais**, Coimbra, 2004.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade [online]**, [s. l.], v. 32, 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32242869>.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2014. p. 13-50.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Revista Periódicus**, Bahia, v. 5, ed. 1, p. 87-100, 2016. DOI <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17178>.

BALIZA, Danielle Pereira; JUNQUEIRA JÚNIOR, José Alves; SILVA, Ana Paula Marques da; ZENITH, Luiza Andrade; PEREIRA, Sérgio Parreiras. Perfil das mulheres na cadeia produtiva do café no município de Bom sucesso - mg. **GÊNERO**, Niterói, v. 18, n. 1, 2018. DOI <https://doi.org/10.22409/rg.v18i1.1161>.

BALTES, Margaret M. Social-Psychological Theories and Their Applications to Aging: from individual to collective. In: BENGTSON, Vern L.; SETTERSTEN, Richard. **Handbook of Theories of Aging**. 3. ed. New York: Springer Publishing Company, 2016. p. 209-226. ISBN 978-0826129420.

BALTES, Paul B. **Theoretical Propositions of Life-Span Developmental Psychology: On the Dynamics Between Growth and Decline**. *Developmental Psychology*, [s. l.], v. 23, ed. 5, p. 611-626, 1987.

BALTES, Paul B.; BALTES, Margret M. Psychological perspectives on successful aging: The model of selective optimization with compensation. In: BALTES, Paul B.; BALTES, Margret M. **Successful Aging: Perspectives from the Behavioral Sciences**. [S. l.]: Cambridge University Press, 1990. p. 1-34.

BALTES, Paul B.; STAUDINGER, Ursula M. Wisdom A Metaheuristic (Pragmatic) to Orchestrate Mind and Virtue Toward Excellence. **American Psychologist**, [s. l.], v. 55, ed. 1, p. 122-136, 2000. DOI [10.1037//0003-066X.55.1.122](https://doi.org/10.1037//0003-066X.55.1.122).

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões de Melo. Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. **Mercado de trabalho**, [s. l.], v. 62, p. 23-35, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10297>. Acesso em: 4 nov. 2021.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões de Melo; HECKSHER, Marcos. Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: ampliação de desigualdades já existentes? **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, [s. l.], v. 69, p. 55-63, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.38116/bmt69/notastecnicas>.

BARBOSA, Janaina da Motta; OLIVEIRA, Letícia Moura Cavalcanti de; MAIA, Camila Yamaoka Mariz. A percepção do idoso acerca do mercado de trabalho. **Congresso Nacional de Envelhecimento Humano**, [s. l.], v. 2, p. 1-9, 2016. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cneh/2016/TRABALHO_EV054_MD2_SA8_ID868_15082016144637.pdf.

BARROS, Alexandre. Homens ganharam quase 30% a mais que as mulheres em 2019. **Agência IBGE Notícias [online]**, [S. l.], 2021A. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-a-mais-que-as-mulheres-em-2019>.

BARROS, Alexandre. Famílias chefiadas por brancos gastam quase o dobro com lazer do que pretos ou pardos. **Agência IBGE Notícias [online]**, [S. l.], v. 30, 2021B. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31400-noticia-pof-lazer>. Acesso em: 4 nov. 2021.

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de direito do trabalho**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2007.

BEAUVOIR, Simone De. **O segundo sexo**. 1. ed. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 936 p.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Migração, trabalho doméstico e afeto. **Cadernos pagu**. v. 39, 2012, p. 447 – 459.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. 1. ed. [S. l.]: Boitempo, 2018. 252 p.

_____, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, ed. 18, p. 81-117, 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151804>.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: A adolescência em questão. *Cader-*

REFERÊNCIAS

- nos Cedes, v. 24, ed. 62, p. 26-43, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/znYxDSw7jfGgv4LTKbbS8Tj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 4 nov. 2021.
- BORGES, Luzineide. O lugar do Feminismo Negro no Cotidiano de Mulheres de Axé. Pró-discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica, [s. l.], v. 26, ed. 1, p. 128-149, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/31805>. Acesso em: 4 nov. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2020, Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. 88 p.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF, p. 27833, 1996.
- BREAKWELL, Glyni. Métodos de entrevista In: BREAKWELL, Glyni S. M., HAMMOND, Sean, FIFE-SCHAW, Chris, SMITH, Jonatan (Eds.). Métodos de pesquisa em Psicologia. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010 p. 238-259.
- BRITES, Jurema G. Serviço Doméstico: um outro olhar sobre a subordinação. In: LISBOA, Maria Regina Azevedo; MALUF, Sônia. Gênero, Cultura e Poder. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004, p. 111-132.
- BRITES, Jurema G. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. Cadernos de Pesquisa [online]. v. 43, n. 149, p. 422-451, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200004>>.
- BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, ed. 7, p. 50-81, 2002. DOI <https://doi.org/10.1590/S1517-45222002000100003>.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do rio grande do sul. Estudos Feministas, [s. l.], v. 12, ed. 1, p. 205-227, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho Feminino: Trajetória de tema, Perspectivas para o futuro. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, ed. 3, p. 17-32, 1994.
- _____, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? Revista Brasileira de Estudos de População, [s. l.], v. 23, ed. 2, p. 331-353, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982006000200009>.

_____, Cristina. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1998. 32 p.

_____, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras trabalho feminino no final do século XX. Cadernos pagu, [s. l.], ed. 17-18, p. 157-196, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100007>.

_____, Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 7, ed. 1, p. 33-50, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100014>.

_____, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, [s. l.], v. 37, ed. 132, p. 1-33, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>.

_____, Cristina. O trabalho da mulher: Igualdade ou Proteção? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, ed. 61, p. 58-67, 1987. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6208152>.

_____, Cristina. Trabalho Feminino: Trajetória de um Tema, Perspectivas para o Futuro. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, ed. 3, p. 17-32, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>.

CALDAS, Célia Pereira; THOMAZ, Andrea Fernandes. A Velhice no Olhar do Outro: Uma perspectiva do jovem sobre o que é ser velho. Revista Kairós Gerontologia, São Paulo, v. 13, ed. 2, p. 75-89, 2010. DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2010v13i2p%25p>.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? Estudos avançados, [s. l.], v. 17, ed. 49, p. 35-63, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300004>.

CAMARGO, Brígido Vizeu; CONTARELLOII, Alberta; WACHELKE, João Fernando Rech; MORAIS, Daniela Xavier; PICCOLO, Chiara. Representações Sociais do Envelhecimento entre Diferentes Gerações no Brasil e na Itália. Psicologia em Pesquisa, Juiz de Fora, v. 8, ed. 2, p. 179-188, 2014. DOI: [10.5327/Z1982-1247201400020007](https://doi.org/10.5327/Z1982-1247201400020007).

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero In: Hollanda, H. B. (Org.). In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. 3. ed. São Paulo: Bazar do tempo, 2019a. p. 313- 321.

REFERÊNCIAS

_____, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto. 2. ed. São Paulo: Bazar do tempo, 2019b. p. 271- 289.

_____, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. 192 p.

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? In: LEÓN T., Magdalena. Mujeres y trabajo: cambios impostergables. 1. ed. Porto Alegre: Veraz Comunicação, 2003. p. 5-25. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101012020556/2carrasco.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2021.

CASTRO, Susana de. Mulheres sindicalizadas: classe, gênero, raça e geração na produção de novos sujeitos políticos, um estudo de caso. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 213-232.

CEPELLOS, V. M. Feminização do envelhecimento: um fenômeno multifacetado muito além dos números. Revista de Administração de Empresas [online]. v. 61, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020210208>

CHAPERON, Sylvie. Beauvoir à la croisée de l "histoire des femmes et des intellectuels. In: RACINE, Nicole; TREBITSCH, Michel. Intellectuelles: du genre en histoire des intellectuels. Bruxelle: Éditions Complexe, 2004.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e Identidade de gênero e identidade profissional no campo identidade profissional no campo de trabalho. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 18, ed. 2, p. 507-528, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200013>.

CIDADE, Elívia Camurça; MOURA JUNIOR, James Ferreira; XIMENES, Verônica Moraes. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latinoamericano. Psicol. Argum., Curitiba, v. 30, ed. 68, p. 87-98, 2012. DOI: <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.5886>.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LULIANELLI, Jorge Atilio Silva. Jovens em tempo real. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 1-21. ISBN 978-8574901664.

CORSEUIL, Carlos Henrique L.; FRANCA, Maíra A. P. Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013. Brasília: OIT, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151228_insercao_jovens_mercado_trabalho_brasileiro.pdf.

- COSTA, Albertina de Oliveira. Rotinas de mulher. *In*: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2014. p. 07-12.
- DAMETTO, Adriana; MORETTO, Cleide Fátima. Agricultura familiar, processo produtivo e trabalho: uma pesquisa em propriedades rurais do município de Tapejara (RS). SD, [s. l.], 2013. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa2/Agricultura_Familiar_Processo_Produtivo_e_Trabalho-Uma_Pesquisa_em_Propriedades_Rurais_no_Municipio_de_Tapejara_RS.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.
- DANTAS, Maressa Fauzia Pessoa; CISNE, Mirla. Trabalhadora não é o feminino de trabalhador: superexploração sobre o trabalho das mulheres. *Argumentum*, Vitória, v. 9, ed. 1, p. 75-88, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/000000>.
- DEBERT, Guita Grin. Gênero Envelhecimento. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, ed. 3, p. 33-51, 1994.
- DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Amanda Marques de. A profissionalização da atividade de cuidar de idosos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [s. l.], ed. 18, p. 7-41, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151801>.
- DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques. Apresentação. *In*: DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques. *Desafios do Cuidado: Gênero Velhice e Deficiência*. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2019. p. 5-28.
- DEDECCA, Claudio Salvadori; RIBEIRO, Camila Santos Matos de Freitas; ISHII, Fernando Hajime. Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, ed. 1, p. 65-90, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100004>.
- DELBONI, Bárbara Slonski; JOAQUIM, Stephanie Bittencourt; PLONER, Katia Simone; CYRINO, Luiz Arthur Rangel. Gerascofobia - o medo de envelhecer na contemporaneidade. *RBCEH*, Passo Fundo, v. 10, ed. 2, p. 203-214, 2013. DOI <https://doi.org/10.5335/rbceh.2012.3320>.
- EBLING, Sandra Beatriz Diniz; FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca; NASCIMENTO, Lizandra Andrade; SILVA, Marciele Moreira da; SILVA, Silvana de Oliveira; MINUSSI, Patrícia Stangherlin. As mulheres e suas 'lidas': compreensões acerca de trabalho e saúde. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, ed. 3, p. 581-596, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00065>.

REFERÊNCIAS

ESTEVIÃO-REZENDE, Yuri Alexandre; NASCIMENTO, Sarah Christina do; ALVES, Kerley dos Santos. “Você não tem o perfil dessa vaga”: padrões de beleza, gênero e relações de trabalho. *CSONLINE*, Juiz de Fora, ed. 27, p. 59 - 75, 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2018.17540>.

FAUR, Eleonor. El cuidado infantil desde las perspectivas de las mujeres-madres. Un estudio en dos barrios populares del Área Metropolitana de Buenos Aires. *In*: ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth. *Las lógicas del cuidado infantil. Entre las familias, el Estado y el mercado*. 1. ed. Buenos Aires: IDES, 2012. p. 107-164. ISBN 978-987-21625-1-1.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva*. 1. ed. [S. l.]: São Paulo: Elefante, 2017. 460 p. ISBN 978-85-93115-03-5

_____, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista*. São Paulo: Elefante, 2019a. 388 p. ISBN 978-85-93115-26-4.

_____, Silvia. *O feminismo e a política dos comuns*. *In*: Hollanda, H. B. (Org.). *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Bazar do tempo, 2019b. p. 379- 393. ISBN 978-85-69924-47-0.

FERNANDES, Estevão Rafael; RIBEIRO, Igor Veloso. Transfobia: Incessante Tortura. **Revista de Filosofia da Região Amazônica**, [s. l.], ano I. V., v. 5, ed. 1, p. 1-33, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38815561/Transfobia_Incessante_Tortura.

FERREIRA, Vítor Sérgio. Jovens e gerações em tempos de crises: entre Portugal e o contexto global. *In*: COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; GERMANO, Idilva Maria Pires; MIRANDA, Luciana Lobo; BARROS, João Paulo Pereira. **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editor, 2019. p. 34-68. ISBN 978-85-420-1382-5.

FERRETTI, Sérgio E. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, ed. 8, p. 182-198, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000100010>.

FIFE-SCHAW, Chris. Delineamento de questionário. *In*: BREAKWELL, GlyniS. M., HAMMOND, SEAN, FIFE-SCHAW, Chris, SMITH, Jonatan (Eds.). **Métodos de pesquisa em Psicologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010 p. 216-237.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. 96 p. ISBN 8574964034

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. v. 21.

FREITAS, Matheus; SARMENTO, Rayza. As falas sobre a fraude: análise das notícias sobre casos de fraudes nas cotas raciais em universidades em Minas Gerais. **Rev. bras. Estud. pedag.**, Brasília, v. 101, ed. 258, p. 271-294, 2020. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i258.4262>.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 50. ed. São Paulo: Global, 2005

FU, Tiffany Szu-Ting, LEE, Chau-Shoun, GUNNELL, David, LEE, Wen-Chung, CHENG, Andrew Tai-Ann, Changing Trends in the prevalence of common mental disorders in Taiwan: a 20-years repeated cross-sectional survey. **The Lancet**.v.381, p.235-41, 2013.

GALLAND, Oliver. Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations. **Revue Française de Sociologie**, França, v. 42, ed. 4, p. 611-640, 2001.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/>

GEORGES, Isabel. O “cuidado” como “quase-conceito”: por que está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente. *In*: DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques. **Desafios do Cuidado: Gênero Velhice e Deficiência**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2019. p. 125-151.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 38-51.

HELMAN, Cecil G. Cultural aspects of time and ageing. Time is not the same in every culture and every circumstance; our views of aging also differ. **European Molecular Biology Organization**, [s. l.], v. 6, ed. 1, p. 54-58, 2005.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: brasil, França, Japão. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 24, ed. 1, p. 15-22, 2011. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400002>.

_____, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012. 236 p.

_____, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, ed. 21, p. 24-41, 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100003>.

REFERÊNCIAS

_____, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 17-18, p. 139-156, 2002. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100006>.

_____, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, ed. 132, p. 595-609, 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>

_____, Helena; KERGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos e categorias de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? **Novos Cadernos**, [s. l.], v. 11, ed. 1, p. 39-50, 2008. DOI <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v11i1.262>,

HOSCHILD, Arlie. **La mercantilización de la vida íntima**. Madrid: Katz, 2008.

HUGHES, Bill; MCKIE, Linda; HOPKINS, Debra; WATSON, Nick. Trabalhos de amor perdidos? Feminismo, Movimento de Pessoas com Deficiência e éticas do cuidado. *In*: DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques. **Desafios do Cuidado: Gênero Velhice e Deficiência**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2019. p. 101-124.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 4 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1iDvD3oMBBqckPbAxZj-dITrfYyOjFe1hy/view> Acesso em: 14 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1qL6qL3M4MsMnrFBL9c-OJZa9orksKnU0t/view> Acesso em: 14 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua: Definições Conceituais**. *In*: 6º Fórum SIPD. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/arquivo/projetos/sipd/sextto_forum/PNAD_continua.pdf Acesso em: 4 nov. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Indicadores: Educação**. *In*: **Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça**. [S. l.], 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html. Acesso em: 4 nov. 2021.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis, VERGARA, Sylvia Constant. Mulheres no Ambiente de Trabalho: Abrindo o Pacote “Gênero”, 33º In: **anais do Encontro da ANPAD**, São Paulo, 2009

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças nas famílias no Brasil (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero. **GÊNERO**, Niterói, v. 16, ed. 2, p. 173 - 199, 2016. DOI <https://doi.org/10.22409/rg.v16i2.31241>.

JESUS, Jordana Cristina de; WAJNMAN, Simone. Geração sanduíche no Brasil: realidade ou mito? **Revista Latinoamericana de Población**, [s. l.], v. 10, ed. 18, 2016. DOI <https://doi.org/10.31406/relap2016.v10.i1.n18.2>.

JONES, Rebecca L. Older people' talking as if they are not older people: positioning theory as an explanation. **Journal of Aging Studies**, v. 20, ed. 1, p.79-91, 2006. DOI <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2004.12.003>

KANAN, Lilia Aparecida. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. **Revista Organizações & Sociedades**, Bahia, v. 17, ed. 53, p. 243-257, 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S1984-92302010000200001>.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Daniele. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

KOZYREFF, Alan Martinez; BEGA, Mariana Ferrucci. A garantia da saúde mental do trabalhador como eficácia do direito fundamental do trabalho em tempo de pandemia. **Revista do TST**, São Paulo, v. 86, ed. 3, p. 148-163, 2020.

LEMOS, Ana Heloísa Costa; MELLO, Giselle Rohr; GUIMARÃES, Mayara Farias. Gerações produtivas e carreiras: o que as mulheres da geração Y querem? **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 7, ed. 1, p. 135-152, 2014. DOI 10.5902/198346596280.

LINO, Tayane Rogeria; MAYORGA, Cláudia. As mulheres como sujeitos da Ciência: uma análise da participação das mulheres na Ciência Moderna. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 7, ed. 3, p. 96-107, 2016. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4239/4651>.

LINS, Isabella Lourenço; ANDRADE, Luciana Vieira Rubim. A feminização da velhice: representação e silenciamento de demandas nos processos conferencistas de mulheres e pessoas idosas. **Mediações**, Londrina, v. 23, ed. 3, p. 436-465, 2018. DOI 10.5433/2176-6665.2018.3v23n3p436.

LOMBARDI, Cintia; BRONFMAN, Mario; FACCHINI, Luiz A; VICTORA, Cesar G; BARROS, Fernando C; BÉRIA, Jorge U; TEIXEIRA, Ana M.B. Operacionalização

REFERÊNCIAS

do conceito de classe social em estudos epidemiológicos. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 22, ed. 4, p. 253-265, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101988000400001>.

MACHADO, Maíra Saruê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? *In*: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2014. p. 51-78.marcondes

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, ed. 2, p. 547-566, 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200015>

MARCONDES, Mariana Mazzini. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização. *In*: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2014. p. 79-105.

MAYORGA, Cláudia. Identidades e adolescências: uma desconstrução. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [s. l.], v. 1, ed. 1, p. 1-20., 2006. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Identidades_e_Adolescencias_-_C_Mayorga.pdf. Acesso em: 4 nov. 2021.

MAYORGA, C; Coura, A; MIRALLES, N. & CUNHA, V. M. As críticas ao gênero e a As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo, e política heterossexual e política heterossexual. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 21, v. 2, p. 463-484, 2013.

MINAYO, M.C.S., COIMBRA JR., C.E.A. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. *In*: Minayo MCS, Coimbra Jr. CEA (orgs.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 11-24.

MINELLA, Katherine Maria; BORGES, Maria de Lourdes; KARAWEJCZYK, Tamar Cecília. Gênero na geração Y: características das mulheres no ambiente de trabalho. **Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 2, ed. 1, p. 171-182, 2013. DOI <http://dx.doi.org/10.18316/998>.

MINÓ, Nádia Marota. **Percepções de crianças e jovens sobre o envelhecimento e estigmas ligados à velhice**. 2016. 106 p. Dissertação de mestrado (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

MORANDO, Eunice Maria Godinho; SCHMITT, Juliana Campos; FERREIRA, Maria Elisa Caputo; MÁRMORA, Cláudia Helena Cerqueira. O conceito de estigma de Goffman aplicado à velhice. **Revista INFAD de Psicologia**, [s. l.], v. 1, ed. 2, p. 21-32. 2018. DOI 10.17060/ijodaep.2018.n2.v1.1341.

MUNIZ, Tatiana da Silva; BARROS, Albani. O trabalhador Idoso no Mercado de Trabalho do Capitalismo Contemporâneo. **Cadernos de graduação**, Alagoas, v. 2, ed. 1, p. 103-116, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/download/1079/793>.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 259-263.

NEILSON, Brett. Globalização e as Biopolíticas do Envelhecimento. *In*: DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques. **Desafios do Cuidado: Gênero Velhice e Deficiência**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2019. p. 29-60.

NERI, Anita Liberalesso. A Psicologia do Envelhecimento: uma área emergente. *In*: NERI, Anita Liberalesso. **Psicologia do envelhecimento: temas selecionados na perspectiva de curso de vida**. Campinas: Papyrus, 1995. p. 13-40.

_____, Anita Liberalesso. O legado de Paul B. Baltes à psicologia do desenvolvimento e do envelhecimento. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 14, ed. 1, p. 17-34, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2006000100005.

_____, Anita. Liberalesso. Velhice e qualidade de vida na mulher. In A. L. Neri (Ed.), **Desenvolvimento e envelhecimento** (pp. 161-200). Campinas: Papyrus. 2001. p.161-200

NICODEMO, Denise; GODOI, Marilda Piedade. Juventude dos anos 60-70 e envelhecimento: estudo de casos sobre feminização e direitos de mulheres idosas. **Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 6, ed. 1, p. 40-53, 2010. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/324/341.

NUNES, Luciene Pereira. **Vozes d'áfrica: intolerância religiosa no ambiente de trabalho**. 2017. 109 p. Dissertação de mestrado (Administração Pública e de Empresas) - Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Ramon de. O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, ed. 1, p. 79-98, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00116>.

REFERÊNCIAS

PAPÁLIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela; COSTA, Francisco Araújo da; PINHEIRO, Odette de Godoy; SILVA, Patrícia Santos da. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 800 p.

PATERMAN, Carole. The patriarchal welfare state. *In*: PIERSON, Christopher; CASTLES, Francis. **The welfare state reader**. 2. ed. Polity Press: Cambridge, 2007. p. 134-150.

PERRET-CLERMONT, Anne Nelly. Espaços de pensamento da juventude. *In*: PERRET-CLERMONT, Anne Nelly, PONTECORVO, Clotilde, RESNICK, Lauren B. ZITTOUN, Tania. **Interação Social: aprendizagem e interação na adolescência e juventude**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. p. 17-26.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. aum. São Paulo: Contexto, 2006. 192 p.

PICANÇO, Felícia Silva; ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira. Conflitos desiguais: homens e mulheres na articulação casa-trabalho no Brasil. **Século XXI Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 9, ed. 3, p. 720-749, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2236672540286>.

PINTO, Karina Araújo. **Gênero e conflito entre trabalho e família: relação com a saúde física e mental de adultos no Brasil**. 2013. 109 f. Tese de Doutorado (Saúde Coletiva) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

POCHMANN, Marcio. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 29, ed. 85, p. 7-19, 2015. DOI: 10.1590/S0103-40142015008500002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, v. 13, ed. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>.

RIBEIRO, Marta Sousa; COIMBRA, Joaquim Luís. O desemprego na meia-idade. **V Congresso Internacional de Galicia e Norte de Portugal de Formação para o Trabalho**, [s. l.], p. 213- 230, 2004. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/62431/2/83656.pdf>.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria Carolina; BITENCOURT, Betina Magalhães. Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil? **Organizações & Sociedade, Salvador**, v. 19, ed. 63, p. 551-558, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302012000300010>.

RODRIGUES, Lizete de Souza; SOARES, Geraldo Antônio. Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea. **Revista Ágora**, Vitória, ed. 4, p. 1-29, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1901/1413>.

ROTENBERG, Lúcia; GRIEP, Rosane Harter; PESSANHA, Joseane; GOMES, Luciana; PORTELA, Luciana Fernandes; FONSECA, Maria de Jesus Mendes. Housework and recovery from work among nursing teams: a gender perspective. **New Solutions**, [s. l.], v. 20, ed. 4, p. 497-510, 2010.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. Mulher idosa: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002. DOI: <https://doi.org/10.22456/2316-2171.4716>.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos psicológicos**, Campinas, v. 25, ed. 4, p. 585-593, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400013>.

SELFA, Ana de Sousa; SPINELLI, Letícia Machado. As críticas de Carole Pateman e Susan Okin à dicotomia público/privado. **Revista Sociais & Humanas**, Santa Maria, v. 31, ed. 1, p. 9-28, 2018. DOI: 10.5902/2317175825746.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. **Revista Histedbr on-line**, ed. 30, p. 133-148, 2008. Disponível em: https://fe-old.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5147/art09_30.pdf

SILVA, Evelyn Nattane; BARROS, Juliana Sousa Moraes de. Envelhecer na Periferia: História, conceitos e concepções sobre o processo de envelhecimento. **Rev. Longevidade**, São Paulo, ano III, ed. 9, p. 109-115, 2021.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, [s. l.], v. 25, ed. 5, p. 1723-1734, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020255.33082019.

SILVA, Minelle Enéas da; FIRMO, Luciene Alencar; SILVA, Marrosy Fernandes Bandeira; ALMEIDA, Sídia Fonseca. Fusões e incorporações: decisões estratégicas que elevam o poder de uma organização. **Revista Brasileira de Estratégia**, [s. l.], v. 3, ed. 2, p. 161-169, 2010. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16655/fusoes-e-incorporacoes--deciso-es-estrategicas-que-elevam-o-poder-de-uma-organizacao>.

REFERÊNCIAS

SILVA, Teresa; VELOSO, Ana; SILVA, Isabel Soares. Idade, emprego e Gestão de Recursos Humanos: Um estudo em PME portuguesa. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 218-225, 2017. DOI: 10.17652/rpot/2017.4.13894.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa [online]**, [s. l.], v. 43, ed. 149, p. 478-491, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200006>.

SOUZA, Carla Carolina de Jesus. A construção do ser velho e do ser jovem. **Revista Longevidade**, São Paulo, ano VIII, v. 8, ed. 56, p. 20-24, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/stela/Downloads/712-1092-1-SM.pdf>.

TENÓRIO, Ricardo Jorge Medeiros. A saúde mental e ergonômica no trabalho remoto no pós-pandemia. **Espaço Acadêmico**, [s. l.], v. 20, ed. Edição Especial, p. 96-105, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspaçoAcademico/article/view/58092>.

TINEU, Rogério. Ensaio sobre a teoria das classes sociais em Marx, Weber e Bourdieu. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 10, ed. 29, p. 89-107, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/33734/23985>.

TOMIO, Noeli Assunta Oro; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Adolescência: uma análise a partir da psicologia sócio-histórica. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 12, ed. 1, p. 89-99, 2011. DOI <https://doi.org/10.4025/tpe.v12i1.14059>

TORS, Teresa. Las políticas de tiempo: un reto para las políticas del estado del bienestar. **Trabajo**, [s. l.], v. 13, p. 145-164, 2004.

VIEIRA, Caterina Soto; CABANAS, Pedro; MENEZES-FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno Kawaoka. Como as mudanças no trabalho e na renda dos pais afetam as escolhas entre estudo e trabalho dos jovens? **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 46, ed. 3, p. 33-61, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, Envelhecimento ativo: uma política de saúde. 1. ed. rev. Brasília: **Organização Pan-Americana da Saúde**, 2005. 62 p.

YAMANOE, Mayara Cristina Pereira. Trabalho docente e subjetividade: a identidade do professor do ensino superior e a lógica de produtividade do capital. **Anais eletrônicos JORNADA HISTEDBR**, Vitória da Conquista, 2011.

YANNICK, Fonduer; LEFRESNE, Florence. Les jeunes, vecteurs de la transformation structurelle des normes d'emploi en Europe? *Travail et Emploi*, [s. l.], v. 83, p. 115-134, 2000.